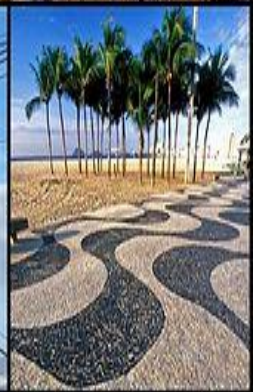
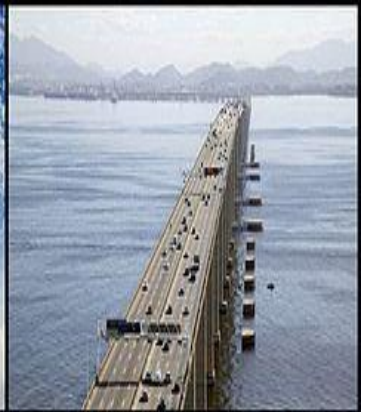




PROJETO ECO-POLÍTICO- PEDAGÓGICO

POLO RIO DE JANEIRO



Parceiro



Patrocínio





IDENTIFICAÇÃO

POLO RIO DE JANEIRO

Endereço: Rua José de Alvarenga, 553 – Centro
CEP: 25020-140 - Duque de Caxias/RJ
Contatos: 21 3659 7606
E-mail: polorj.mova@paulofreire.org

EQUIPE DO POLO:

Geanne Campos – Coordenadora
Contatos: 21 98009 0003
geanne.mova@paulofreire.org

Assistentes Pedagógicas:

Ana Aparecida do Nascimento Silva
Contatos: 21 99116 6482
anaparecida.mova@hotmail.com

Daniela Rocha
Contatos: 21 98009 0006
danyrocha437@hotmail.com

Auxiliares Administrativos:

Juliana de Franca Pereira
paris016@gmail.com

Marcio Ferreira
marcio_asferreira@hotmail.com

Contatos: 21 98009 0002

Articulador Social:

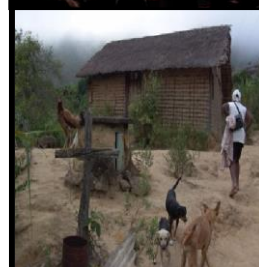
Manoel Ramos da Silva
Contatos: 21 99115 7389
blackpt13@hotmail.com

Coordenador Nacional:

Luiz Marine José do Nascimento
Contatos: 11 98798 3738
luizmarine@paulofreire.org

Acompanhamento Administrativo:

Simone Pereira
Contatos: 11 95492 0990
simone@paulofreire.org



Parceiro



Patrocínio





SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO POLO

NÚCLEOS

- Núcleo RAÍZES DA TERRA – São Francisco do Itabapoana
- Núcleo SEMEANDO VIDAS - Campos dos Goytacazes
- Núcleo PERSEVERANÇA - Quissamã
- Núcleo DIVERSIDADE – Bacia de Campos
- Núcleo CAGÉ - Duque de Caxias e Magé
- Núcleo CONFIANÇA – Belford Roxo
- Núcleo MOVA-SE - São Gonçalo, Itaboraí e Maricá
- Núcleo DESAFIO - Nova Iguaçu
- Núcleo A GRANDE FAMÍLIA - Japeri

1. APRESENTAÇÃO

2. MARCO REFERENCIAL PEPP (Apresentação)

- Introdução
- Histórico do Projeto MOVA-Brasil
- Função Social da Educação
- Princípios da Educação Popular
- Concepção de Cultura
- Concepção de Educação e Trabalho
- Concepção de Jovem
- Concepção de Adulto
- Concepção de Idoso
- Concepção de Conhecimento, Ensino e Aprendizagem
- Concepção de Alfabetização
- Dimensão socioambiental do MOVA-Brasil: a Eco-responsabilidade na e da Educação
- Dimensão da Diversidade como Direito Humano
- Diversidade Étnico-racial

REFERÊNCIAS

- Declaração Mundial sobre Educação para Todos
- Marco de Ação de Belém

3. INTRODUÇÃO

4. Leitura do Mundo do Projeto MOVA-Brasil: o olhar do Polo Rio de Janeiro

4.1 – Caracterização do território

- Dimensão Social
- Dimensão Política
- Dimensão Sócioeconômica
- Dimensão Sócioambiental
- Dimensão Cultural
- Equipamentos Públicos próximos as turmas



- Espaços de Participação Popular próximos as turmas

4.2 – Caracterização dos sujeitos

5. PLANO DE AÇÃO

- Pré-seleção de coordenadores locais e monitores (5ª etapa)
- Formação inicial com coordenadoras locais
- Formação inicial com monitores e coordenadores locais
- Formação continuada mensal com coordenadores locais
- Formação continuada com monitores e coordenadores locais
- Encontro de educandas e educandos do Projeto MOVA-Brasil
- Acompanhamento do Polo as reuniões semanais dos Núcleos
- Acompanhamento do Polo as turmas do Projeto MOVA-Brasil
- Seminário de práticas do Projeto MOVA-Brasil
- Construção da rede de economia solidária
- Alimentação de dados na plataforma virtual do Projeto MOVA-Brasil
- Formatura dos Educandos/as
- Relatório Bimestral de Monitoramento e Avaliação / Evidências
- Acompanhamento de Frequência dos Educandos/as
- Dia Internacional da Alfabetização



NÚCLEO RAÍZES DA TERRA

São Francisco do Itabapoana



Endereço: Rua Joaquim da Motta Sobrinho, nº 245 Centro- São Francisco do Itabapoana
(Escola Estadual São Francisco de Paula)

Horário das reuniões semanais: Das 13:00h às 17:00h

Contato: (022) 99884-3973

Equipe:

Lerieste de Oliveira – **Coordenador**



Monitoras:

Nº	Nome	Comunidade/ Bairro	Horários
1.	Ana Cristina Valentim da Silva Rangel	Arueira	18:00h às 21:00h
2.	Ariane Souza Alves	Santa Rita	18:00h às 21:00h
3.	Claudinete dos Santos da Silva	Boca da Areia	17:00h às 21:00h
4.	Douglas Santos e Santos	Estreito	18:00h às 21:00h
5.	Edna Carlos de Souza	Travessão de Barra	18:00h às 21:00h
6.	Graziela Bento da Silva	Itaguariçu	18:00h às 21:00h
7.	Lidiane Pedra Pinheiro	Gargaú	18:00h às 21:00h
8.	Kamila dos Santos MARins	Divinéia	17:30h às 21:30h
9.	Kássila Pereira da Silva	Travessão de Barra	18:00h às 21:00h
10.	Paula da Silva Ramos	Quilombola de Barrinha	18:00h às 21:00h
11.	Rute Gonzaga de O. Arruda	Ladeira das Pedras	18:00h às 21:00h
12.	Simone da Silva Ribeiro	Ladeira das Pedras	18:00h às 21:00h
13.	Telma Luana dos santos da Cruz	Coréia	18:00h às 21:00h



NÚCLEO SEMEANDO VIDAS

Campos dos Goytacazes



Endereço: Rua Tenente Coronel Cardoso, nº349.
Campos dos Goytacazes-RJ (Faculdade de Direito de Campos)
Horário das reuniões semanais: Das 13:00h às 17:00h
Contato: (022) 99722-0454

Equipe:
Érica Martins - **Coordenadora**



Monitoras:

Nº	Nome	Turmas	Horários
1.	Vilma Teixeira Batista Azevedo	Nova Brasília/ Campos	19:00h às 22:00h
2.	Maria Raquel Alvarenga dos Anjos	Chatuba	13:00h às 16:00h
3.	Eloisa Sandra Castelar dos Santos	Sapucaia	18:00h às 21:00h
4.	Maria Nilza Souza M. do Espírito Santo	Ponta da Lama	18:00h às 21:00h
5.	Wanessa Rodrigues Gouvea Ribeiro	Km 14	17:00h às 21:00h
6.	Danielle da Costa F. Seipel	Assentamento Zumbi dos Palmres	15:00h às 18:00h
7.	Kátia Maria Neres Dias Teixeiras	Saturnino Braga	18:00h às 21:00h
8.	Tânia Maria Pessanha Silva	Tira Gosto	17:40h às 21:40h
9.	Juliana Neres Teixeira	Custodopolis	07:00h às 10:00h
10.	Fabricia Barrozo da C. Lima	Saturnino Braga	14:00h às 17:00h
11.	Raquel Catilho	Travessão	13:00h às 16:00h
12.	Lorrayne Silva dos Santos	Santa Maria	12:00h às 15:00h
13.	Denice de Cássia Rosareo Areas	Tres Vendas	19:00h às 22:00h
14.	Regiane Correa dos Santos	Santa Rosa	18:00h às 21:00h
15.	Ana Cordeiro	Usina Cambaiba	18:00h às 21:00h



NÚCLEO PERSEVERANÇA

Quissamã



Endereço: Rua Dr^o Almilca Pereira da Silva, s/n^o (CIEP)

Horário das reuniões semanais: Das 13:00h às 17:00h

Contato: (022) 99834-1778

Equipe:

Katia Regina Xavier – **Coordenadora**



Monitoras:

Nº	Nome	Turmas	Horários
1.	Milena Eustáquia Vilas Boas	Caxias	17:00h às 20:00h
2.	Edna Gomes de S. Mesquita	Cigana	16:00h às 19:00h
3.	Rosana dos Santos de Souza	Alto Alegre	18:00h às 21:00h
4.	Marceli Aparecida de Vieira	Sítio Boa Vista	16:30h às 19:30h
5.	Silma Pinto Soares de Souza	Usina Vitor Sense	17:00h às 20:00h
6.	Reni Carvalho Pereira da Cruz	Santa Catarina	18:00h às 21:00h
7.	Luis Gustavo Gonçalves Pessanha	Sítio Quissamã	18:00h às 21:00h
8.	Joelma de Souza Pinto	Alto Grande	15:00h às 18:00h
9.	Patricia Santos da Silva	Barra do Furado	13:30h às 16:30h



NÚCLEO DIVERSIDADE

Araruama, Cabo Frio, Macaé, Saquarema e Silva Jardim



Endereço: Rua Prefeito Antonio Raposo, s/nº - Areal – Araruama (Ong Criar)

Horário das reuniões semanais: Das 13:00h às 17:00h

Contato: (22) 98112-5510

Equipe:

Elciana Teixeira Alves – **Coordenadora**

Monitoras/es:

Nº	Nome	Turmas	Horários
1.	Fernanda Nogueira	Areal II	18:00h às 21:00h
2.	Lionísia Souza	Lagomar	18:00h às 21:00h
3.	Natânia da Silva Pio	Jurnaíba	17:00h às 20:00h
4.	Nilce Mary de Souza	Saquarema	17:00h às 20:00h
5.	Rosângela Maria G. Silva	Maria Joaquina	18:00h às 21:00h
6.	Rosinea Guimarães Leite	São Vicente	18:00h às 21:00h
7.	Sara da Silva Figueiredo	Areal I	17:00h às 20:00h





NÚCLEO CAGÉ – Dois municípios, um só coração. *Duque de Caxias e Magé*



Endereço: CENTRO DE REFERÊNCIA DA CIDADANIA LGBT – BAIXADA I

Rua: Frei Fidélis, s/n – Centro – Duque de Caxias – RJ

Horário das reuniões semanais: Das 15:00h às 19:00h

Contatos: (21) 2659-33-13 / 99202-0005

Equipe:

Rafael Pieroni Oliveira - **Coordenador**

Nº	Monitoras	Turmas	Horário
1.	Adriana Santana	Amapá	17:00h às 20:00h
2.	Ana Claudia dos S. Neves	Sarapuí	16:00h às 19:00h.
3.	Ana Paula da S. Queiroz	Campos	18:00h às 21:00h.
4.	Paula Terra Silva de Souza	Cangulo	18:00h às 21:00h
5.	Cristiane Almeida dos Santos	Parque Paulista	18:00h às 21:00h
6.	Elen Cristina da Silva	Suruí	18:00h às 21:00h.
7.	Eliane Soares Zarino	Jardim Gramacho	18:00h às 21:00h
8.	Elisiane dos Santos Simões	Sarapuí	18:00h às 21:00h.
9.	Gleide Hosana do Espírito Santo	Jardim Gramacho	08:00h às 11:00h.
10.	Jacqueline Aparecida da Silva	Campos Elíseos	18:00h às 21:00h.
11.	Jéssica Ramos dos Santos	Mauá	14:00h às 17:00h
12.	Nilce Dayse da Silva	Jardim Nazareno	19:00h às 22:00h.
13.	Pamela Alves de Moraes	Olavo Bilac	08:00h às 11:00h
14.	Silvia Maria de Oliveira	Santo Aleixo	19:00h às 22:00h.
15.	Tânia dos Santos Ramos	Olavo Bilac	18:00h às 21:00h.





NÚCLEO CONFIANÇA

Belford Roxo



Endereço: Rua Abiru, 173 – São Bernardo – Belford Roxo

Horário das reuniões semanais: Das 16:00h às 20:00h

Contato: (21) 998484797

Equipe:

Gabriel Lopes Neto - Coordenador

Monitoras/es:

Nº	Nome	Turmas	Horário
1.	Angela Bernardo da Silva	Jardim do Ipê	19:00h às 22:00h
2.	Angelita da Rocha Pimenta	Barro Vermelho	17:00h às 20:00h
3.	Cristina Lúcia Marçal Vieira	Heliópolis	16:00h às 19:00h
4.	Denise Costa Fernandes	Santa Amélia	18:30h às 21:30h
5.	Laura Shirley F. De Melo Lourenço	Lote XV	17:00h às 20:00h
6.	Lúcia Helena G. Ferreira	Itaipú	19:00h às 22:00h
7.	Maria Angélica da R. P. Pacheco	São Bernardo	18:00h às 21:00h
8.	Marta Gomes P. Oliveira	Recantos	19:00h às 22:00h
9.	Neide da Conceição Evangelista	Heliópolis	19:00h às 22:00h
10.	Patricia Xavier dos Santos	Vila Entre Rios	14:00h às 17:00h
11.	Rosimery T. Ribeiro	São Bernardo	18:00h às 21:00h
12.	Valéria Marcos Castro da Costa	Xavantes	17:00 às 20:00h
13.	Vanderleia do Espirito S. Gomes	Sagrado Coração de Jesus	17:00 às 20:00h



Parceiro

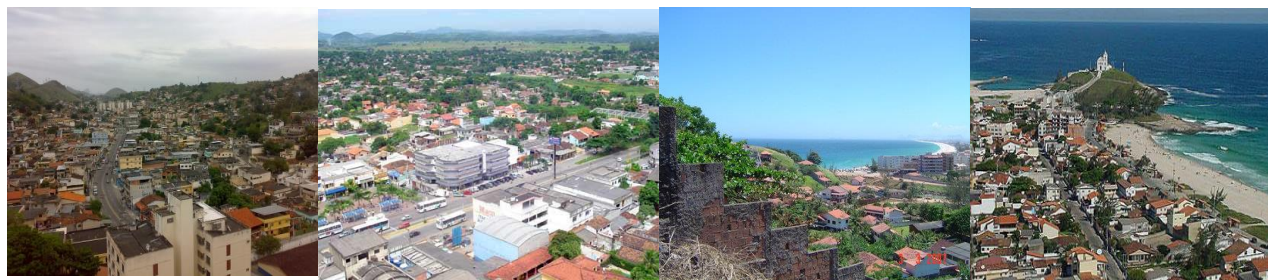
Patrocínio

Apoio



NÚCLEO MOVA-SE!

São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Saquarema



Endereço: Av. Presidente Kennedy, 765 – Estrela do Norte, **São Gonçalo**

Horário das reuniões semanais: Das 08:00h às 12:00h

Contato: (21) 98437 9306

Equipe:

Glaucia Regina Amorim Gervásio - Coordenadora

Monitoras/es:

Nº	Nome	Turmas	Horários
1.	Angélica da Costa Monteiro	Serra do Camburiu / Maricá	18:00h às 21:00h
2.	Carlos Henrique Alvarenga Barcellos	Gradim / São Gonçalo	18:00h às 21:00h
3.	Daiane Alves da Silva	Bairro da Amizade / Maricá	19:00h às 22:00h
4.	Danielle Paiva de Souza	Vila Brasil / Itaboraí	18:00h às 21:00h
5.	Janaína Alves Barreto	Manilha / Itaboraí	18:00h às 21:00h
6.	Janaína Débora da Silva Ponciano	Aldeia da Prata	15:30h às 18:30h
7.	Laudiceia Branco da Conceição Dias	Sambaetiba / Itaboraí	17:00h às 20:00h
8.	Neuza Maria André Lopes	Retiro São Joaquim / Itaboraí	18:00h às 21:00h
9.	Priscila Helen Castro da Silva	Itapuaçu / Maricá	18:00h às 21:00h
10.	Valéria Cristina Miranda da Silva	Luiz Caçador / São Gonçalo	18:00h às 21:00h





NÚCLEO DESAFIO

Nova Iguaçu



Endereço: Rua dos Cajueiros, 490 – Parque Semar – Geneciano/Nova Iguaçu

Horário das reuniões semanais: Das 16:00h às 20:00h

Contato: (21) 991831840

Equipe:

Silvania Machado Tavares - Coordenadora

Monitoras/es:

Nº	Nome	Turmas	Horários
1.	Alexandra Gomes Pacheco	Jardim Guandú	18:00h às 21:00h
2.	Andrea Cristina dos Reis Firmo Silva	Austim	12:00h às 15:00h
3.	Carmen Furtado de Mendonça	Centro	17:00h às 21:00h
4.	Cecilia Alves da Silva Bento	Austin	18:00h às 21:00h
5.	Cely Batista de Araújo	Austin	18:00h às 21:00h
6.	Claudia Maria Martins Pontes	Parque Samar	17:00h às 21:00h
7.	Cristina Cardoso Soares	Parque Flora	17:30h às 20:30h
8.	Daiane de Castro Martins Pinto	Geneciano	18:00h às 21:00h
9.	Julia da Silva Lino	Parque Flora	18:30h às 21:30h
10.	Jupira Brasilino	Nova Era	18:00h às 21:00h
11.	Laudiceia Ferreira da Cruz	Santa Rita	13:00h às 16:00h
12.	Maria de Fatima Mateus	Marapicu	17:00h às 20:00h
13.	Monica dos Santos Nascimento	Prata	18:00h às 21:00h
14.	Nadir Cristina C. Honorato	Austin	16:00h às 19:00h
15.	Patricia Fulgencio de Souza	Grana	17:30h às 20:30h
16.	Silvia Helena Pereira	Jardim Alvorada	15:00h às 18:00h





NÚCLEO A GRANDE FAMÍLIA

Japeri e Queimados



Endereço: Rua Newton, 07 – Centro – Engenheiro Pedreira Japeri

Horário das reuniões semanais: Das 16:00h às 20:00h

Contato: (21) 992714037

Equipe:

Denaíde Muger - Coordenadora

Monitoras/es:

Nº	Nome	Turmas	Horários
1.	Aline Paula da Silva	Delamare/Japeri	14:30h às 17:30h
2.	Ana Cristina Btista Thomé da Silva	Cosme e Damião/ Japeri	18:00h às 21:00h
3.	Ana Paula da Silva Paixão Macedo	Fanchen/ Queimados	14:00h às 17:00h
4.	Ana Paula de Oliveira Nascimento	Valdariosa/Queimados	18:00h às 21:00h
5.	Anderson Gomes da Silva	Delamare/Japeri	18:00h às 21:00h
6.	Camila Alves Barbosa	Vila Caramim/Queimados	8:00h às 11:00h
7.	Enilda de Carvalho	Lírio dos Vales/ Japeri	13:00h às 17:00h
8.	Katia Rachid de Sousa Paixão	Engenheiro Pedreira/ Japeri	18:00h às 21:00h
9.	Larissa Thomé Martins	Cosme e Damião/ Japeri	18:00h às 21:00h
10.	Luci Machado do Nascimento	Santa Amélia/Japeri	18:00h às 21:00h
11.	Maria da Gloria da Silva Barcellos	Belmonte/Queimados	19:00h às 22:00h
12.	Sandra Cristina Rapozo Benedito	Valdariosa/Queimados	16:00h às 19:00h
13.	Sheila Maria Silva Monteiro	Cosme Damião/ Japeri	17:00h às 20:00h
14.	Shirlei Macedo da Cruz Rodrigues	Vila Camorin / Queimados	17:00h às 20:00h
15.	Tania Cristina Rodrigues de Moura	Valdariosa/Queimados	9:00h às 12:00h
16.	Tatiana Souza de Almeida Eustachio	Vila Central/ Japeri	18:00h às 21:00h
17.	Valquiria da Conceição de Lima	Primavera/ Japeri	14:00h às 17:00h



Parceiro

Patrocínio

Apoio



1. APRESENTAÇÃO

Segundo Paulo Freire, “Diálogo é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo” (...) o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. (...) o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. (...) porque é encontro de homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação do pronunciar de uns a outros. “É um ato de criação.”

Neste sentido, o Polo Rio de Janeiro apresenta seu Projeto Eco-Político-Pedagógico e o caminho percorrido para sua elaboração por meio de uma construção coletiva que perpassa a coordenação nacional, a coordenação do Polo, as coordenadoras e coordenadores locais, as monitoras e monitores, os educandos e educandas, os parceiros locais e as comunidades onde o projeto está atuando, num processo em espiral e contínuo de ação – reflexão – ação sobre os diferentes olhares, fazeres e saberes desvelados e construídos diariamente na realização do Projeto no Estado.

O documento está dividido em três partes: (i) Marco Referencial do Projeto MOVA-Brasil; (ii) leitura do mundo do projeto MOVA-Brasil: um olhar do Polo Rio de Janeiro, na qual realizamos a caracterização e a leitura crítica do território onde atuamos e dos sujeitos com os quais desenvolvemos nossas ações e; (iii) Plano de ação, no qual apresentamos as atividades inerentes ao projeto MOVA-Brasil e as atividades que pretendemos desenvolver nesta 6ª etapa, com o intuito de intervir na realidade investigada a partir da Leitura do Mundo.



2. Marco Referencial do Projeto MOVA-Brasil

O Projeto Eco-Político Pedagógico (PEPP) é o documento que expressa a compreensão teórico-metodológica do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, articulando as questões relacionadas tanto aos conceitos quanto às práticas desenvolvidas em cada Polo, e traduz o sonho coletivo dessa comunidade da alfabetização para a cidadania planetária, na qual os educandos e educandas atuam como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, com responsabilidades políticas, socioambientais, culturais, locais e globais.

O PEPP do MOVA-Brasil contém duas grandes partes: uma geral, comum a todos os nove Polos; e uma específica, que contempla a diversidade de cada Polo. Na parte comum, encontram-se o marco referencial e as ações gerais do Projeto. Na parte específica, encontram-se a caracterização do Polo e o plano de ação de cada Núcleo.

Este documento retrata a construção coletiva de um processo, orientador e mobilizador das ações dos Polos, o qual envolveu os sujeitos: educandos(as), monitores, coordenadores locais, equipes de coordenação de Polo, parceiros locais, articuladores sociais, comitê gestor, e representantes das comunidades onde o Projeto atua.

No PEPP do MOVA-Brasil encontramos o que entendemos por Educação Popular, conhecimento, ensino e aprendizagem, alfabetização, metodologia, socioambiental, jovem, adulto e idoso, diversidade, cultura, educação, trabalho e economia solidária. Todos esses fundamentos teóricos constituem o marco referencial do Projeto e subsidiam a construção do plano de ação, elaborado a partir da caracterização de cada um dos nove Polos.

Esperamos, com essa construção a várias mãos, sob diferentes olhares, e que todos os integrantes do MOVA-Brasil possam tomá-lo como referência, tanto para apresentar o Projeto em diferentes espaços e situações quanto para o desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula, buscando garantir a unidade na diversidade e estabelecer os diálogos necessários com outros agentes e programas educacionais na consolidação de iniciativas educacionais de qualidade social.

- Introdução

A perspectiva metodológica adotada neste Projeto é fundamentada na Educação Popular e na teoria de Paulo Freire e em experiências anteriores dos demais Movas, as quais relacionam a leitura da palavra à Leitura do Mundo. Nesse sentido, a ação pedagógica se desenvolve a partir da realidade do educando, identificando-se as situações significativas presentes no contexto em que ele está articulado à teoria do conhecimento e à concepção de educação, fazendo o diálogo entre a teoria e a prática.

A metodologia não se restringe a um conjunto de métodos ou técnicas a serem utilizados nas nossas ações, mas envolve a articulação entre questões de natureza teórica, de métodos, técnicas e procedimentos mobilizados em diferentes atividades. Podemos afirmar que o movimento da práxis expressa essa concepção de metodologia por se tratar de uma ação refletida por uma determinada

teoria, resignificando a ação anterior, transformando-a numa nova ação; ou seja, é o diálogo entre teoria e prática, numa relação de interdependência.

É a partir do estudo da realidade que emergem os temas geradores que orientam a escolha dos conteúdos a serem problematizados no processo ensino e aprendizagem, para a compreensão dessa realidade e busca de alternativas de intervenção social. Leva-se em consideração o percurso pedagógico traçado por Freire, de maneira articulada e interdependente: a Leitura do Mundo, a problematização e a intervenção na realidade.

Para tanto, partir da realidade concreta significa reconhecer que são as necessidades práticas que motivam educadores e educandos à busca do conhecimento teórico. Teorizar a prática significa pensar sobre ela, problematizar as necessidades, levantar questões que indaguem a realidade, que façam os educandos pensarem juntos com seus educadores sobre suas ações. Para isso, é preciso buscar embasamentos teóricos que nos auxiliem a pensar a prática social, a compreender dimensões que não estão claras. E voltar à prática para transformá-la, o que requer retomar o exercício de suas ações diárias, com referenciais mais elaborados, e agir de modo mais competente, mais compreensivo e mais comprometido com a transformação social. E a verificação, por meio da Leitura do Mundo inicial, é a nossa porta de entrada para tentar apreender a realidade à nossa volta.

A Leitura do Mundo inicial, como procedimento metodológico pautado na dialética e em uma nova razão, é o ponto de partida para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico do Projeto MOVA-Brasil. A primeira aproximação da leitura que educandos e educadores fazem de suas realidades é feita a partir de questões orientadoras e atividades de pesquisa, relatos de história de vida, debates, dentre outros que possibilitam a identificação das situações significativas e a definição dos temas geradores, subtemas e conteúdos abordados.

Daí a importância da criação de estratégias para o estudo e problematização da realidade, do desenvolvimento de atividades diversificadas articulando as diferentes áreas do conhecimento e utilização dos mais variados recursos facilitadores. Estes momentos são primordiais para intensificar a construção da identidade e fortalecimento da cidadania dos(as) educandos(as), para possibilitar o processo de reflexão a partir da realidade que faz extrapolar o dado imediato, como também a aquisição e domínio do código escrito durante todo o desenvolvimento do trabalho.

O Projeto MOVA-Brasil se pauta pelos princípios da dialogicidade, da democracia, do respeito à diversidade, da convivência com a diferença, da participação ativa e da autonomia dos sujeitos.

No Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, os diversos momentos da Leitura do Mundo são constitutivos de seus procedimentos metodológicos. Como forma de contribuir para a operacionalização da Leitura do Mundo inicial, sugerimos os seguintes procedimentos:

- sensibilização e esclarecimento aos educadores e educandos sobre a importância da Leitura do Mundo inicial;
- elaboração coletiva do planejamento;
- decisão coletiva sobre a realização da Leitura do Mundo inicial;
- delimitação do espaço a ser investigado;
- elaboração de um roteiro de investigação;
- observação de alguns aspectos relevantes do espaço geográfico;

- definição das pessoas da localidade a serem entrevistadas (liderança comunitária, parlamentar, liderança religiosa, comerciante, morador antigo, rezadeira, parteira, enfermeira, policial);
- elaboração do roteiro de entrevista, considerando-se as dimensões socioeducacional, sociocultural, socioambiental, socioeconômica, sociopolítica;
- seleção e organização do material a ser utilizado na saída a campo;
- sistematização dos dados resultantes da saída;
- exposição dos dados de cada grupo e comentários gerais sobre a saída a campo;
- problematização dos dados;
- formação de blocos de assuntos;
- análise dos dados e levantamento de possíveis temas geradores;
- relação de subtemas;
- votação do tema gerador;
- o tema gerador e a organização do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar ou intertransdisciplinar;
- relação entre as áreas do conhecimento e o tema gerador;
- seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos a partir do tema gerador;
- processo avaliativo.

- Histórico do Projeto MOVA-Brasil

O Projeto MOVA-Brasil tem um passado que remonta a 1989. Foi neste ano que Paulo Freire, secretário de Educação do Município de São Paulo, lançou o Movimento de Educação de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP) na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 28 de outubro de 1989, afirmando que iria “respeitar os Movimentos Sociais Populares”, sem os quais “fracassaremos”. Ele dava origem, assim, a uma concepção nova de programa de Educação de Jovens e Adultos, tendo a parceria entre Estado e organizações da sociedade civil como intuição original. Ele afirmava que o Estado sozinho não iria acabar com o analfabetismo no Brasil e que era preciso envolver a sociedade civil. Ele conseguiu firmar cerca de 100 convênios com ONGs, universidades, movimentos sociais e populares.

Depois de quatro anos de construção, o MOVA-SP deixou um saldo positivo não apenas no campo da Educação de Jovens e de Adultos, mas, principalmente, no campo da organização popular. Ele contribuiu para o fortalecimento das organizações da sociedade civil que se constituíram, a partir do “Fórum dos Movimentos Populares de Educação de Jovens e de Adultos”, num importante ator social

na cidade de São Paulo.

Depois da experiência de Paulo Freire, várias Prefeituras, inspiradas no MOVA-SP, criaram seus Movas e muitos educadores e instituições se envolveram na continuidade do movimento. Entre as instituições e organizações que deram continuidade ao Mova estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Instituto Paulo Freire (IPF) e o Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC de São Paulo.

Movas foram sendo criados em vários estados (Acre, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) e numerosos municípios (Ipatinga-MG, Porto Alegre-RS, Belém-PA, Diadema-SP, Ribeiro Pires-SP, Santo André-SP, São Bernardo do Campo-SP, Guarulhos-SP, Embú-SP).

Inicialmente, esses vários Movas não tinham espaço comum de discussão. Em comum apenas o sonho de construir uma alternativa educacional ao neoliberalismo e uma metodologia, uma filosofia de Educação de Jovens e Adultos, que ia se constituindo na dinâmica do próprio movimento. Em outubro de 2001 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Movas. Os encontros dos Movas, a partir de junho de 2004 passariam a integrar uma rede nacional chamada “Rede MOVA-Brasil”.

O Programa de Governo 2002 da Coligação Lula Presidente, no Caderno Temático “Uma escola do tamanho do Brasil” (p. 20), assume como proposta de governo o “MOVA-Brasil” a ser “implantado” para “erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os três níveis de governo, valorizando as experiências locais”. No entanto, o Ministério da Educação instituiu em seu lugar o programa Brasil Alfabetizado. O “MOVA-Brasil” não foi implantado como política pública, mas a mobilização em favor de um programa mais amplo, de caráter nacional, com a Metodologia Mova continuou.

Conversas já estavam acontecendo desde 2001, em diversas reuniões, com diversos atores sociais, inclusive no Fórum Social Mundial, mas não se conseguia viabilizar o Projeto por falta de recursos, até que uma iniciativa conjunta entre IPF, FUP e Petrobras permitiu dar origem a um Projeto com a Metodologia Mova no contexto do Programa Fome Zero Petrobras. O sonho tornou-se realidade e o Projeto MOVA-Brasil foi iniciado em agosto de 2003.

O Projeto MOVA-Brasil

A Metodologia Mova, com mais de duas décadas de existência, está mais do que consolidada e é hoje uma referência internacional quando se trata de Educação de Adultos. É uma das grandes e originais contribuições de Paulo Freire à pedagogia universal. A “Metodologia Mova” resume a trajetória de Freire no campo da alfabetização de adultos, na qual incorporou não só o letramento e a conscientização, mas, igualmente, a necessidade de associar o aprendizado da cultura letrada e do cálculo à cidadania, ao trabalho, à geração de emprego e renda e aos direitos humanos. O Projeto MOVA-Brasil visa também a formar a população para que reivindique e tenha acesso às políticas públicas, muitas vezes negadas às populações mais empobrecidas, em particular o direito à educação.

O Projeto MOVA-Brasil, portanto, insere-se na tradição freiriana da Educação Popular. Seus princípios metodológicos, bem como sua estrutura, organização e funcionamento, sua concepção da formação inicial e continuada, inserem-se na tradição da educação libertadora. Ele mexe com as causas do analfabetismo ligadas à pobreza. O sucesso desse Projeto deve-se ao trabalho de numerosos educadores e educadoras, verdadeiros militantes, extremamente empenhados nessa causa e nessa concepção da educação. Ele tem sido um êxito onde outras iniciativas fracassaram ou tiveram um desempenho menor. Ele faz parte hoje da “Rede MOVA-Brasil”.

Ao longo de quase dez anos de existência, o Projeto MOVA-Brasil acumulou grande experiência e muitos saberes no campo da alfabetização, da administração, da gestão participativa e compartilhada. Até agora todos os trabalhos foram executados com extremo cuidado, com muito diálogo e empenho ético-político. Nesses anos, o Projeto em parceria deu também enorme contribuição ao desdobramento da própria metodologia do Mova, constituindo-se numa modalidade própria e exitosa, enriquecendo-a. Trata-se de uma experiência sem precedentes na história da Educação Popular da região. O Projeto MOVA-Brasil é um caso particular e exemplar da Metodologia Mova.

O Projeto incentiva a participação em eventos sociais e populares, nacionais e internacionais, a inserção comunitária, a mobilização e intervenção social e as parcerias locais (governamentais e não governamentais). O Mova tornou-se um ponto focal de articulação social e de mobilização. Suas ações vão muito além da alfabetização, da aquisição da cultura letrada incluindo a economia solidária, a agricultura familiar, o artesanato, o reflorestamento, o desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento sustentável, redes sociais e interfaces com os temas: juventude, pontos de cultura, questão de gênero, portadores de deficiências, indígenas, negros, quilombolas e outros.

Uma das causas do êxito do Projeto é a clareza em relação aos objetivos gerais e específicos do Projeto e a clara definição de responsabilidades do comitê gestor (IPF, FUP e Petrobras), da articulação social, da coordenação nacional (técnico-pedagógica, pedagógica e administrativa), de coordenadores de Polos e seus assistentes (pedagógicos e administrativos), da coordenação local (coordenadores e monitores). A avaliação, permanente e em processo, tem sido outro ponto forte do Projeto. Como previa Paulo Freire, os articuladores sociais teriam uma importância vital para o dinamismo da metodologia e do Projeto.

As orientações básicas para o processo de articulação das turmas, os procedimentos para firmar parcerias locais e para a divulgação do Projeto, têm sido importantes para a unicidade do Projeto, num país de dimensões continentais e com grande diversidade regional. Muito importante tem sido a clareza em relação aos cargos, funções, carga horária, tipo de trabalho e salário de cada pessoa contratada, inclusive em relação ao perfil de cada um e ao processo de seleção. Isso nos dá enorme tranquilidade em relação à continuidade do Projeto daqui para a frente.

A Metodologia Mova ganhou em extensão e qualidade com o Projeto MOVA-Brasil, atingindo um alto grau de elaboração teórica, fundamentada em numerosas práticas, sendo reconhecida hoje nacional e internacionalmente, tanto pela quantidade de trabalhos publicados sobre o Projeto quanto pelo número de referências que podem ser encontradas na Internet sobre ele.

Estamos hoje diante de um novo contexto nacional e internacional. No nível internacional, enfrentamos uma crise econômica que certamente trará reflexos no plano interno, embora estejamos mais preparados hoje para enfrentá-la, como nos tem dito a presidenta Dilma Rouseff. No nível interno, passamos por um ciclo virtuoso de crescimento que demanda cada vez mais mão de obra qualificada. É natural, portanto, que nossos alunos estejam demandando cada vez mais atenção para certos temas ligados ao mundo do trabalho e do emprego.

Diretrizes para o Projeto:

- respeitar a diversidade;
- dar prioridade à juventude;

Parceiro



Patrocínio



Apoio

Ministério da
Educação

- atuar em sinergia com políticas públicas;
- realizar ações estratégicas, sistêmicas e multi-institucionais.

O Projeto MOVA-Brasil vem sendo desenvolvido numa parceria entre o IPF, Petrobras e FUP. Cada parceiro tem sua função. A Petrobras é patrocinadora, a FUP é articuladora e o IPF o executor do Projeto. O Projeto tem um Comitê Gestor composto por dois representantes de cada parceiro.

Nos estados e municípios onde são desenvolvidas as ações do Projeto, são estabelecidas outras parcerias, com entidades e governos locais, para garantir a concretização dos objetivos propostos. Estas parcerias podem se dar tanto para o fornecimento do espaço físico e infraestrutura para a formação e para as salas de aula, como para a composição da equipe de coordenadores, alfabetizadores e turmas de alfabetizandos. Fica a cargo do Comitê Gestor o estabelecimento de parcerias locais para a gestão parcial das ações do Projeto no Polo.

O Projeto, ao estabelecer uma relação de parceria nos locais onde será implantado, busca fortalecer as comunidades, entidades e rede pública, para que possam multiplicar e continuar a metodologia. Em 2014, o Projeto está sendo desenvolvido em doze meses, sendo nove meses ininterruptos de aula, com a seguinte proposta de implantação:

1. Cada Polo do Projeto é formado por: coordenador de Polo; assistentes pedagógicos; auxiliares administrativos; coordenadores locais (um para cada 15 alfabetizadores); alfabetizadores (um para cada 25 a 30 alunos).

2. Em cada Polo, daremos os seguintes passos: reunião entre o Comitê Gestor e os parceiros locais; definição dos municípios participantes e Núcleos, pelos parceiros locais; seleção e contratação dos coordenadores de Polo, dos assistentes pedagógicos, dos auxiliares administrativos, dos coordenadores locais e dos alfabetizadores; definição da formação inicial dos coordenadores de Polo, dos assistentes pedagógicos, dos auxiliares administrativos, dos coordenadores locais e dos alfabetizadores; implantação e implementação do Projeto.

3. De 2013 a 2014 o funcionamento do Projeto compreende a seguinte dinâmica:

3.1. Contratação dos monitores e coordenadores locais: cada alfabetizador poderá permanecer no Projeto por duas etapas de dez meses cada e será contratado por CLT prazo determinado; cada coordenador local poderá permanecer no Projeto por duas etapas de onze meses cada e será contratado por CLT prazo determinado.

3.2. Formação inicial e continuada da coordenação de Polo: formação inicial em quarenta horas aos coordenadores de Polo, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos. No desenvolvimento desses encontros, estão previstos estudos relacionados às especificidades do Projeto MOVA-Brasil, planejamento, avaliação permanente, organização de encontros e eventos, gestão administrativa, elaboração e produção de subsídios, propiciando a sistematização das experiências vivenciadas com o objetivo de aprimorar a ação desencadeada. A formação será realizada pela equipe técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF, contando com a integração de profissionais especializados em temas específicos; formação continuada, em quatro encontros de 24 horas, totalizando 96 horas, aos coordenadores de Polo, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos do MOVA-Brasil.

3.3. Formação inicial e continuada dos coordenadores locais e alfabetizadores: formação inicial em 24 horas aos coordenadores locais, realizada pelas coordenações dos Polos e acompanhada pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF; formação

inicial em quarenta horas, aos alfabetizadores e coordenadores locais, realizadas pelas coordenações dos Polos e acompanhadas pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF. Essa formação poderá ser desenvolvida em duas etapas: 24 horas para fundamentação sobre a proposta político-pedagógica e dezesseis para a dinâmica de funcionamento, instrumentais de registro e sistematização; nos Polos novos ou com equipe de coordenação nova, a formação inicial será realizada pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF; formação permanente, em quatro encontros de dezesseis horas, totalizando 64 horas, aos alfabetizadores e coordenadores locais, realizadas pelos coordenadores de Polo juntamente com os assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos, contando com a integração de profissionais de outras ações; realizar dez encontros mensais de oito horas, com os coordenadores locais. Os encontros serão de responsabilidade dos coordenadores de Polo juntamente com os assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos, totalizando oitenta horas. Esses encontros visam à elaboração e preparação dos cursos de formação dos alfabetizadores, acompanhamento da frequência dos alunos e alfabetizadores, elaboração de cronogramas e de relatórios das atividades, prestação de contas e avaliação.

3.4. Responsabilidades da equipe de coordenação nacional: assegurar a concretização dos princípios Político-Pedagógicos do Projeto MOVA-Brasil e a qualidade do trabalho educativo realizado com as turmas; possibilitar a alfabetizadores e coordenadores se apropriarem de instrumentos básicos para o desenvolvimento de suas atividades no MOVA-Brasil; incentivar o registro pelos alfabetizadores e coordenadores locais de suas atividades, no sentido de fazer desse material uma ferramenta essencial para o conhecimento da prática e sua reformulação; garantir a interface entre o Projeto MOVA-Brasil e os demais Projetos e áreas do Instituto Paulo Freire; manter interface com Comitê Gestor no que diz respeito à execução do Projeto; elaborar os relatórios e as sistematizações demandadas pelo Projeto; participar de espaços de discussão da Educação de Jovens e Adultos, de forma a integrar o Projeto em discussões.

3.5. Responsabilidades de alfabetizadores, coordenadores locais, assistentes pedagógicos, auxiliares administrativos e coordenadores de Polo: assegurar a concretização dos Princípios Político-Pedagógicos do Projeto MOVA-Brasil e a qualidade do trabalho educativo realizado com as turmas; desenvolver conteúdos relativos à especificidade da EJA e ao processo de ensino e aprendizagem; desenvolver temas geradores voltados à realidade local: participação cidadã, economia solidária, segurança alimentar, entre outros; possibilitar a alfabetizadores e coordenadores se apropriarem de instrumentos básicos para o desenvolvimento de suas atividades no MOVA-Brasil; executar as ações de solicitação de numerário e prestação de contas para o desenvolvimento das ações do Projeto; incentivar o registro pelos alfabetizadores e coordenadores locais de suas atividades no sentido de fazer desse instrumento uma ferramenta essencial para o conhecimento da prática e sua reformulação.

3.6. Conteúdo da formação inicial: realizar encontros de formação inicial com coordenação de Polo: coordenador, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos; com coordenadores locais e alfabetizadores, de quarenta horas, com o seguinte conteúdo: contexto da EJA no Brasil; sujeitos da EJA: educadores(as) e educandos(as); diagnóstico da leitura, escrita e matemática: perfil de letramento dos(as) educandos(as); cultura e conhecimento; Leitura do Mundo, Leitura da Palavra; atualização do Projeto Eco-Político-Pedagógico; cidadania e políticas públicas. Instrumentos de trabalho pedagógico: planejamento, registro e avaliação; gestão do Polo e do Projeto; encaminhamentos das atividades em cada Polo.

3.7. Conteúdo das formações continuadas: cada grupo desenvolverá a formação continuada com seu grupo local. Os temas serão definidos no processo, de acordo com as necessidades detectadas na prática dos alfabetizadores, de sua leitura da realidade e das dificuldades encontradas.

3.8. Encontro de educandos(as) do Projeto MOVA-Brasil – Ação de Mobilização Social com o objetivo de intensificar as ações de mobilização social, o Encontro de Educandas e Educandos do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania pretende ampliar a participação dos(as) educandos(as), no processo de reflexão e proposição sobre as políticas de Educação para Jovens e Adultos.

Esta ação começa na sala de aula, passa pelo Núcleo e se conclui com o Encontro Estadual dos(as) Educandos(as). Em todas as etapas, a comunidade e os parceiros envolvidos participam na construção do processo. A relevância dessa construção se constitui na mobilização local, regional e estadual, tendo em vista que as secretarias municipais e estaduais de educação, gradativamente, vêm se envolvendo com o Projeto e buscando diálogos efetivos para a travessia dos(as) educandos(as) do MOVA-Brasil para a EJA. Foram realizados, no ano de 2012, dez encontros estaduais de educandos(as).

3.9. Projeto MOVA-Brasil e a formação profissional: A educação profissional no Projeto MOVA-Brasil, não duplica esforços de outros Projetos. Ao contrário, soma-se a eles, se articula com eles, levando em conta a política nacional de qualificação profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, consagrada no Plano Nacional de Qualificação, em vigor desde 2003.

O programa Brasil sem miséria, criado pela Presidenta Dilma em 2010, incluiu como um dos três eixos estruturantes a “formação profissional”, respondendo positivamente a essa demanda. Essa é também a visão do Marco de Ação da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte), da UNESCO, realizada em Belém, em 2009. E também a política defendida pelo MEC para essa modalidade da educação básica em seus parâmetros curriculares para EJA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação estabelecem como eixos estruturantes da Educação de Jovens e Adultos o trabalho e a cidadania.

Dessa forma, o Projeto MOVA-Brasil vem oferecendo relevante contribuição em nível nacional, consolidando, cada vez mais, a cada ano, “desenvolvimento” e “cidadania”. Nas suas inúmeras salas de alfabetização, a “cidadania” vem se fortalecendo na medida em que homens e mulheres – jovens, adultos e idosos deste País – compartilham suas “Leituras do Mundo”, aprendem a ler e a escrever, e se preparam para reescrever suas histórias, reinventando e construindo novas realidades e, para isso, para ampliar a cidadania, o “desenvolvimento” precisa caminhar junto, inserindo-os no mundo do trabalho, abrindo novas oportunidades de ressignificar suas existências.

Alguns Polos do MOVA-Brasil, ao longo desses anos de atuação, já vem desenvolvendo ações profissionalizantes, tanto relativas ao mercado formal quanto aquelas ligadas à economia solidária.

A economia solidária tem se constituído numa grande estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social. Ela também exige uma qualificação sócio-profissional específica.

Na formação profissional em economia solidária, os educandos participam desde o início do processo de construção dos conteúdos, no planejamento das aulas, na execução e na avaliação do programa de formação. (ÂNTUNES, NERI, STANGHERLIM, 2011, p.29).

Há que se considerar, ainda, que muitos dos educandos do Projeto MOVA-Brasil já trabalham.

Por isso, a alfabetização que defendemos precisa articular com a formação profissional e com o exercício da cidadania ativa, para assegurar uma educação integral.

A necessidade de garantir maior reflexão e aprimoramento dessa prática na perspectiva de um currículo aberto às necessidades locais e assegurar o reconhecimento, a certificação formal desses saberes e competências adquiridas ao longo da vida.

A profissionalização do educando é um elemento que irá estimular a adesão ao programa e, principalmente, a permanência, evitando a evasão. A própria Petrobras poderá beneficiar-se, contando com trabalhadores melhor qualificados.

Os articuladores sociais do Projeto, com isso, podem ter mais possibilidades de encontrar parceiros para, vinculando ações concretas, como estágios em diferentes áreas.

O Instituto Paulo Freire adquiriu grande experiência na formação profissional no convênio que executou com o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008-2009, assumindo, em nível nacional, o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (Planseq-Ecosol), em parceria com seis entidades do setor: a União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (Unisol), a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas em Autogestão (Anteag), o Grupo Colmeia de Projetos, Assessorias e Serviços, a Associação dos Empreendimentos Solidários em Rede (Emrede), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Aplicada (Irapaa), a Fundação Produzir, Desenvolver e Preservar (Modert). Essa experiência será muito útil agora nessa nova fase de desenvolvimento do Projeto MOVA-Brasil.

Fase/etapa	Período	Abrangência
1ª fase	janeiro a outubro (2004)	BA, CE, RJ, RN e SP
2ª fase	novembro (2004) a julho (2005)	BA, CE, RJ, RN, SE e SP
3ª fase	agosto (2005) a abril (2006)	BA, CE, RJ, RN, SE e SP
4ª fase	agosto (2006) a junho (2007)	BA, CE, PE/PB, RJ, RN, SE/AL e SP
1ª etapa (2008)	agosto (2007) a junho (2008)	AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE/AL
2ª etapa (2009)	dezembro (2009) a novembro (2010)	AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE/AL
3ª etapa (2010)	dezembro (2010) a dezembro (2011)	AL, AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE
4ª etapa (2011)	dezembro (2011) a dezembro (2012)	AL, AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE

- Função Social da Educação

É necessário oferecer escola pública para todos, adequada à realidade onde está inserida, para que seja de qualidade. Neste sentido, ela deve ser democrática pela gestão participativa, que integre a comunidade e os

movimentos populares na construção e definição de sua identidade. Enfim, ela deve ser autônoma, isto é cidadã. (GADOTTI, 2008, p. 59-60).

Entender a educação como ato político e como prática da liberdade, que busca desenvolver um processo de emancipação e humanização dos sujeitos, como se pretende aqui, exige pensá-la para além da lógica do mercado, substituindo, em grande medida, a competição pela colaboração, o papel do indivíduo – isolado em seu próprio mundo – pelo papel do cidadão, atuando numa coletividade e comprometido com a sociedade da qual participa, fazendo sua própria história e por ela sendo condicionado.

Paulo Freire sempre acreditou na possibilidade de uma educação em que educador(a) e educando(a) fossem vistos como sujeitos do processo num movimento de colaboração respeitosa entre ambos, contrário à tese segundo a qual o(a) educador(a) detém o conhecimento e o transmite ao educando, que recebe esses conhecimentos, memoriza-os e os reproduz ao longo da vida.

Para Paulo Freire, a relação entre educador e educando é de compartilhamento de saberes diferentes, cada um com uma carga de conhecimento e sua parcela de responsabilidade na construção de novos conhecimentos. Cabe ao educador lançar mão de procedimentos metodológicos para que os educandos reconheçam que sabem um conjunto de coisas e ajam para saber o que ainda não sabem. Esses saberes devem ser sempre contextualizados a fim de que os educandos percebam a importância desses conhecimentos para suas vidas e possam, desse modo, saber mais e viver melhor.

Essa concepção de educação do Projeto MOVA-Brasil, como não poderia ser de outra forma, está diretamente vinculada ao conceito de Educação Popular expresso a seguir:

A Educação Popular possibilita que educadores(as) e educandos(as) situem-se e ajam reflexivamente no contexto local e geral da sociedade. O(A) educador(a) é o(a) provocador(a) no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o(a) educando(a), por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade. Para Paulo Freire, o diálogo é condição para o conhecimento, que implica comprometimento com a promoção da vida. O ato de conhecer se dá num contexto social em que o diálogo é o mediador e o fertilizador deste processo. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 51).

Por isso é que a Educação Popular dialoga com os saberes da comunidade e dos educandos. Eles são considerados de grande importância para a humanidade por fazerem parte do conjunto de conhecimentos que as pessoas construíram ao longo da vida; estão baseados nas experiências concretas do seu dia a dia. Portanto, esses saberes foram fundamentais para a vida de milhões de pessoas que desempenham diferentes funções na sociedade, de uma maneira geral, e no mercado de trabalho formal ou informal, em particular. São saberes relacionados à Química, Física, Matemática, Biologia, Língua Materna, Agronomia, Artesanato, Medicina, Economia, Cultura e outros domínios do conhecimento humano.

O reconhecimento e a valorização desses saberes são constitutivos da Educação Popular e da educação como prática da liberdade, visando-se a estabelecer a devida articulação entre esses conhecimentos e os saberes historicamente sistematizados pela humanidade, na perspectiva da qualidade social que buscamos com a prática pedagógica, que tem como principal finalidade contribuir para a construção da autonomia de todos os envolvidos. Como afirma Brandão (2011 apud

PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 63),

As diferentes expressões e dimensões das “culturas populares” não devem ser apenas “levadas em conta” como fragmentos folclóricos de modos de ser, pensar, viver e agir populares, mas devem ser assumidas como a substância social que fundamenta nossa proposta de educação. [...] Ao partir das comunidades, dos movimentos, dos grupos e dos setores populares, ela (a educação) reconhece que os seus modos de vida, suas formas sociais de ser e, enfim, suas culturas, são não algo a apagar, a transcender ou a transformar de fora para dentro. Elas são, ao contrário, a matéria-prima fundadora. São unidades, teias e redes de símbolos, de saberes, de significados únicos e essenciais. São “aquilo” através do que pessoas educandas e comunidades populares aprendentes entram em relação dialógica com “educadores populares intertransculturais” para realizarem, com eles e através deles, a construção de seus próprios, novos e inovadores saberes.

Na concepção libertadora de educação, o educando não pode ser visto como uma caixa vazia que recebe os depósitos dos educadores. O educador Paulo Freire denominou essa concepção de bancária, pela semelhança que há entre ela e um banco. Na concepção bancária, a relação que se estabelece entre educador e educando é de sujeito e objeto, sendo o educando um mero recipiente pronto a receber os saberes do educador. Nesse caso, não há diálogo e a relação entre os participantes é vertical, ficando marcada a hierarquia entre educador e educando.

Essa concepção de educação defendida por Paulo Freire perpassa a compreensão da incompletude e inacabamento do ser humano. Desse modo, todo tempo é tempo de aprender, pois não é um ato finito, mas de constante renovação. Essa perspectiva dialoga com a noção de alfabetização assumida em Jomtien (1990), associa-se a uma visão ampla de educação, que se estende ao longo de toda vida e que considera, portanto, que as pessoas estão permanentemente se educando em diversos âmbitos sociais, para além da escola.

A educação passa a ser entendida como uma condição necessária ao desenvolvimento pessoal e social. Como educador popular, Paulo Freire (1987) defende que a educação sozinha não pode transformar a sociedade, mas, sem ela, tampouco, a sociedade muda, pois ela jamais é neutra, mas, sim, impregnada de intencionalidade.

Deste modo, o ato de educar pressupõe estar consciente das escolhas realizadas em relação aos conteúdos, às metodologias, à avaliação, à comunicação, à convivência etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora – contribuir para a manutenção da organização e dinâmica social.

No caso do Projeto MOVA-Brasil, busca-se a concretização da concepção crítico-libertadora cuja principal referência é o educador Paulo Freire, criador, juntamente com os movimentos populares da cidade de São Paulo, do Programa MOVA-SP. A materialização desse conceito de educação e um pouco da organização do Programa podem ser resumidos nas palavras da coordenadora do MOVA-SP (1989-1992), Sílvia Telles (2012), em seu artigo *Paulo Freire e o Projeto Mova-SP*:

O MOVA-SP teve por princípio uma educação libertadora, emancipatória, em que a ação educativa objetivava a construção da identidade de sujeitos/educandos como cidadãos de direitos; portanto, exigiu um processo substantivo de formação permanente, dos educandos, dos educadores e supervisores populares e dos educadores da Secretaria de Educação, para a garantia de sua qualidade político-pedagógica e “qualidade de suas ações sociais”, motivo de avaliação e processo de sistematização do trabalho realizado.

Em que pesem esses mais de vinte anos que separam a criação do Mova na cidade de São Paulo e a terceira etapa do Projeto MOVA-Brasil, em dez estados da federação, podemos considerar que a concepção de educação permanece atual e servindo de parâmetro para as práticas desenvolvidas nas salas de aula no MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania. Como afirma a educanda do Polo Sergipe, Dona Ana, de 68 anos:

Quando entrei no Mova, já tava entrando em depressão, hoje já lê e escreve. Ninguém deixe o MOVA-Brasil, aproveite e chame outras pessoas, o Mova não ensina só a ler e escrever, a gente aprende outras coisas também.

A prática educativa do Projeto é regida pelos princípios básicos freirianos. Dentre eles, destacam-se a ideia de que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra, de que o conhecimento deve ser mediado pela problematização constante da realidade, estabelecendo assim uma educação da pergunta e da pesquisa. Compreende-se ainda que a problematização consista na busca da superação da primeira visão ingênua por uma visão crítica, capaz de transformar o contexto vivido. Deste modo, o conhecimento se constrói a partir da ação-reflexão-ação, ou seja, da práxis.

Como prática educativa libertadora, a nossa ação deve proporcionar aos sujeitos envolvidos a compreensão de que a forma como o mundo está sendo não é a única possível: conscientização. O conhecimento construído nessa perspectiva tem a função de motivar e impulsionar a ação transformadora. O ser humano deve entender a realidade como passível de modificação e a si mesmo como capaz de modificá-la.

A partir desta concepção de educação, é possível educadores(as) e educandos(as) situarem-se e agirem reflexivamente no contexto local e geral da sociedade. O(A) educador(a) é o(a) provocador(a) no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o(a) educando(a), por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade. Para Paulo Freire, o diálogo é condição para o conhecimento, que implica comprometimento com a promoção da vida.

Nesse sentido, a formação do(a) educando(a) requer um fazer pedagógico sensível e imerso na sua realidade, de forma que aborde suas problemáticas, reconhecendo seus desafios e potencialidades. É na sua existência concreta (pessoal e coletiva) que os indivíduos se constroem e reconstróem constantemente, ora afirmando o já existente ora a ele se contrapondo, mas sempre reconstruindo a si e o contexto em que atua.

A educação transformadora deve ser necessariamente dialógica, não dominadora, com relações



horizontais, de cooperação entre os sujeitos. É necessário que tenhamos clareza de que democracia só se consegue com participação, é algo que se aprende vivenciando.

Essa compreensão é fundamental para nos assumirmos como sujeitos críticos e criadores de nossos mundos, da vida cotidiana e dos rumos de nossos destinos e da história. Nesse sentido, o Projeto Eco-Político-Pedagógico é pensado e construído com a participação dos diversos segmentos, como um processo de mudança e de antecipação do futuro, em que se estabelecem princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pelo movimento, processo este que se faz fundamental à concretização dos objetivos propostos.

- Princípios da Educação Popular

Educação Popular é uma noção que remete às diferentes experiências e conhecimentos pedagógicos, que foram e continuam se acumulando no seio dos movimentos e das lutas populares, como ferramentas para fortalecê-los. Suas principais características são: justiça social; democracia participativa e transformação social. Concebe o ser humano como sujeito-parte do processo e centro da atuação.

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática. Parte da realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais. Valoriza a dialogicidade, a horizontalidade e o conhecimento prévio do indivíduo. Promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação. É a expressão do movimento cultural.

Sendo assim, a Educação Popular, sob a formulação freiriana, deve ser entendida como uma ferramenta de transformação social; num contexto de luta contra as diferentes formas de opressão e negação das liberdades, é o exercício da “Educação como Prática de Liberdade”.

Diferente da educação formal, a Educação Popular tem um sentido transformador imerso no meio popular. Na concepção histórico-crítica de educação, a concepção de Educação Popular se pauta pelos seguintes princípios:

- ético: que promove o respeito ao ser humano, combatendo qualquer tipo de discriminação social. A Educação Popular está claramente comprometida com os grupos populares que são os sujeitos que mais sofrem os múltiplos modos das violências e opressões. São eles que carregam os interesses mais fortes e urgentes da transformação humana da realidade;
- político: que promove a transformação da sociedade, tendo a educação como intencionalidade política;
- educativo: educação construída com os educadores e educandos, que valoriza a construção do conhecimento, instiga à pesquisa. Por isso, e também porque a própria relação social que se estabelece enquanto relação pedagógica é em si mesma educativa.

A construção do conhecimento e a aprendizagem, que relacionam os educadores e educandos, devem se dar em comunhão e de forma dialógica. Isso significa que cada uma das partes possui um tipo diferente de conhecimentos, e que cada tipo é igualmente importante no processo de

construção coletiva de um conhecimento.

Em suma, podemos dizer a Educação Popular é uma educação para os direitos humanos, uma vez que promove a mobilização social para a garantia dos direitos e, como afirmado antes, para uma transformação social. (LIU; PINI; GOES, 2011, p. 34)

- Concepção de Cultura

Agora sei que sou culto”, disse, certa vez, um velho camponês chileno ao discutir, através de codificações, a significação do trabalho. E ao se lhe perguntar por que se sabia culto, respondeu seguro: “Porque trabalho e trabalhando transformo o mundo. FREIRE, 1976, p. 21

Quando nos deparamos com percepções como a que teve o camponês chileno, vemos que a concepção de cultura que esse homem simples do povo apresenta insere-se na dimensão antropológica de cultura, como declara Paulo Freire, 1963, p. 17,

Pareceu-nos, então que o caminho seria levarmos o analfabeto, através de reduções, ao conceito antropológico de cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido da mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu país, como também a poesia do seu cancionero popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana.

Quando um dos mais importantes antropólogos e educadores do Brasil, Darcy Ribeiro, fala sobre como ele compreende a *cultura* ao listar os fundamentos da evolução humana. Segundo ele:

(...) a interação entre esses esforços de controle da natureza e de ordenação das relações humanas e a cultura, entendida como o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber, que se manifestam, materialmente, nos artefatos e bens, expressamente, através da conduta social e, ideologicamente, pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência em corpos de saber, de crenças e de valores¹.

Observem como o foco central da ideia de *cultura* não está no que os seres humanos fazem. Está no que eles sabem, está no que e no como aprendem, está no como coletivamente criam algo que vai da culinária típica até uma ampla visão de mundo. E está no que e no como transmitem uns para os outros: saberes, sentidos, sensibilidades, significados, socialidades. A partir daí, uma *cultura* existe presente dentro das pessoas que a partilham e, em diferentes círculos sociais de suas convivências, através do que-e-como elas pensam, como criam suas práticas, éticas, ideias e ideologias, envolvendo no seu todo e em cada dimensão os seus “fazer” coletivos. E tanto aqueles que têm a ver com o manejo da natureza, do meio-ambiente, quanto os que têm a ver com a própria compreensão, a ordenação e a transformação da sociedade.

Na verdade, tudo o que em uma escala mais ampla, mais diferenciada e mais complexa, ocorre no cotidiano de uma ampla sociedade ou de uma pequena comunidade, ocorre também no interior de um de seus sistemas culturais chamado *educação*. E, nela, ocorre dentro de uma de suas mais importantes instituições sociais, chamada *escola*. Porque tudo o que acontece na *educação*, na escola e na sala de aulas faz parte de um *mundo de cultura*.

Assim, a língua que se fala e através da qual as pessoas trocam sentimentos, saberes, e valores entre elas. E, assim também, todos os sistemas complexos interconectados e intercomunicados de maneiras de compreender o mundo, de atribuir um sentido à vida, de pensar o destino humano, de estabelecer uma ou diferentes identidades.

Deixada num livro, a gramática da nossa língua ou um poema de Adélia Prado é parte do que poderíamos chamar de “cultura morta”. Está ali, feita, realizada e deixada de lado. Mas elas retornam à vida, elas se reacendem como um momento de “cultura viva” quando uma professora toma um livro de gramática e trabalha um tema dela com seus estudantes. O poema renasce quando um grupo de estudantes de EJA o toma e lê em conjunto. Melhor ainda, quando se anima a preparar algo de arte em sala-de-aula, a partir do poema lido, dialogado, sentido e aprendido.

Esta é uma das razões pelas quais o mestre, a professora, educadoras e educadores são sujeitos de culturas quase sempre estimados e mesmo reverenciados entre os mais diferentes povos, de uma pequenina tribo indígena a uma complexa sociedade pós-moderna. Ao lado de sermos aquelas e aqueles que ensinam-saber-que-aprenderam, somos também aqueles e aquelas que não somente transmitem o saber-sentido de uma cultura, de uma geração para a outra. Somos as pessoas que, ao realizarem isto, estão continuamente “despertando o saber”, “acordando o sentido”, trazendo de

¹ Darcy Ribeiro, O processo civilizatório – etapas da evolução sociocultural, Companhia das Letras, São Paulo, 1998, pg. 40.

volta à vida, nos pequenos e grandes círculos onde pessoas se reúnem para, juntas, viverem o mistério e o milagre do *diálogo do saber*, frações de valor inestimável do conhecimento humano.

Podemos duvidar dos inúmeros milagres que nos são anunciados pela mídia todos os dias. Mas como duvidar do milagre que resulta de se estar diante de uma turma de sete mulheres e cinco homens analfabetos e, ao final de oito meses, vê-los alfabetizados? Isto é, ascendidos culturalmente ao mundo da palavra escrita. O que significa trabalhar com uma “Turma de EJA” durante um período de meses e anos e descobrir em cada educando-aprendente um alguém que ascende a esferas cada vez mais densas e interligadas do saber de sua cultura?

Temos uma tendência a pensar a *cultura* como o *folclore*. Como o domínio quase residual dos costumes, das crenças, das criações artísticas e artesanais de nossos povos. Ela é “também” isto, mas é muito mais do que apenas isto. A *experiência humana* de criar e viver *culturas* envolve a totalidade da vida coletiva de uma comunidade ou de todo um povo. Todas aquelas dimensões do que aprendemos – as práticas do fazer, as éticas do agir, as políticas do viver e os universos simbólicos – são dimensões interligadas de um mesmo complexo processo cultural.

Paulo Freire, em sua metodologia deu destaque especial à cultura. Ele criou o Círculo de Cultura, que colocava o educando no papel de investigador durante o processo de ensino e aprendizagem, criou as fichas de cultura, que eram imagens para problematizar a realidade e introduzir as palavras geradoras.

Hoje, ao nos depararmos com o desafio de reinventar Paulo Freire, não podemos desconsiderar que somos, assim como os educandos e educandas com os(as) quais trabalhamos, produtores de cultura, pois assim como o camponês chileno, transformamos o mundo com o nosso trabalho e por meio dele nos transformamos também. Essa é a dimensão antropológica da cultura.

- Concepção de Educação e Trabalho

Trabalho, emprego e renda

Educador(a), você percebeu que ora falamos de trabalho e ora de emprego. Eles significam a mesma coisa? O que é trabalho? O que é emprego?

Segundo o Dicionário do Pensamento Social do Século XX (1996), o trabalho é o esforço humano dotado de um propósito, que implica a transformação da natureza por meio do dispêndio de capacidades físicas e mentais. Para Marx (2002, p. 211),

[...] o trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo integrado no qual o ser humano faculta, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade [...] Ao atuar sobre a natureza

externa a si, modificando-a, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza.

O homem no mundo e com o mundo



Natureza e cultura. Através do debate desta situação, em que se discute o homem como um ser de relações, se chega à distinção entre os dois mundos o da natureza e o da cultura. Percebe-se a posição normal do homem como um ser no mundo e com o mundo. Como um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade. Com perguntas simples, tais como: quem fez o poço? Por que o fez? Como o fez? Quando? Que se repetem com relação aos demais “elementos” da situação emergem dois conceitos básicos: o de necessidade e o de trabalho e a cultura se explica num primeiro nível, o de subsistência. O homem fez o poço porque teve necessidade de água. E o fez na medida em que, relacionando-se com o mundo, fez dele objeto de seu conhecimento. Submetendo-o, pelo trabalho, a um processo de transformação. Assim fez a casa, sua roupa, seus instrumentos de trabalho. A partir daí, discute com o grupo, em termos evidentemente simples, mas criticamente objetivos, as relações entre os homens que não podem ser de dominação nem de transformação, como as anteriores, mas de sujeitos.

Em outras palavras, podemos afirmar que o trabalho é a ação transformadora que o ser humano realiza sobre a natureza, sobre o meio ambiente em que vive e, ao modificar a natureza, ele modifica também a sua maneira de pensar, de agir e de sentir, transformando não só o meio ambiente, mas também a si mesmo como ser humano.

Pela realização do trabalho, o ser humano se modifica, se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua cultura.

Antes do emprego veio o trabalho. Este existe desde que o ser humano começou a intervir na natureza e nos seus ambientes de vida, fazendo uso de ferramentas e utensílios criados por ele. É por meio do trabalho que produzimos a nossa existência. Produzimos alimentos, roupas, máquinas e tantos outros produtos necessários, sejam necessidades efetivamente reais ou criadas. Trabalho é cultura. Em cada contexto histórico, social, econômico, político e cultural, a classificação, os tipos e o valor do trabalho se diferenciam.

Economia Solidária

Cada sociedade cria um conceito próprio, divide o trabalho em certas categorias e atribui-lhe um determinado valor. Em comunidades indígenas, o trabalho é compreendido e realizado de uma forma; na sociedade feudal, de outra. No contexto do próprio mundo capitalista – da primeira, segunda e terceira revolução industrial – houve e há diferentes formas de valorizar e organizar o trabalho. Quando as condições econômicas, políticas ou tecnológicas se alteram, o trabalho também se altera. Muda a forma como ele é realizado: manual, mecânica, elétrica, eletrônica etc. Mudam os instrumentos que são utilizados, as relações, o modo de produção. Cada sociedade varia na forma como organiza, interpreta e valoriza o trabalho. O emprego é algo recente na história da humanidade. Podemos afirmar que se trata de um conceito que surgiu no contexto da Revolução Industrial. Ele consiste numa relação entre homens que vendem sua força de trabalho por algum valor, alguma remuneração e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca, algo como um salário. Caracteriza-se por uma relação estável, com períodos mais ou menos prolongados, estabelecida entre quem organiza o trabalho e quem o executa. É uma espécie de contrato. O possuidor dos meios de produção, ou seja, o dono dos meios e dos objetos de produção (os donos das fábricas, das indústrias, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas) pagam, por meio de contratos, pelo trabalho de outros, de pessoas que não possuem meios de produção, por isso vendem sua força de trabalho, para que os objetos, serviços e produtos esperados sejam produzidos.

Trabalho como princípio educativo

Dentre as inúmeras relações que homens e mulheres estabelecem com a sociedade, o trabalho é, sem dúvida, a mais perene. É por meio do trabalho que o ser humano se reconhece como produtor de cultura. Não é a toa que na experiência realizada por Paulo Freire, na década de 1960, em Angicos, a questão do trabalho estava presente nas discussões por meio das imagens criadas por Francisco Brenan, para problematizar o conceito de cultura, uma vez que para Paulo Freire trabalho e cultura são categorias indissociáveis. Como um ser criador e recriador, o ser humano vai, por meio do trabalho, alterando a realidade e a matéria da natureza, produzindo cultura. Nessa perspectiva, “seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar – e ajudar o mundo a ser melhor” (FREIRE, 2011, p. 132-151).

Paulo Freire concebe o trabalho como uma prática humana de intervenção no mundo e, por isso mesmo, prazerosa, contribuindo para a satisfação pessoal e o bem estar coletivo.

No entanto, o que temos, historicamente, é a força do capital criando modelos cada vez mais competitivos e relações de trabalho pautadas pela exploração, exigindo que homens e mulheres produzam cada vez mais e consumam mais do que produzem, tornando-se presas fáceis da exploração capitalista. O trabalho, nessa lógica mercantilista, apresenta-se como um fardo, castigo, sofrimento.

Concordamos com Frigotto (1989, p. 4) quando diz que a ideologia cristã e positivista prega a ideia de que todo trabalho dignifica o homem: “Nas relações de trabalho onde o sujeito é o capital e o homem é o objeto a ser consumido, usado, constrói-se uma relação educativa negativa, uma relação

de submissão e alienação, isto é, nega-se a possibilidade de um crescimento integral”. Nessa lógica mercantilista concebem-se expressões que definem homens e mulheres como “capital humano”.

Contrapondo-se a essa visão alienante e embrutecedora do trabalho, propomos o trabalho como princípio educativo, humanizador, entendendo que os trabalhadores têm direito, não só à apropriação da técnica, mas aos fundamentos científicos do trabalho com vistas à formação humana.

O MOVA-Brasil, com sua proposta educativa comprometida com a superação de toda e qualquer situação de opressão, concebe o trabalho como ação transformadora, emancipadora e a economia, nesta perspectiva não pode ser pensada de modo exploratório, mas solidária. Assim sendo, é necessário entender a formação profissional como parte da formação integral dos educandos. À medida que o trabalhador aperfeiçoa a sua prática, ele adquire uma postura menos servil nas relações com seu empregador, adquire maior autonomia e amplia sua visão de mundo. Ao propor a formação profissional aos educandos em processo de alfabetização, busca-se inserir os alfabetizados no universo da cultura letrada e inseri-los ou reinseri-los no mundo do trabalho com maior autonomia. Ao propor essa ponte ligando a formação intelectual à profissional, procuramos possibilitar uma travessia mais segura da exclusão à inserção social. A formação permanente e continuada ao longo da vida é um caminho para a libertação de homens e mulheres e para a transformação da sociedade que temos para aquela que sonhamos ter num futuro próximo. Para avançar nessa direção é preciso que tenhamos claro a nossa concepção acerca de educação profissional e a importância de integrar essa à educação básica.

Etimologicamente a palavra educação (do latim *educare*) significa nutrir, criar algo e trazer esse algo para fora da pessoa, explicitando o que mais existe além dela mesma. Essa definição contrapõe-se ao conceito de educação bancária, onde o conhecimento é depositado de fora para dentro. Educar, na perspectiva freiriana é, segundo Gadotti, (2005, p. 38) “impregnar de sentido cada ato da vida cotidiana”, portanto, é um movimento de dentro para fora.

Nesse contexto, podemos entender a educação profissional como modalidade da educação que permite ao trabalhador ampliar seus saberes profissionais adquiridos ao longo da vida, de modo a tornar-se mais qualificado para o exercício de sua profissão. A qualificação nesse sentido apresenta-se como caminho, mas também como resultado do processo educativo. Qualificado profissionalmente é o trabalhador que encontra-se preparado técnica e politicamente para lidar com os desafios e demandas que a sociedade atual, altamente tecnológica apresenta.

A introdução de novas tecnologias e técnicas de gestão aponta para uma formação integral dos trabalhadores, que, para possibilitar a sua inserção e permanência no mundo do trabalho, devem considerar: maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio lógico e capacidade de abstração; capacidade de redigir e compreender textos; maior iniciativa, sociabilidade e liderança; maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação; solidariedade, capacidade de organização e de atuação em grupo, consciência dos próprios direitos e capacidade de tomar decisões (BRASIL, 2007, p. 28).

Educação profissional na perspectiva socioambiental

Vivemos hoje o período em que mais encontramos oferta de formação profissional. O governo federal até 2014 espera investir 24 bilhões nessa área. Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs); Sistema S (Senai, Senac, Senat, Senar etc.) e diversas instituições públicas e privadas oferecem cursos gratuitos de formação profissional, com o intuito de melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho.

Alinhada a nossa concepção de formação profissional, a Economia Solidária se apresenta como um

jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, enfim, gerar renda. Deixando de lado as práticas puramente mercantilistas a Economia Solidária sem explorar, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, entende que a cooperação e a solidariedade, fortalecem o grupo, onde cada um pensa no bem de todos e no próprio bem.

Com base no Caderno de Formação sobre Economia Solidária do Projeto MOVA-Brasil (2011), são dez os princípios dessa forma de economia:

- **Autogestão.** Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
- **Democracia.** A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;
- **Cooperação em vez de forçar a competição.** Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
- **Centralidade do ser humano.** As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;
- **Valorização da diversidade.** Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou orientação sexual;

Podemos resumir esses princípios em: igualdade, que é o seu princípio básico, o cooperativismo, o consumo consciente e a defesa da natureza e do trabalhador.

A Economia de Mercado, por sua vez, é pautada pelo lucro, pelo individualismo, pela competitividade, gerando desigualdade social, poluição, desmatamento, consumismo, entre outras coisas. A educação tem papel fundamental na busca de superação desse modelo.

A educação profissional na perspectiva socioambiental identifica-se com os princípios da Economia Solidária na medida em que reconhece o trabalho como elemento capaz de promover a inclusão social e a preservação da vida por meio de práticas sustentáveis.

Por isso, nossa perspectiva de formação profissional não concebe a possibilidade de adoção de propostas aligeiradas que formam os trabalhadores apenas para executar tarefas. Defendemos propostas que formem profissionais para agir e transformar a realidade e, por isso, devem ser pautadas na ética e na justiça social, garantindo aos educandos trabalhadores o exercício consciente da cidadania.

Desse modo, consideramos fundamental que o processo de formação profissional articulado à alfabetização deve levar em consideração os saberes que os educandos já trazem para o espaço da sala de aula, tanto relacionado à aquisição da leitura e da escrita quanto relativo às atividades profissionais, pois, muitos educandos já desenvolvem algumas atividades profissões, mas, não possuem o devido reconhecimento por não possuírem a respectiva certificação, seja de pedreiro, eletricista, encanador, mecânico e outras.

A nossa proposição é de ampliar as possibilidades de exercício da cidadania por meio da articulação entre alfabetização e formação profissional, como maneira de consolidar o processo de aquisição da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos, bem como contribuir para o reconhecimento

das habilidades profissionais dos educandos participantes conferindo-lhes certificação por instituições e instâncias legitimadas historicamente pela sociedade no desempenho de cursos de diferentes profissões relacionadas à economia de mercado e à economia solidária, como são os casos do Sesi, Senai, Sebrae e Fórum de Economia Solidária.

Apresentaremos a seguir algumas possibilidades de concretização da Economia Solidária, transcritas do Caderno de Formação Economia Solidária do MOVA-Brasil (2011).

Exemplos das práticas na economia solidária

Para ficar mais claro como a economia solidária está presente em nosso dia a dia, destacaremos alguns exemplos que nos ajudam a reconhecer estas práticas:

Empreendimentos de Economia Solidária

(EES) – grupos produtivos coletivos por meio dos quais as pessoas, em união, organizam o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão, nem empregados, respeitando o meio ambiente e suas diferenças de crença, de gênero, de raça e etnia. Podem estar ou não com registro, por exemplo, formalizadas em cooperativas e associações, e mesmo grupos informais. Os empreendimentos de economia solidária podem exercer qualquer tipo de

atividade econômica, no campo ou na cidade, como: catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (como verduras, legumes, temperos e refeições), confecções, artesanato, calçados, móveis, utensílios, artesanato, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção, prestação de serviços. Também podem ser grupos sociais minoritários organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pessoas com deficiência.

Redes de produção, comercialização e consumo – as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo, as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria economia solidária, com melhor qualidade e um valor acessível. Na venda, organizam-se para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.

Bancos comunitários e fundos rotativos da própria comunidade, feito pelas pessoas e sem depender de grandes bancos.

Feira de trocas – as pessoas organizam o mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso de uma moeda criada pelos participantes, a chamada moeda social.

Empresas recuperadas autogestionárias – quando os(as) trabalhadores(as) se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos, em situação de falência da empresa. Deixam de ser empregados(as) com patrão, para se tornarem cooperados(as), com gestão igualitária e coletiva do trabalho.

Entidades de apoio e assessoria – desenvolvem diversas ações para apoio direto junto aos empreendimentos de economia solidária, como capacitação, assessoria, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência à técnica organizativa.

Rede de gestores públicos de economia solidária – gestores de nível municipal, estadual ou federal, organizados e representados em rede, que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas

públicas de economia solidária.

Associações e entidades de representação dos empreendimentos de economia solidária.

(FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p. 5 e 6).

- Concepção de Jovem

O jovem no MOVA-Brasil: a ousadia de saber e a humildade para aprender

Segundo documentos oficiais, jovem é a pessoa que se encontra entre os 15 e os 29 anos de idade. Entretanto, sabemos que ser jovem não se resume à faixa etária, mas trata-se de um conjunto amplo e complexo de fatores que se entrelaçam na constituição das características da juventude.

Inúmeras visões sobre os jovens foram se constituindo ao longo do tempo. Não há um conceito único e perene. Trata-se, pois, de uma concepção construída histórica e culturalmente, que incorpora cenários sociais locais e globais, além de elementos relativos a gênero, etnia, condição social, diálogo geracional, criando não apenas uma juventude, mas várias juventudes, conforme vemos em José Machado Pais (1997 apud ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 23-24), que declara haver duas grandes linhas na sociologia da juventude:

Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isto é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência. Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presentes nessa categoria.

Na sociedade atual, o jovem ainda é alvo de discriminação e preconceito. Muitas vezes são vistos como demasiadamente infantis e imaturos para algumas coisas e considerados adultos para outras (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007). Essa oscilação demonstra claramente a dificuldade de se conceber o jovem como sujeito de direitos, com identidade própria.

Sabemos das inquietações típicas dessa etapa do desenvolvimento humano, muitas são as certezas, as dúvidas, os conflitos que invadem a cabeça do jovem, provocando uma série de atitudes ora

bastante refletidas, ora completamente movidas por impulso, produzindo vários momentos de instabilidade e insegurança.

Esse comportamento muitas vezes não refletido, aliado às situações de desigualdade presentes em nossa sociedade, leva milhares de jovens ao caminho da criminalidade, gravidez juvenil, dependência química e outras situações de vulnerabilidade social.

No entanto, há uma busca por afirmação. Prova disso são os movimentos juvenis.

Mas essa busca que mobiliza as juventudes precisa ser potencializada no campo educativo. Isso nos alerta para a necessidade de oferecer novas oportunidades de aprendizado. Os adolescentes, com suas linguagens próprias, seu dinamismo e curiosidade, requerem do educador uma abordagem metodológica diferenciada. A identificação com esse dinamismo, a predisposição em compreender a postura irreverente do jovem, são fatores fundamentais na relação educador-educando. Desverticalizar essa relação é o primeiro passo em busca dessa compreensão.

Nesse sentido, é possível mobilizar as juventudes, em prol da construção de processos formativos emancipadores, capazes de transformar contextos de opressão e de violação de direitos em situações de protagonismo juvenil e participação social.

Cabe aos educadores potencializar a curiosidade, a vontade de se aventurar em diferentes áreas do conhecimento, que acabam por se constituir aos jovens como necessidade inadiável, uma vez que o atrativo das descobertas se impõe como algo irresistível.

Os estudos contemporâneos sobre juventude nos mostram o importante papel da educação na socialização dos jovens.

Essa é uma preocupação do Projeto MOVA-Brasil, uma vez que os jovens representam 18,28% do total de educandos, segundo os dados da terceira etapa, 2011, sendo assim distribuídos nos nove Polos, conforme a tabela a seguir.

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	23,89	22,28	16,48	21,70	08,71	20,46	14,24	16,28	18,52
Total	18,28%								

No Projeto MOVA-Brasil, o monitor tem a complexa tarefa de explorar todo esse potencial de descoberta e construção no desenvolvimento das atividades de sala de aula, de forma que esses educandos se percebam como corresponsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem.

Acreditamos que potencializar a presença jovem, sua capacidade criadora e inventiva é anunciar um futuro melhor. Concordamos com Arroyo (2005, p. 21) quando diz:

[...] o que há de mais esperançoso na configuração da EJA como campo específico de educação é o protagonismo da juventude. Esse tempo da vida foi visto apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta. Um tempo provisório. Nas últimas décadas, vem se revelando como um tempo humano, social, cultural, identitário que se faz presente nos diversos

espaços da sociedade, nos movimentos sociais, na mídia, no cinema, nas artes, na cultura... Um tempo que traz suas marcas de socialização e sociabilidade, de formação e de intervenção. A juventude e a vida adulta como um tempo de direitos humanos, mas também de sua negação.

Para que não naturalizemos a negação dos direitos a esses jovens, faz-se necessário que cada educador e cada educadora do MOVA-Brasil busque novos elementos metodológicos e culturais que contribuam com o enfrentamento dessa questão. Se conseguirmos articular adequadamente, nas ações do Projeto, essa potencialidade da juventude com a experiência de vida e os saberes dos adultos e idosos, possivelmente, teremos resultados ainda melhores das nossas práticas pedagógicas.

- Concepção de Adulto

A hegemonia dos adultos em meio aos conflitos de geração e à solidariedade

Segundo os dados da terceira etapa, os adultos, faixa etária entre 30 e 59 anos constitui a grande maioria das educandas e educandos do Projeto MOVA-Brasil, representando 64,38%, assim distribuídos nos nove Polos:

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	65,23	62,88	65,68	63,07	65,28	64,1	59,72	66,11	67,99
Total	64,38%								

Esse número de pessoas exige o desenvolvimento de uma metodologia que contemple ao mesmo tempo essa hegemonia dos adultos e a heterogeneidade etária pela presença também dos jovens e dos idosos que, somados, atingem mais de 35% das educandas e educandos presentes nas salas de aula do Projeto.

O adulto, pela sua constituição psicossocial, pode representar o equilíbrio necessário ao convívio entre jovens, adultos e idosos, inclusive pelo seu grau de maturidade e sua capacidade de compreensão dessas relações por vezes conflituosas motivadas pela diferença de idade entre aqueles que têm entre 15 e 29 anos, os jovens, e os que têm idade a partir de 60 anos, os idosos.

Essa parcela hegemônica do Projeto pode desempenhar um papel fundamental para equacionar as diferenças entre os jovens e os idosos que, em certa medida, representa algum grau de dificuldade no desenvolvimento da prática pedagógica.

Cabe ao monitor mediar essas relações e lançar mão da compreensão e contribuição dos adultos na

superação dos obstáculos que se apresentem, convocando todas e todos para uma convivência harmoniosa, apesar das diferenças de idade, de interesses e desejos. Isto é, compete ao monitor coordenar o processo educativo nas salas de aula com essa heterogeneidade, de forma que todas e todos tenham seus direitos de aprender e compartilhar seus saberes num clima de cooperação e solidariedade mesmo, e principalmente, nos momentos em que haja algum nível de tensão durante as aulas.

Acreditamos que os educandos adultos, até mesmo por se tratar de pessoas com objetivos em sala de aula, muitas vezes motivados pelas questões relacionadas à sua atividade profissional, tendem a contribuir significativamente para que as aulas atendam às suas necessidades práticas cotidianas, trazendo, inclusive, muitos elementos do seu trabalho que devem ser tratados como conteúdos das aulas.

O mesmo tratamento também deve ser dispensado aos saberes trazidos pelos jovens e idosos, como forma de reconhecimento da importância desses conhecimentos e respeito por essas pessoas, contribuindo assim para que se sintam e se percebam valorizados pela aproximação com os saberes populares historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade, apesar de, em grande medida, historicamente acumulado, mas ainda carente de sistematização com a rigurosidade metódica necessária.

- Conceção de Idoso

Segundo o texto de apresentação do Estatuto do Idoso, Lei Federal n.º 10.741, é considerada idosa pessoa com 60 anos ou mais. De acordo com o Estatuto, no Brasil, tem aumentado muito os anos de vida da população e isso tem provocado algumas medidas necessárias por parte da sociedade e do poder público diante desse novo quadro. Segundo o documento, o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas décadas do século passado, mudaram o perfil demográfico do Brasil. Rapidamente, deixamos de ser um “país de jovens” e o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas. Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,6% da população. Esta proporção chegará a 14% em 2025 (32 milhões de idosos). Embora o envelhecimento populacional mude o perfil de adoecimento dos brasileiros, obrigando-nos a dar maior ênfase na prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, nossa maior atenção precisa se voltar para as políticas que promovam a saúde, que contribuam para a manutenção da autonomia e valorizem as redes de suporte social.

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder

Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004).

Tomando como referência as informações da 3ª etapa do Projeto MOVA-Brasil, as pessoas idosas representam um total de 17,34%, distribuídas assim nos nove Polos, conforme tabela a seguir.

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	10,89	14,84	17,85	15,23	26,01	15,45	26,04	17,61	13,49
Total	17,34%								

No Projeto MOVA-Brasil, olhamos para o idoso como uma pessoa de muita experiência de vida e muitos saberes a serem compartilhados com outros idosos, com os adultos e, principalmente, com as pessoas mais jovens que constituem as nossas salas de aula, estabelecendo uma relação de colaboração e solidariedade entre as diferentes faixas etárias, com a certeza de que todas têm muito a contribuir com as outras e muito o que aprender entre elas.

Temos a compreensão de que essas pessoas com 60 anos ou mais são portadoras dos mais variados tipos de conhecimentos já testados nas atividades práticas do cotidiano da vida. Além disso, entendemos que elas apresentam desejos e necessidades específicas de sua faixa etária, devendo ser contempladas na seleção, organização e abordagem dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, fazendo valer o direito à educação ao longo da vida.

Para o Projeto MOVA-Brasil, a inclusão é um princípio fundamental. Por isso não concordamos com a afirmação segundo a qual o idoso é uma pessoa de outra época, vivendo fora do seu tempo histórico. Entendemos o mundo heterogêneo por natureza, constituído por crianças, jovens, adultos e idosos, cada um devendo ser tratado como integrante e construtor dessa sociedade e respeitado nas suas particularidades. Essa riqueza de interesses, desejos e saberes, dessas diferentes faixas etárias, pode significar um grande aprendizado na constituição da individualidade, a partir da convivência com a alteridade, tendo esta como referencial na construção da subjetividade. Para isso é determinante o trabalho que realizamos dentro e fora das nossas salas de aula em todas as ações do Projeto.

Nesse sentido, a exploração das múltiplas inteligências é imprescindível para que os aspectos cognitivos, sociais, culturais, afetivos e outros sejam contemplados na prática pedagógica trabalhada no Projeto, como forma de respeitar as especificidades da pessoa idosa e contribuir para que elas, além de terem voltado a estudar, continuem frequentando as nossas salas de aula até o final de cada etapa do MOVA-Brasil, numa demonstração clara da determinação da busca pela dignidade humana, materializada no exercício da cidadania, no qual a educação ocupa lugar de destaque.

O educando idoso do MOVA-Brasil não deve ser tratado nem como pobre coitado, nem como quem já sabe de tudo da vida, mas antes como pessoas que, apesar de muito já saberem, ainda têm muito o que aprender, motivados pela convicção da experiência e pela humildade de que o horizonte do conhecimento é inalcançável, como qualquer horizonte.

O respeito às especificidades dos nossos educandos idosos não pode significar o reforço à lógica individualista e egoísta ou às suas idiossincrasias, mas a consideração às particularidades do coletivo



das pessoas dessa faixa etária nas diferentes dimensões da vida na sociedade contemporânea, tendo em vista, inclusive, as conquistas sociais e culturais voltadas à dignidade humana, cabendo aos educadores do Projeto trabalhar essas conquistas no sentido de fazer valer na prática cotidiana o que já está garantido nas letras das normas e das leis, por exemplo.

Acreditamos que a nossa compreensão de currículo, expressa neste documento, contribui para a concretização da nossa ideia de inclusão na perspectiva de ultrapassagem de fronteiras entre povos, conhecimentos e faixas etárias que caracterizam a heterogeneidade das salas do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, uma vez que o limite dessa lógica é a realização do nosso Projeto de sociedade alicerçada no respeito às diferenças, às diversidades e na afirmação da radicalidade democrática em busca da liberdade da espécie humana e da sustentabilidade do planeta. Só assim poderemos realizar nosso sonho de justiça e de paz na Terra.

- Concepção de conhecimento, ensino e aprendizagem.

Conhecimento

Partimos do pressuposto segundo o qual não existe verdade absoluta e que o objeto nunca aparece para nós de forma completa e direta, nunca é a coisa em si que percebemos, mas sempre uma imagem de que acreditamos ser a coisa, imagem essa construída sob a mediação de nossa subjetividade. Portanto, a verdade aqui é entendida como aproximação da realidade e jamais o próprio real. Mesmo que o campo de investigação seja o das ciências tidas como positivas, como são os casos da física, da biologia ou da química. Nesses casos podemos afirmar que as hipóteses e boa parte do trabalho do cientista são marcadas pelas escolhas e rejeições do cientista, ainda que essas seleções e recusas estejam condicionadas por determinadas realidades históricas. A decisão é tomada por um sujeito ou um conjunto deles, diferindo aí apenas a subjetividade individual ou coletiva. Como afirma Miriam Limoeiro Cardoso (1978, p. 25):

O mundo à nossa volta, fora da nossa consciência enquanto nós próprios estamos dentro dele, aparece como um desafio que o nosso conhecimento se faz em relação a ele. As evidências a indicarem que o mundo real aí está como objeto à mostra, passível de ser compreendido através delas mesmas. Quanto mais o conhecemos, todavia, e quanto mais conhecemos que o conhecemos – pela ciência e sua história – mais claro se torna, embora não seja evidente que não é o mundo como tal que se constitui no objeto do nosso conhecimento, que ele não se mostra, que as evidências são sistematicamente enganadoras. E que, como consequência, o conhecimento não é absoluto e que a verdade que ele nos dá é sempre uma verdade aproximada.

Não se pretende aqui, por um lado, negar o rigor necessário a todo processo de pesquisa de qualquer área, inclusive da educação, e cair no relativismo segundo o qual tudo vale, nem, por outro, supervalorizar os procedimentos tidos como científicos pelo grau de veracidade que eles supostamente engendram. Acreditamos na força do questionamento, da problematização como atitude inalienável no processo de construção do conhecimento, constituindo-se num amplo movimento cuja base relacional dos sujeitos envolvidos é o diálogo, conforme nos orienta Bachelard (1996, p. 14), em relação à produção do conhecimento científico:

Uma hipótese científica que não esbarra em nenhuma contradição tem tudo para ser uma hipótese inútil. Do mesmo modo, a experiência que não retifica nenhum erro, que é monotonamente verdadeira, sem discussão, para que serve?

Acreditamos que o conhecimento não se dá por um processo de acumulação sequencial de etapas e sim por rupturas e saltos, quando um novo conhecimento é confrontado com o conhecimento anterior a ele. Ou seja, o novo, parte do velho e busca superá-lo num movimento constante e antropofágico no qual, muitas vezes, a novidade depende da desconstrução do antigo para o seu nascimento. Isso significa que, por diversas vezes, temos que abrir mão de velhos paradigmas em relação aos nossos conhecimentos e aos educandos para abraçarmos os novos paradigmas, não pelo simples fato da novidade, mas por se mostrarem mais amplos, mais adequados e coerentes com os nossos princípios, sem perder de vista a história do conhecimento nas diversas áreas. Segundo Possenti (2005 apud MUSSALIM; BENTES, 2005, p. 355):

O conhecimento não se produz por acumulação, mas por saltos e mudanças de rumo em relação às etapas anteriores. As novas teorias não são vistas como desenvolvimento e sofisticação das anteriores, mas como efeito, em boa medida, de seu abandono, seja por estarem “esgotadas”, seja porque novas problemáticas, novas vontades de verdades tomam seu lugar, tanto teórica como politicamente. Havendo saltos ou rupturas, também deixa de haver “finalidade”, concebida como uma corrida em relação a um ideal (de conhecimento absoluto). A suposta corrida é mais bem entendida se for vista como feroz competição, seja por espaços teóricos, seja por financiamentos, seja pelo poder que deriva do conhecimento.

No caso do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, partimos do pressuposto de que as educandas e os educandos trazem para as salas de aula um conjunto de saberes construídos ao longo de suas experiências de vida e que esses conhecimentos devem ser considerados, desenvolvidos e ampliados no trabalho pedagógico, e a eles sejam acrescentados outros saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade.

O conhecimento não está na realidade, apartada dos sujeitos, nem nos sujeitos separados da realidade. Acreditamos que o conhecimento é uma construção dos sujeitos inseridos no mundo e mediados pela realidade mais próxima e mais ampla. Nesse sentido, a aquisição da leitura e da escrita por parte das educandas e educandos passa, necessariamente, por uma intervenção do monitor na condição do par mais experiente, como preconiza Vygotsky (1991), e pelas hipóteses

desses educandos a respeito de suas construções diante do desconhecido à sua frente e da novidade que começa ser gestada em suas mentes. Trata-se do conhecimento do educador sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), conceito desenvolvido pelo psicólogo russo Lev Vygotsky.

No conflito entre o desconhecimento e a possibilidade de conhecer, os papéis de educador e educando precisam estar bem definidos para que a aprendizagem seja construída, cada um intervindo com sua parcela de responsabilidade. O papel do educador não é o de facilitador, e sim o de mediador, uma vez que ele dialoga com o educando, problematizando as hipóteses deste, e suas problematizações podem deixar o educando em conflito diante do código escrito. Porém, esses questionamentos, se postos adequadamente, considerando a capacidade dos educandos de superá-los, podem levar a novos conhecimentos, confirmando ou modificando as hipóteses levantadas.

Trabalhar com a perspectiva do conhecimento como aproximação e de verdades relativas é o que pode levar o educador a considerar as variantes linguísticas presentes nas salas de aula do Mova e os diferentes processos de construção e utilização da linguagem matemática por parte dos educandos. É o que possibilita ao educador trabalhar com diferentes formas de expressão da língua portuguesa sem desqualificar nenhuma delas e ressaltar a variante de prestígio social, explicando, inclusive, as razões desse prestígio. Trata-se não de um gesto de bondade com o objetivo de facilitar o processo de aprendizagem dos educandos, mas sim de reconhecer que *não existem saberes melhores nem maiores, mas saberes diferentes*, como nos ensina a obra do educador Paulo Freire.

Aprendizagem

É muito comum, quando se pensa em ensino no ambiente escolar, imaginarmos a figura da professora colocando lições na lousa e ao pensar em aprendizagem nos vir a imagem de textos decorados, provas orais e escritas, questionários e outras verificações do conhecimento. Mas nem sempre essas situações representam ensino, tampouco aprendizagem. Estas duas práticas podem se dar dentro e fora do contexto escolar, mas é no ambiente educativo, seja numa turma de alfabetização ou em uma sala de EJA nas unidades escolares que o ensino e a aprendizagem acontecem de forma articulada, por isso a importância de compreender o sentido de ambas.

No processo de ensino, cabe ao educador, em suas atividades junto aos educandos, contribuir para a construção da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), de acordo com Vygotsky, e atuar como mediador justamente nessa área, fazendo com que o educando que se encontra no nível pré-silábico avance para o nível silábico, com base nas pesquisas de Emília Ferreiro, por exemplo. Criar condições em sala de aula para que o próprio educando saia das aparências e consiga mergulhar num nível mais profundo de conhecimento da realidade à sua volta a partir das várias etapas da Leitura do Mundo, por meio de problematizações que levem a reflexões sobre as desigualdades sociais existentes e possibilidades de transformação da realidade por se tratarem de questões históricas e não naturais, sendo o próprio educando produto e produtor do meio social mais específico e mais amplo em que vive.

Em relação à aprendizagem, concordamos com Paulo Freire (1997, p. 77), quando diz:

Aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Pelas palavras de Freire, percebemos que a aprendizagem é um processo que incorpora diferentes dimensões (cognitivas, culturais, sociais etc.), e que se dá por meio do movimento constante de construção e reconstrução do conhecimento. Aprendemos a partir do que sabemos, com vistas à ampliação e ressignificação do sabido. Nesse sentido, a **aprendizagem** é meio e é fim.

As educandas e os educandos trazem para as salas de aula um conjunto de saberes construídos ao longo de suas experiências de vida e esses conhecimentos devem ser considerados, desenvolvidos e ampliados no trabalho pedagógico, e a eles sejam acrescentados outros saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade.

A tarefa de acrescentar esses conhecimentos, sem anular os saberes dos educandos, é o que podemos definir como **ensino**. Nessa perspectiva, ensinar exige um exercício constante de ação-reflexão-ação. Mais do que isso, exige pesquisa, conforme anuncia Paulo Freire (1997, p. 32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino, continuo buscando, re-procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar; constatando, intervenho; intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Para Feitosa (2008, p. 45)

O educador pesquisador, mais do que um transmissor de conhecimento, é aquele que deve acompanhar o processo de construção de conhecimento do educando. Esse acompanhamento pressupõe saber como o educando aprende, quais as hipóteses que constroem os conflitos cognitivos e os caminhos que encontra para superar esses conflitos. Pressupõe também a observação, o registro e a avaliação desse processo, a fim de possibilitar as intervenções necessárias e provocar situações desafiadoras que ajudem os educandos a questionar suas certezas, para que possam considerar a existência de diferentes formas de pensar e, com isso, ampliar seu conhecimento. Essa atuação do educador exige pesquisa e reflexão crítica sobre a prática. Não há lugar para o espontaneísmo.

O Projeto MOVA-Brasil busca fortalecer o diálogo e a interação entre o sujeito que ensina (e aprende ao ensinar) e o sujeito que constrói sua aprendizagem. É nessa relação dinâmica que se dá a construção do conhecimento e a verdadeira aprendizagem.

- Concepção de Alfabetização

Se levarmos em conta a historiografia dos métodos de alfabetização desde meados do século 19 até os dias atuais, principalmente quando se trata da alfabetização de jovens, adultos e idosos, vemos que sempre houve a busca por um método de alfabetização que conseguisse agregar eficiência e rapidez. As pessoas que chegam à idade adulta sem se alfabetizar, ao começar a fazê-lo, têm pressa.

Os adultos e idosos que interromperam seus estudos quando crianças, ao voltar a estudar, trazem uma imagem que muito se assemelha à escola do seu período de infância, como se pudessem retomar os estudos do jeito que pararam, sem levar em consideração todas as aprendizagens que acumularam ao longo dos anos. Mesmo os que nunca frequentaram a escola trazem esse imaginário.

Em geral, essas pessoas esperam encontrar, na escola de hoje, a mesma do passado, que remonta a um período em que a aprendizagem estava relacionada à memorização, repetição, treino ortográfico, cópias e atividades mecânicas com o intuito de “fixar” o conhecimento.

Os métodos que melhor traduzem essa concepção, a nosso ver, são os métodos denominados “tradicionais”, dentre eles o fônico (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 22), pautado na correspondência entre letras e sons. Essa correspondência se dá na lógica aditiva: primeiro estuda-se o alfabeto à exaustão, memorizando sua sequência; depois começa-se a juntar as letras para formar sílabas, num extenso trabalho de relacionar os fonemas aos grafemas; depois juntam-se as sílabas para formar a palavra, desmembrando-a várias vezes com o intuito de formar outras palavras com os mesmos fonemas; depois juntam-se as palavras para formar a frase e estas juntas formando o texto (método sintético).

Entendemos que o trabalho com a cultura escrita não precisa se dar de forma fragmentada, das partes para o todo e que podemos considerar o texto como unidade básica no ensino da língua materna. Com isso, muda-se a lógica, partindo do todo para as partes (método analítico), buscando respeitar, principalmente no educando adulto, o nível de consciência fonológica e de familiarização com a escrita que ele tem em função da sua vivência com as escritas do mundo.

Essa abordagem metodológica é uma das características do Construtivismo, que surge a partir dos anos de 1990, com as pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Segundo Feitosa (2008, p. 56-57),

O Construtivismo não é um método, mas uma concepção de conhecimento, um conjunto de princípios. Supõe uma determinada visão do ato de conhecer. Segundo Piaget, todo conhecimento consiste em formular novos problemas, à medida que resolvemos os precedentes. Para ele, o conhecimento é compreendido como atividade incessante e se constrói, incessantemente, por meio de permutas entre o organismo e o meio.

No entanto, embora o Construtivismo tenha revolucionado a concepção de como se aprende, mostrando que a aprendizagem se constrói à medida que somos desafiados a saber mais e não pela mera repetição de exercícios mecânicos, o método fônico tem garantido presença entre as práticas dos educadores, ora explicitamente, ora mascarado, ou embutido em outras roupagens.

Mas, falar de concepção de alfabetização exige que falemos de Paulo Freire. Para ele, (FREIRE, 1991), o conceito de alfabetização tem um significado abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, como prática discursiva, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais, que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”.

Um procedimento metodológico básico, nesse sentido, é a “Leitura do Mundo”: partir do conhecimento do educando, do seu contexto para compreender o contexto mais amplo. O trabalho de Leitura do Mundo é feito cotidianamente por educadores e educandos, no desenvolvimento de cada tema discutido em sala de aula, ao olharem para exemplos concretos de sua realidade. Nesse sentido, mais adequado é falarmos em Leituras do Mundo, assim, no plural, para que se entenda melhor a importância de diferentes olhares em momentos distintos da realidade na qual os envolvidos estão inseridos como constitutivos das ressignificações que o processo pedagógico exige para não se distanciar da realidade que nos cerca e envolve.

A realidade desvelada é relacionada com os temas apreendidos das Leituras do Mundo, e debatida, identificando-se as grandes questões a serem discutidas. Com a problematização, provoca-se a compreensão mais aprofundada e crítica sobre cada questão, o que pode levar a ações de intervenção: discutir como resolver, perceber os limites, buscar alternativas. Coerentes com essa visão, os programas de alfabetização precisam orientar-se para a criação de múltiplas e variadas oportunidades de aprendizagem, para valorização dos saberes prévios e cultura dos jovens e adultos.

Para Moacir Gadotti (2008, p. 73),

A alfabetização tem sido entendida tradicionalmente como um processo de ensinar e aprender a ler e escrever, portanto, alfabetizado é aquele que lê e escreve. O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito. Enquanto prática discursiva, para Freire (1991, p. 68), “a alfabetização possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”. Freire defendia a ideia de que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra, fundamentando-se na antropologia: o ser humano, muito antes de inventar códigos linguísticos, já lia o seu mundo. Para ele, o processo de alfabetização, como de resto toda a educação, vai muito além do aprendizado das letras. Insistia que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra: “a prática da alfabetização tem que partir exatamente dos níveis de leitura do mundo, de como os alfabetizados estão lendo sua realidade, porque toda Leitura do Mundo está grávida de um certo saber” (FREIRE, 2001, p. 134).

O conceito de alfabetização em Paulo Freire é muito claro. Por isso, em momento algum, na implementação do Programa MOVA-SP havia qualquer dúvida em relação ao papel da educação no processo de emancipação e a importância do domínio dos códigos da leitura e da escrita no processo de alfabetização. Maria José do Vale Ferreira, apresentando os princípios político-pedagógicos do MOVA-SP, afirma:

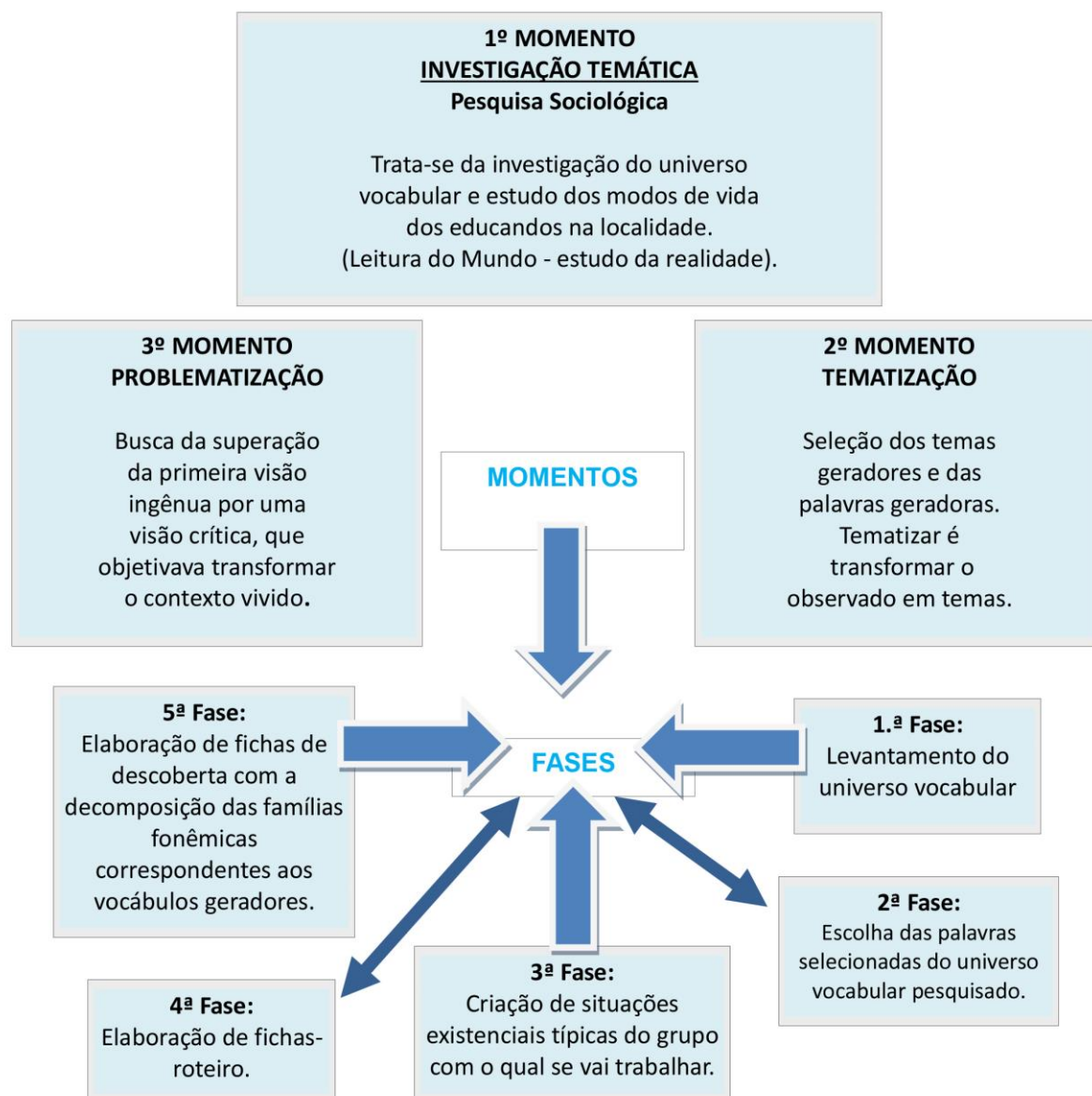


[...] alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (apud GADOTTI, 1996, p. 59).

A concepção de alfabetização do MOVA-Brasil ratifica a opção pela metodologia freiriana, por entender que a alfabetização, ao promover a emancipação dos sujeitos pela possibilidade de acesso ao universo letrado, possibilita também a libertação desses sujeitos para além do campo cognitivo, mas, essencialmente, nos campos social e político (FEITOSA, 2008, p. 82). Para melhor entender este processo, explicitaremos os **momentos e fases** que constituem a metodologia freiriana, por meio do esquema a seguir.²

² Esquema elaborado a partir de sínteses do livro *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado*, (FEITOSA, 2011, p. 89-96).

Momentos e fases do “Método Paulo Freire”, adotado por ele na década de 1960.



As fases aconteciam concomitantes aos momentos, procurando relacionar a dimensão pedagógica à dimensão política. As palavras e os temas geradores possibilitavam o estudo da língua e a reflexão crítica da realidade.

Atualmente, atendendo ao desejo de Paulo Freire, explicitado em muitos momentos em que ele se reuniu com os membros do IPF, buscamos não reproduzir o método adotado há cinquenta anos. Porém, muito de sua metodologia permanece atual, mas levando em conta as transformações pelas quais a sociedade passou nesses anos, as realidades locais e as contribuições dos estudos e pesquisas nesta área, dentre eles o Construtivismo e mais especificamente o Socioconstrutivismo. Acreditamos que é possível, em lugar da silabação do passado trabalhar na perspectiva da construção do conhecimento partindo do texto, sem deixar de considerar a importância da Leitura do Mundo, do Círculo de Cultura, do tema gerador, da dimensão política do ato educativo, enfim, sem perder a essência da alfabetização, que é possibilitar que, por meio da aprendizagem da leitura da palavra, os



alfabetizando ampliem a sua Leitura do Mundo e possam compreender e intervir na realidade em que vivem.

Por todos esses motivos, tomamos essa concepção como referência no Programa MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania.

- Dimensão socioambiental do MOVA-Brasil: a eco-responsabilidade na e da educação

O Projeto Eco-Político-Pedagógico congrega preocupações e proposições relacionadas aos aspectos pedagógicos, administrativos e políticos e às dimensões sociais, ambientais e econômicas para uma vida mais sustentável do nosso planeta do qual somos integrantes, constituindo uma totalidade indissolúvel. Nós não só habitamos na Terra, mas, fundamentalmente, nós também somos a Terra. Nos dias atuais, tornou-se lugar-comum falar em sustentabilidade do planeta.

Entretanto, como não poderia ser diferente, os diversos significados que possam ser atribuídos a essa expressão aproximam ou afastam muitos setores da sociedade. Se considerarmos, como o faz a Ergologia, o mundo do trabalho dividido em três Polos: político, econômico e uso de si, podemos afirmar que a prevalência hegemônica do Polo econômico tem comprometido enormemente a saúde de todas as espécies de vida do planeta, e a vida humana tem pagado um preço muito alto por isso, para usarmos expressões condizentes com o próprio mercado.

A sociedade tem vivido a ditadura do discurso único, o discurso do mercado. Todas as outras vozes que soem estranhas à lógica do lucro, dos ganhos de capital, das vantagens financeiras (talvez, mais adequado fosse falar da ganância), são tidas como atrasadas, retrógradas, fora da realidade. São até mesmo ridicularizadas como algo que nem merece ser considerado com o mínimo de seriedade pelos “donos da verdade” única, absoluta. Num movimento oposto, em que pesem as enormes dificuldades, estão as vozes dos movimentos sociais que ainda persistem na ideia do sonho de uma sociedade mais democrática, mais solidária, mais justa, mais humana.

Para esses setores, a sustentabilidade do planeta não pode prescindir da devida articulação das dimensões sociais, ambientais e econômicas, buscando garantir o equilíbrio necessário entre elas. Preservar o ambiente deve, necessariamente, contemplar não apenas a sobrevivência das diferentes espécies de vida, mas, também, a qualidade dessas vidas. Pouco adianta termos acesso a uma grande e variada tecnologia se ela não for utilizada para nos libertar e humanizar, ao invés de nos escravizar e robotizar; termos acesso a passagens mais baratas se não temos tempo para viajar; termos a possibilidade de estabelecer contato com pessoas do outro lado do planeta se não conseguimos sequer cumprimentar a pessoa ao nosso lado; de termos melhores condições para ganhar dinheiro e não termos segurança pessoal; de aumentarmos a longevidade se as nossas vidas estão constantemente ameaçadas.

Esses foram apenas alguns exemplos de que a lógica que tem orientado as nossas relações precisa ser alterada para que a sustentabilidade do planeta seja efetivamente garantida e usufruída por todos e todas. Devemos pensar numa forma de inclusão social que não coloca o consumo de toda ordem e sem limites como condição para que as pessoas se sintam pertencentes à sociedade como

um todo ou a um grupo social em particular. Devemos pensar o consumo também de forma sustentável para que as pessoas saiam da condição de indivíduos e passem à condição de cidadãos e não de consumidoras, de clientes. Temos que cuidar do planeta com equilíbrio ambiental, no qual as diferentes espécies de vida sejam preservadas e valorizadas num sistema de convivência tensa e ao mesmo tempo harmônica. Tensa porque as nossas diferenças estabelecem as arenas de nossas vidas, nas quais o debate de ideias e as disputas pela ocupação dos espaços fazem parte da nossa existência como seres vivos. E harmônicas porque as razões que servem de parâmetros para essas disputas e debates devem ser dos acordos necessários para uma convivência pacífica e colaborativa.

Com essa postura crítica a respeito da sustentabilidade do planeta, entendemos as pessoas como cidadãos do mundo e a cidadania como planetária. Isso significa que somos todos responsáveis pela saúde do planeta e, conseqüentemente, pela saúde de todas as espécies de vida e pela nossa própria saúde, uma vez que somos parte do planeta e não seu simples habitante. É por essa razão que devemos articular as questões locais com o global para que nossas ações, por mais insignificantes que possam parecer, adquiram a dimensão do globo terrestre, redimensionando o nosso conceito de cidadania por entender que a atuação na pólis, como na Grécia Antiga, repercute do outro lado da Terra. Desse modo, conforme o livro *Educação para a Cidadania Planetária* (PECP), do Instituto Paulo Freire,

A noção de *cidadania planetária* manifesta-se em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma *nova percepção da Terra* como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da *civilização planetária* e da ecologia. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 26, grifo do autor).

Defendemos a Pedagogia da Terra, termo cunhado por Gutierrez, como a que melhor traduz esse sentimento de pertencimento da espécie humana ao planeta como unidade indissociável e de corresponsabilidade pelo presente como estrada para um futuro mais solidário e harmônico, em meio às tensões intrínsecas a qualquer tipo de relação entre seres vivos.

A dimensão Eco do Projeto Eco-Político-Pedagógico procura instituir a sustentabilidade do planeta para além das questões ambientais. Tão importante quanto a preservação da fauna e da flora são as condições sociais, políticas e econômicas da humanidade. Por essa razão, posicionamo-nos contrários à lógica capitalista do mercado, que instaura um consumo irresponsável com conseqüências gravíssimas para a saúde do planeta. Defendemos as diversas iniciativas de economia solidária e o consumo com responsabilidade como forma de contribuir, decisivamente, para garantir o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Vemos, por meio da educação, uma grande oportunidade de construção coletiva dessa outra lógica da sustentabilidade. Parafraseando o Fórum Social Mundial: *Uma outra sustentabilidade é possível*. E acreditamos que a educação tem um papel de fundamental importância na constituição de uma nova cultura de preservação do planeta, na qual o sentimento de pertencimento não se dê pelo consumo de uma determinada marca de roupa ou de certo tipo de aparelho eletrônico, mas pela responsabilidade partilhada por todos e todas em relação a um modo de vida mais solidário, mais

colaborativo, mais democrático, mais civilizado. E que a competição entre as pessoas só ocorra nos casos estritamente necessários, como num concurso, por exemplo.

A educação não pode perder esse momento histórico de redimensionar as propostas curriculares introduzindo e instigando o debate em torno da sustentabilidade do planeta em suas múltiplas dimensões sob pena de lamentar num futuro bem próximo os danos irreparáveis para o planeta e todas as espécies que dele fazem parte. Como nos afirma o livro do PECP:

O conceito de “sustentabilidade” e de “sociedades sustentáveis” encerra todo um novo projeto de civilização e, aplicado à pedagogia, pode ter desdobramentos em todos os campos da educação, não apenas na educação ambiental (GADOTTI, 2009). Ele se torna, assim, um conceito chave para entender a educação do futuro. Ele supõe novos princípios e valores. Novas referencialidades curriculares são essenciais se quisermos construir com os educandos conhecimento, habilidades e consciência crítica necessários não apenas para a justiça ou a eficácia social, preocupações importantes da teoria curricular, mas também para avançarmos na busca pela sustentabilidade da Terra e de suas formas de vida. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 35).

Dessa forma, para a concretização dessa noção pelo coletivo educacional, em todos os níveis e modalidades, temas como *liberdade, igualdade, solidariedade, inclusão social, convivência com as diferenças, respeito à natureza, responsabilidade compartilhada e diversidade étnico-racial*, devem ser desenvolvidos em qualquer proposta curricular de uma educação que se pautar pela dimensão Eco aqui apresentada e vise à cidadania planetária.

Além disso, não podemos deixar também de tratar da importância da Amazônia nesse processo socioeducativo no Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, pela riqueza da biodiversidade nela existente.

A região da Amazônia abrange nove países da América do Sul, com 6,9 milhões de quilômetros quadrados: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Essa região, de incomparável biodiversidade no planeta, é o habitat da metade das espécies da Terra: cerca de cinco mil espécies de árvores, mais de trezentos mamíferos, mais de mil e trezentas espécies de pássaros, três mil espécies de peixes, e milhões de insetos. Além de toda essa biodiversidade, trata-se também da maior bacia hidrográfica do mundo, com 25 mil quilômetros de águas navegáveis. O bioma é muitas vezes confundido com a chamada Amazônia Legal – uma região administrativa de 5,2 milhões de quilômetros quadrados definida em leis de 1953 e 1966 e que, além do bioma amazônico, inclui cerrados e o Pantanal.

A maior parte da região da Amazônia está localizada em território brasileiro, com 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território nacional), distribuídos entre Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e parte do Maranhão.

Às suas margens, vivem em território brasileiro mais de 20 milhões de pessoas, incluindo 220 mil indígenas de 180 etnias distintas, além de ribeirinhos, extrativistas e quilombolas. Levando-se em conta toda a bacia amazônica, os números crescem: são 33 milhões de pessoas, inclusive 1,6 milhão de povos indígenas de 370 etnias.



Toda essa biodiversidade corre sérios riscos de destruição a partir da campanha desenvolvida durante o Regime Militar, em 1970. Para se ter uma ideia, entre 1550 e 1970, o desmatamento não passava de 1% de toda a floresta. A partir do governo militar, em apenas 40 anos, o número saltou para 17% – uma área equivalente aos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Além de garantir a sobrevivência desses povos, fornecendo alimentação, moradia e medicamentos, a Amazônia tem uma relevância que vai além de suas fronteiras. Ela é fundamental no equilíbrio climático global e influencia diretamente o regime de chuvas do Brasil e da América Latina. Sua imensa cobertura vegetal estoca entre 80 e 120 bilhões de toneladas de carbono. A cada árvore que cai, uma parcela dessa conta vai para os céus.

Os dados e as informações foram baseados no *site* da Organização Não Governamental denominada Greenpeace:

<<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>>.

Por conta de toda essa riqueza de vidas concentrada no território da Amazônia, é imprescindível o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade dessa região como forma de viabilizar a sobrevivência de todas as espécies nela existentes hoje, bem como a contenção de parte do aquecimento global que vem assolando o planeta, com perspectivas devastadoras para a Terra.

Nesse sentido, parece temerário o texto do Código Florestal aprovado no Congresso Nacional, no dia 25 de abril, do corrente ano. O Código assusta em vez de tranquilizar os setores sociais com preocupações para além do lucro imediato, e que buscam uma vida mais saudável e duradora para todas as espécies da Terra, em geral, e do Brasil, em particular, e lutam contra a impunidade daqueles que devastam as florestas e não assumem sua parcela no processo de desenvolvimento com sustentabilidade. Segundo o Senador Jorge Vianna, do PT do Acre, até mesmo setores da UDR foram reticentes ao texto aprovado, por considerá-lo por demais permissivo às agressões ao meio ambiente.

Mesmo com a possibilidade de a presidenta Dilma Roussef vetar o projeto na íntegra, de qualquer forma, essa situação já é suficiente para revelar um pouco do pensamento equivocado, do ponto de vista da sustentabilidade do planeta, das nossas autoridades legislativas sobre o assunto.

Devemos incorporar e aprofundar esse debate sobre a sustentabilidade do planeta em nossas salas de aula para que nossos educandos jovens, adultos e idosos possam compreender esse tema na sua amplitude e complexidade e passem a valorizar mais todas as espécies de vida existentes na Terra e a contribuir com a construção do *outro mundo possível* – lema do Fórum Social Mundial (FSM) –, tanto fazendo a sua parte como cobrando das autoridades sua parcela de responsabilidade sobre a sobrevivência do planeta e a qualidade dessa sobrevivência, desde o combate ao consumismo individual na lógica dos três erres (reduzir, reaproveitar e reciclar) ao controle da emissão de gás carbono pelos automóveis e pelas grandes indústrias.

Nesse sentido, as diferentes Leituras do Mundo realizadas em cada Polo serão determinantes para a consecução de políticas afirmativas na direção da vida boa, como diziam os gregos da antiguidade. E o Projeto MOVA-Brasil tem uma contribuição importante para a efetivação dessas políticas em cada Polo, em cada Núcleo e em cada sala de aula, partindo-se das especificidades locais e articulando-as à realidade global.

O desafio de alfabetizar na perspectiva da sustentabilidade, longe de ser pequeno e fácil, exige, por isso mesmo, esforço grande e muita dedicação de todos e todas para que juntos possamos oferecer um planeta melhor para as pessoas e pessoas melhores para o planeta, numa relação de



reciprocidade meritória. Sejamos todos e cada um de nós cidadãos do mundo e cobremos das autoridades governamentais, empresariais, acadêmicas etc. sua parcela de responsabilidade, na justa medida do que compete a cada um.

- Dimensão da diversidade como direito humano

Desde o início da década de 1990 tem-se ouvido falar no termo *diversidade*. No Brasil, esse tema começa a ecoar a partir da Constituição de 1988, chamada por muitos de “constituição cidadã”, por ter agregado em seu texto as lutas e reivindicações de muitos grupos, como os direitos das crianças e adolescentes, das mulheres, dos idosos, das pessoas deficientes, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dentre outros.

O Estado brasileiro, a partir de então, foi provocado, através dos variados movimentos sociais, a elaborar políticas públicas de atendimento às “diversidades”. A partir de então, têm-se elaborado instrumentos legais que garantam os direitos aos sujeitos da diversidade, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Política Nacional de Educação Especial, dentre outras.

No campo da diversidade cultural, em 2002, a UNESCO elaborou material intitulado “Declaração Universal sobre Diversidade Cultural” tornando esse debate sobre a diversidade ainda mais presente, dando mais visibilidade à questão. O Brasil, signatário de muitas declarações internacionais voltadas à garantia dos direitos dos povos tradicionais, das pessoas deficientes, das populações indígenas, começa a elaborar instrumentos legais que efetivem orientações até então apenas escritas em nossa carta maior.

A expressão acerca do *respeito e da valorização da diversidade* tomou corpo e pôde ser ouvida em muitos contextos a partir da emergência das lutas de muitos movimentos que reivindicam políticas identitárias (movimento negro, indígena, quilombola, de mulheres, de pessoas com deficiência, gays, lésbicas, transexuais, dentre outros). Mas, de fato, é necessário que perguntemos, para além da celebração do multiculturalismo, das belezas e das cores que as variadas culturas imprimem ao nosso planeta, do *slogan* de “educação inclusiva”, qual o espaço político ocupado por esses grupos na efetivação de seus direitos.

Em outras palavras, é necessário que se questione: qual o impacto de tais leis e declarações recentemente elaboradas pelo Estado brasileiro e organismos internacionais na efetivação dos direitos dos chamados “sujeitos da diferença”? O que conseguimos garantir de concreto em relação ao direito ao território ancestral dos povos indígenas e das comunidades quilombolas? No campo educacional, como têm se efetivado os marcos legais que instituem o direito à educação diferenciada desses grupos? Como tem sido posto em prática o direito à educação especial reservada por lei às pessoas com deficiência? Qual a efetividade da educação inclusiva para essas pessoas (acessibilidade, professores e professoras com formação especializada, materiais de apoio)? A diversidade religiosa, como tem sido garantida em nossas salas de aula? O que tem mudado em relação ao combate à violência física e simbólica contra as mulheres, gays, lésbicas e transexuais? Os direitos dos jovens e dos idosos têm sido garantidos, seja no campo educacional como também no profissional?

Para iniciarmos uma reflexão que parte do referencial teórico crítico acerca da diversidade, é preciso que se considerem as ideologias que esse termo carrega, pois, na melhor das intenções, podemos



obscurer identidades com a intenção de reconhecê-las e valorizá-las. Isso porque em nossa sociedade capitalista tem ocorrido a apropriação do termo na intenção de propagar o ideal da igualdade. Mas, se somos essencialmente diferentes, porque propagamos e afirmamos a igualdade? Quantos(as) de nós ouvimos de educadores(as) a seguinte afirmação a respeito de seus(suas) educandos(as): “aqui na minha turma eu trato todos de maneira igual, não há diferença entre eles(as)”.

O que esta afirmação revela é a ideia construída em nossa sociedade: a diversidade deve ser reconhecida e valorizada por todos(as), mas ignora-se o que se mostra de conflito inerente a ela. Afinal, os sujeitos da diferença com os quais lidamos são os(as) negros(as), as populações indígenas e tradicionais (ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores...), as pessoas com deficiência, os idosos, os(as) presos(as), os(as) homossexuais, mulheres e homens não alfabetizados que não representam a sociedade heterogênea à qual o imaginário do senso comum se remete: masculina, classe média, heterossexual e urbana. Ou seja, o que muitos celebram como a “diversidade” é, de fato, a representação da desigualdade. Em outras palavras: tratando o diferente como igual, transformamos a diversidade em desigualdade, pois a diferença simbólica se materializa em desigualdade material.

Negros e indígenas são as populações mais pobres do País, aquelas que têm menos acesso à educação e à saúde. As pessoas com deficiência – crianças, jovens e adultos – são as mais ausentes dos bancos escolares, o que se reflete nas oportunidades que esses sujeitos terão ao inserir-se no mundo do trabalho. As mulheres, mesmo com a escolaridade média maior que o homem, ainda recebem salários menores que eles.

Dando continuidade ao legado freiriano, comprometido com a emancipação humana e a transformação social, nos colocamos frente à necessidade de lutar e construir um mundo com justiça social para todos(as). Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade está atrelado à luta pelo direito à diferença como ponto de partida, vislumbrando a igualdade material como ponto de chegada. Assim se traduz a urgência em lutarmos pela equidade, entendida como direito à igualdade de oportunidades, considerando as diferenças.

Diversidade e preconceito

Para dar sustentação à nossa reflexão sobre a diversidade em uma perspectiva crítica, não podemos esquecer que estamos inseridos em um sistema educacional tradicional, seja ele formal ou não formal. Nesse sentido, reconhecemos a atualidade da luta dos(as) oprimidos(as) na busca pela efetividade de seus direitos por meio da conscientização e da transformação social. Por isso é necessário resgatar a origem das experiências educacionais em geral, que é, basicamente, formar seres iguais, “tornar igual”, ou seja, homogeneizar.

No Brasil, foi assim com os povos indígenas catequizados pela Igreja, como também ocorreu com os(as) africanos(as) escravizados(as) que foram obrigados a adorar os deuses católicos (apesar de, sabiamente, representá-los, um a um, com os orixás africanos) e, mais atualmente, com a expansão da escola pública, em que crianças das classes populares aprendiam a respeitar os heróis nacionais, cantar os hinos pátrios, contar as lendas e os “causos” oficiais que o livro didático divulgava, além de, é claro, falarem todos(as), a língua portuguesa, purificada de todos os regionalismos.

Não podemos negar que ainda somos herdeiros dessa tradição homogeneizadora da educação. É aí que tem origem a afirmação sobre a “igualdade de todos” em uma sala de aula completamente diversa. Interiorizamos a igualdade como um ideal e um valor, mesmo convivendo com a diferença presente em cada corpo e cada olhar em variados espaços educativos.

Mas, perguntemos: como é possível transformar a estrutura homogeneizadora e excludente dos sistemas educacionais, materializada em livros didáticos inadequados às realidades brasileiras, em

pensamentos pouco abertos às religiosidades diversas presentes no País, mentalidades que negam a possibilidade da aprendizagem às pessoas com deficiência, a jovens e adultos privados de liberdade e mesmo às pessoas não escolarizadas que não tiveram oportunidade de estudar na idade considerada “ideal”.

O preconceito está corporificado em nossa realidade escolar (ou não escolar) na medida em que fechamos os olhos às realidades presentes em nossa sala de aula, quando nos negamos à possibilidade de partir da realidade do(a) educando(a), da sua cultura, da sua diferença em relação à sociedade em geral. Nesse caso, nossa opção é pela perpetuação do preconceito: assumindo o discurso da igualdade como ponto de partida está compactuando com a manutenção da estrutura excludente, desigual e opressora do nosso sistema.

Diferença e desigualdade: ponto de partida para a construção de “um outro mundo possível”

Diante do cenário atual de valorização exacerbada (e esvaziada) da diversidade, é sempre possível e ainda necessário que resgatemos a perspectiva crítica de compreensão da realidade e, nesse sentido, não há como separar essa discussão do conflito gerado pelas relações de classe. Isto é, ainda no século 21, com a emergência de novas identidades socioculturais, com as lutas dos povos tradicionais, das populações indígenas e quilombolas, dos trabalhadores sem terra, das mulheres, das pessoas privadas de liberdade, do direito à diversidade homoafetiva, das pessoas com deficiência, torna-se imperativa a luta por uma sociedade equânime, igualdade que se desenha como horizonte, como igualdade de oportunidades. Partindo do reconhecimento da diferença, luta-se por igualdade de direitos.

A educação que desejamos realizar junto aos(as) educandos(as) do sistema prisional, nas comunidades tradicionais, junto às populações indígenas, quilombolas, ciganas, resgatando a humanidade esfacelada das pessoas deficientes, das mulheres, daqueles(as) pertencentes a diferentes matrizes religiosas, das pessoas que possuem outras opções afetivossexuais é aquela que, partindo de uma visão de mundo, expande-se para uma visão planetária e cidadã, que se vê parte de uma totalidade diversa que vai construindo desejos e aspirações de garantia dos direitos fundamentais a todos(as). A tão propagada “igualdade na diversidade” só pode ser proferida se igualdade for entendida como sinônimo de igualdade material e diversidade, como a diferença que faz de cada ser humano um ser único, origem da noção de dignidade humana: a humanidade que diferencia cada um(a), tornando-o(a) diferente dos(as) demais e igual em direitos.

Currículo e diversidade: questões para a prática cotidiana

As questões colocadas pelo debate da diversidade, atualmente, têm orientado políticas públicas no campo da educação comprometidas com a democratização da sociedade brasileira, orientando a construção de currículos escolares, isto é, percursos escolares de aprendizagem, que consideram a transversalidade dos direitos político-sociais que a sociedade ou os “sujeitos da diferença” passaram a usufruir depois de décadas de luta.

A partir dos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), crianças, adolescentes e jovens podem ter seus futuros mudados se as escolas assumem o desafio de efetivar a plena participação desses sujeitos nos processos de planejamento pedagógico e avaliação, assim como nas demais decisões que afetam a prática cotidiana escolar. Parece pouco, mas aprender a participar, decidir e construir os rumos da educação no pequeno universo em que estão inseridos pode mudar a vida dessas pessoas, tornando-as, de fato, cidadãs. Assim também ocorre com as pessoas com deficiências, que, reconhecidas como sujeitos com pleno direito à educação e à vivência escolar inclusiva e não discriminatória, podem se ver, de fato, incluídas socialmente.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) é um

importante marco legal na garantia de direitos às pessoas deficientes, na medida em que define a necessidade de que os sistemas de ensino municipais e estaduais, as escolas e demais sujeitos repensem a organização de classes especiais, implicando numa mudança estrutural e cultural da educação como um todo, para que todos(as) tenham suas especificidades atendidas pelo sistema escolar e não fora dele, como muitas vezes ainda ocorre.

As questões relativas às diferenças de gênero, orientação sexual e diversidade religiosa também vêm sendo trabalhadas como componente constitutivo do currículo. Os dados que revelam a desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade são colocados em aberto e servem de motor para a elaboração de planejamentos e atividades pedagógicas pensadas para a construção de uma estrutura social menos desigual.

A divisão social do trabalho, por exemplo, deve ser refletida por professores(as) desde a Educação Infantil, uma vez que a divisão social do brincar define o que é do universo masculino e feminino. Isto certamente impacta nos dados que nos mostram a opção dos homens por certas profissões e, quando chegam ao Ensino Superior, optam pelas ciências exatas. Por outro lado, as mulheres, quando alcançam certa escolaridade optam por profissões de “cuidadoras”, sendo, na maioria dos casos, professoras, enfermeiras e donas de casa.

Articular essa reflexão no currículo é fundamental para compreendermos que a definição de mulher e homem é socialmente determinada pelos papéis estabelecidos na sociedade. A educação tem papel central nesse processo, na medida em que proporciona a reflexão entre meninos e meninas, jovens, adultos e idosos sobre a relação social que podem estabelecer na sociedade, assegurando igualdade de oportunidades.

A história e cultura africana, afro-brasileira e indígena foram inseridas no currículo oficial dos sistemas de ensino porque foram conquistas dos movimentos sociais que viabilizaram, por lei, esse direito. Mesmo com a Lei n.º 10.639, sancionada em 2003, e a Lei n.º 11.645, de 2008, muitos municípios e estados do País ainda não garantem nos currículos escolares essas temáticas, o que revela que a abordagem eurocêntrica está amplamente disseminada e posta como paradigma efetivo, o que gera muitas dificuldades em relação à implementação das referidas leis, seja por falta de formação de professores(as) voltada à questão, seja pela ausência de materiais didáticos que orientem as práticas dos(as) educadores(as).

Porém, o que se pode depreender é que a questão das relações étnico-raciais na educação ainda é um ponto a ser aprofundado por todos(as) que constroem a educação, uma vez que os dados revelam ser a população negra e indígena as mais vulneráveis social e economicamente. Os piores índices da educação – analfabetismo, relação faixa etária-escolaridade, e não acesso ao Ensino Médio e Superior – estão entre os negros e indígenas.

Essa realidade só poderá ser transformada quando os sistemas de ensino, secretarias de educação, escolas e comunidade escolar em geral estiverem conscientes da necessidade de que venham à tona a contribuição intelectual e cultural dos povos africanos, indígenas e afro-brasileiros, o que, de imediato, impactará na autoestima positiva de brasileiros e brasileiras pertencentes a esses grupos sociais. Consequentemente, o pertencimento religioso, as expressões culturais, a contribuição às ciências se farão reconhecer e valorizar.

Um eixo de ação importante para todos(as) que atuam na educação e a ela dão vida, no sentido de fazerem dela uma experiência de exercício de cidadania ou de manutenção das estruturas sociais desiguais, é a questão dos direitos humanos. Necessária em contextos socioeconômicos e culturais onde a violação dos direitos humanos é uma realidade, como é o caso do Brasil, a *educação em direitos humanos* se apresenta com a preocupação de difusão, fomento e construção de uma cultura em direitos humanos.

Nascida do período pós-guerra, do contexto histórico que se originou a partir dos governos ditatoriais europeus e após o massacre contra os judeus, a educação em direitos humanos pretende se concretizar em práticas efetivas de enfrentamento da intolerância contra as diferenças, a partir da conscientização que permite aos sujeitos assumir atitudes de luta e transformação. Assumir a efetivação de uma educação em direitos humanos é incorporar a perspectiva da educação política, aquela que exige do(a) educador(a) uma postura crítica e transformadora, de maneira nenhuma neutra.

A transformação social em direção a uma sociedade inspirada nos direitos humanos supõe que sejam incorporadas ao processo educativo ações concretas destinadas à mudança de atitudes, garantindo a efetividade de uma educação que contribui com a participação político-social para a cidadania, a luta pelos direitos coletivos e pelo reconhecimento e valorização das variadas identidades em jogo que se fazem presentes nessa experiência não formal de educação, que lida, essencialmente, com os chamados “sujeitos da diferença”.

Referenciais curriculares

A partir desses princípios e valores supracitados, devemos levar em conta as seguintes dimensões e seus respectivos indicadores, de acordo com as orientações do MEC para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico, como forma de contemplar a educação como espaço de multiculturalidade na perspectiva de uma prática pedagógica que contribua para o exercício da cidadania planetária, sem perder de vista as especificidades locais:

Ambiente educativo

- a) Compromisso, solidariedade e colaboração
- b) Alegria
- c) Combate à discriminação
- d) Disciplina e tratamento adequado aos conflitos que ocorrem no dia a dia
- e) Respeito ao outro
- f) Respeito às ideias, conquistas e produções dos educandos

Ambiente físico do Núcleo e materiais

- a) Ambiente físico educacional em condições satisfatórias para a realidade do Projeto MOVA-Brasil
- b) Espaços e mobiliários que favoreçam as experiências dos educandos
- c) Materiais variados e acessíveis aos educandos
- d) Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos jovens, adultos e idosos

Planejamento institucional e prática pedagógica

- a) Projeto Eco-Político-Pedagógico definido e conhecido por todos
- b) Registro da prática educativa
- c) Planejamento



- d) Contextualização
- e) Incentivo à autonomia e ao trabalho coletivo
- f) Variedade das estratégias e dos recursos de ensino-aprendizagem
- g) Prática pedagógica de apoio à diversidade e às diferenças como algo positivo
- h) Respeito às diferenças sociais, culturais, étnicas na perspectiva da multiculturalidade
- i) Multiplicidade de diferentes linguagens: imagética, simbólica, verbal, musical e corporal

Avaliação

- a) Monitoramento do processo de aprendizagem do educando
- b) Instrumentos variados de avaliação e autoavaliação
- c) Participação dos educandos no processo avaliativo
- d) Avaliação do trabalho dos educadores do Núcleo
- e) Acesso, compreensão e uso dos indicadores de avaliação do Projeto

Acesso e permanência dos educandos na escola

- a) Metodologia adequada para a educação popular de jovens, adultos e idosos
- b) Atenção aos educandos com alguma defasagem de aprendizagem
- c) Atenção às necessidades educativas da comunidade
- d) Atenção aos educandos que faltam
- e) Preocupação com o abandono e evasão

Promoção da saúde

- a) Orientação sobre alimentação saudável para os educandos
- b) Limpeza e salubridade
- c) Segurança
- d) Cuidados com a higiene e a saúde

Educação socioambiental e práticas ecopedagógicas

- a) Respeito às diversas formas de vida
- b) Práticas ecopedagógicas
- c) Cuidado com as pessoas
- d) Preocupação com a sustentabilidade do planeta

Cooperação e envolvimento com as famílias e participação na rede de proteção social



- a) Respeito, acolhimento e envolvimento com as famílias dos educandos
- b) Participação do Núcleo na rede de proteção aos direitos dos educandos

Gestão escolar democrática

- a) Democratização da informação e da gestão
- b) Parcerias locais e relacionamento do Núcleo com os serviços públicos
- c) Participação efetiva de educandos, familiares e comunidade em geral nas decisões do Núcleo

Formação e condições de trabalho dos educadores do Núcleo

- a) Formação inicial e continuada
- b) Condições de trabalho condizentes com a Educação Popular
- c) Assiduidade dos educadores populares

Processos de alfabetização e letramento

- α) Atenção ao processo de alfabetização de cada educando
- β) Ampliação da capacidade de leitura e escrita dos educandos
- χ) Acesso e aproveitamento dos espaços de leitura
- δ) Acesso a diversos gêneros discursivos, de acordo com cada realidade
- ε) Alfabetização matemática
- φ) Ampliação dos conhecimentos matemáticos para o exercício da cidadania
- γ) Abordagem interdisciplinar dos conteúdos de ensino
- η) Indissociabilidade entre os processos de alfabetização e letramento
- ι) Entrelaçamento entre leituras da palavra e Leituras do Mundo
- φ) Articulação entre os saberes dos educandos e os saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade
- κ) Alfabetização e letramento na perspectiva da cidadania planetária.

A organização didática do conhecimento

Optamos pela organização sugerida pela Proposta Curricular – 1º Segmento – para a Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação e Cultura, elaborada pela Ação Educativa (2001): *Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza*.

A área de Língua Portuguesa está organizada em leitura, produção de texto e análise linguístico-discursiva, trabalhando-se com diferentes gêneros discursivos. Base alfabética, formação e decomposição de palavras. Os níveis pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico, desenvolvidos nas pesquisas da educadora Emília Ferreiro também são considerados no desenvolvimento das atividades pedagógicas em cada sala de aula do Projeto MOVA-Brasil.



Na lógica bakhtiniana o homem age sobre o meio ao mesmo tempo em que sofre a influência desse meio, tendo a linguagem como elemento mediador e a história como “cenário” de realizações, sendo ela própria elemento e também produto dessa interação. A interação entre sujeitos e entre sujeito-objeto inseridos num determinado contexto sócio-histórico constitui-se em paradigma fundante de uma nova concepção de linguagem. É o próprio Bakhtin (1929) quem afirma: “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. Entendemos a linguagem verbal como um processo de interação humana e a Matemática como linguagem.”.

Consideramos fundamental desenvolver juntos aos educandos os seguintes blocos de conteúdo em cada uma das áreas do conhecimento supramencionada:

Matemática

- Números e operações numéricas
- Sistema monetário
- Pesos e medidas
- Noções de geometria
- Noções de estatística

Língua portuguesa

- Linguagem oral
- Sistema alfabético
- Trabalho com os níveis da alfabetização
- Ortografia, no contexto do texto
- Pontuação, no contexto do texto
- Análise linguístico-discursiva, no contexto do texto
- Alguns gêneros discursivos, de acordo com a realidade das turmas
- Leitura e produção de texto, de acordo com os gêneros trabalhados
- Capacidades e procedimentos de leitura

Estudos da sociedade e da natureza

- O educador e o lugar de vivência
- O corpo humano e suas necessidades
- Cultura e diversidade cultural
- Os seres humanos e o meio ambiente
- As atividades produtivas e as relações sociais

- Cidadania e participação

(Baseado em BRASIL, 2001, p. 5-6).

Acreditamos que a abordagem desses blocos de conteúdo só faz sentido na perspectiva interdisciplinar ou, ainda mais coerente com os objetivos do Projeto MOVA-Brasil, numa perspectiva intertransdisciplinar, uma vez que o conhecimento e a realidade não são constituídos por fragmentos de conteúdos e sim por um rico processo de entrelaçamento desses conteúdos em forma de blocos, guardando entre si uma relação de interdependência. Salientamos ainda que a unidade significativa para o trabalho em sala de aula, mesmo com pessoas que ainda não são alfabetizadas, deve ser sempre o texto.

É importante ressaltar que há anos a educação trata desse conceito com o diálogo entre os educadores para construir uma relação entre os conteúdos. No entanto, ainda não se avançou na prática interdisciplinar, pois a mudança de postura e atitude exige a ruptura com velhas lógicas (FAZENDA, 2003). Apesar do tempo entre essa constatação e o momento atual, cerca de uma década, infelizmente, os avanços não foram muitos.

- Diversidade étnico-racial

Direitos humanos e as relações étnico-raciais e de gênero³

Gevanilda Santos⁴

Maria José Pereira Santos⁵

Mariana Galvão⁶

Este artigo sobre a temática dos direitos humanos e as relações étnico-raciais pretende contribuir com o debate atual acerca do papel do Estado brasileiro na garantia dos direitos humanos a toda a população brasileira, notadamente àqueles grupos excluídos e destituídos de dignidade e cidadania.

³ SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria José Pereira; GALVÃO Mariana. Direitos Humanos e as relações étnico-raciais e de gênero. In: PINI, Francisca R.O.; MORAES, Célio V. (orgs.). *Educação, Participação Política e Direitos Humanos*. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011, pp. 81-93.

⁴ Historiadora e mestre em Sociologia Política pela PUC/SP.

⁵ Assistente social e mestre em Psicologia Social pela PUC/SP.

⁶ Educadora e mestre em Didática e Práticas de Ensino pela FE-USP.

Nesse conjunto aparece, majoritariamente, a população negra e, como desdobramento, representando uma dupla exclusão, a mulher negra brasileira.

Aliados da participação nos espaços sociais (como o acesso à saúde, à justiça, à educação, à moradia, ao trabalho) necessitam, desde o fim da escravidão, há mais de um século, ser incluídos(as) como cidadãos(ãs) nas políticas do Estado brasileiro. Sendo o País que possui a segunda maior população negra fora do continente africano, e diante das políticas abertamente excludentes do governo republicano no período pós-escravidão, faz-se urgente a criação e a implementação de políticas públicas e privadas de reparação ou compensação histórica, voltadas à equiparação de condições entre brancos e não brancos.

A temática dos direitos humanos, à luz da releitura das relações étnico-raciais trazidas pelo Movimento Negro Brasileiro é um ingrediente importante para a compreensão de palavras e sentidos que explicam e definem o “ser negro no Brasil”, bem como as desigualdades das relações entre os(as) brancos(as) e negros(as), ou a ideologia do branqueamento escamoteada pela aferição do quesito “raça/cor” utilizado para definir o pertencimento étnico-racial da população brasileira a partir da reunião das categorias de pretos e pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷. A expressão “questão racial”, o conceito de racismo ou a palavra “raça” passaram por ressignificações que explicam a construção ideológica da hierarquia entre os grupos étnicos nacionais, com vantagem e valorização para os brancos em detrimento dos grupos étnicos negros e indígenas.

É inovador nesse debate relacionar direitos humanos, desenvolvimento educacional e relações de gênero e raça. Este novo olhar reunirá aspectos diferentes da vida dos negros, mulheres e jovens, como Marcos Referenciais de indicadores sociais para o Estado brasileiro desenvolver políticas públicas na perspectiva da promoção e da garantia dos direitos humanos.

Pensar os direitos humanos sob o prisma da população negra significa, sobretudo, inclusão social. A inclusão/exclusão social, dentre outros aspectos, diz respeito à noção de pertencimento, sentir-se parte da comunidade, da escola, da cidade, do País. Ser sujeito de sua própria história: participando, criando, transformando. Sentir-se sujeito, com vontade de participar, de contribuir, de mudar.

O grupo de rap nacional Racionais MC's, na música *Fim de semana no parque*, denuncia a situação da juventude na periferia de São Paulo, exposta à violência, ao uso e abuso de drogas, à desigualdade social, ao não acesso aos bens e serviços e, sobretudo, ao sentimento de exclusão.

Chegou fim de semana todos querem diversão...

Olha o meu povo nas favelas e vai perceber

Daqui eu vejo uma caranga do ano, toda equipada,

E um tiozinho guiando, com seus filhos ao lado,

⁷ O Censo Brasileiro de 2010 apontou que o Brasil tem uma população total de 190.749.191 brasileiros. A população preta subiu para 14.517.961, a população parda subiu para 82.277.333 e a soma de pretos e pardos no Brasil é de 96.795.294. A população branca caiu para 91.051.646. A população indígena subiu para 817.963, e a amarela para 2.084.288. No quadro demográfico nacional, os brancos têm um percentual menor do que a soma de pretos, pardos, amarelos e indígenas. Ver primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

*Estão indo ao parque...
Olha só aquele clube que da hora,
Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora...
Ele apenas sonha através do muro...
Polícia, a morte, polícia, socorro
Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo
Pra molecada frequentar, nenhum incentivo
O investimento em lazer é muito escasso...
Famílias destruídas, fins de semana trágicos...*

Toda esta juventude sofre com a vulnerabilidade social decorrente da distribuição de renda extremamente desigual e do acesso restrito aos bens e consumos; com a vulnerabilidade institucional, na medida em que a escola, os órgãos e equipamentos culturais, de segurança pública e a mídia não promovem o desenvolvimento pessoal, social e cultural de crianças, adolescentes e adultos não brancos. Normalmente, além da vulnerabilidade social e institucional, há uma inter-relação com a vulnerabilidade individual que fragiliza e compromete o indivíduo em sua capacidade de ter projetos de felicidade em meio a este contexto.

Munanga (2009) nos faz perceber a violência gerada pelo enfraquecimento da identidade negra em nossa sociedade, situação que impacta diretamente na produção de sentidos sobre o “eu”, o “outro” e os espaços que estes ocupam. Neste sentido, o racismo e a interiorização do sentimento de inferioridade são estratégias de manutenção da estrutura excludente.

[...] se, cientificamente, a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente, esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outros termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania (MUNANGA, 2009, p. 17).

Esse mesmo autor nos atenta, por outro lado, que é a memória e a história as categorias responsáveis pela reconstrução e fortalecimento da identidade negra, de sua *negritude*:

A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de ser negro, em dizer, de cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro (MUNANGA, 2009, p. 53).

Cabe ao Estado reconhecer a diferença de condições entre brancos e não brancos – traduzida em termos de desigualdade – e avaliar o ponto de vista destas vulnerabilidades para instituir políticas públicas que as combatam, na área da educação, da saúde, da justiça, dentre outras.

Um parâmetro orientador deste tipo de política é o que propõe Sposati (2001) na construção do mapa de exclusão/inclusão social. Ela estabeleceu sete referenciais de inclusão, fundamentais na garantia dos direitos humanos para a população brasileira, e em especial a população negra, quais sejam: a) a autonomia; b) a qualidade de vida; c) o desenvolvimento humano; d) a equidade; e) a cidadania; f) a democracia; g) a felicidade⁸.

Direitos humanos e os conceitos de igualdade e diferença

No intuito de enriquecer o debate sobre as relações étnico-raciais no contexto dos direitos humanos, é importante refletirmos sobre a origem desse conceito no contexto pós 2ª Grande Guerra e o que alguns autores, como Bobbio (1992), Candau (1994) denominam de “problemática da igualdade e dos direitos humanos”.

O que a autora nos alerta é o fato de os direitos humanos terem surgido pela primeira vez num contexto de luta por liberdade, em pleno iluminismo do século XVIII. O que caracteriza esse momento, denominado como *primeira geração dos direitos* é a consolidação dos direitos individuais (civis e políticos), coroando a noção de propriedade privada e o processo de desenvolvimento da economia industrial sem garantias para os trabalhadores, mulheres e os afrodescendentes.

⁸ Ver em Sposati (2001) os conceitos de:

- I. Autonomia – capacidade e possibilidade do cidadão suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado responsável por assegurar outra parte das necessidades. Representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção o campo da autonomia inclui não apenas a capacidade do cidadão se autossuprir, desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social pessoal mesmo quando na situação de recluso ou apenado.
- II. Qualidade de vida – possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos; garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade. Desenvolvimento humano – possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a capacidade da sociedade poder usufruir coletivamente dos mais altos graus de capacidade humana. Equidade – possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças raciais, de gênero, políticas, religiosas, culturais etc.
- III. Cidadania – não só o usufruto de um padrão básico de vida, mas a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva.
- IV. Democracia – a possibilidade do exercício democrático é componente de inclusão local, condição de sujeitos cidadãos.
- V. Felicidade – o caminho maior da inclusão é a felicidade. Attingi-la supõe muito mais do que a posse, o acesso às condições objetivas de vida. Ela traz à cena a subjetividade, e nela o desejo, a alegria entre um conjunto de sentimentos em busca da plenitude humana.

O momento histórico posteriormente vivido enfoca a necessidade de os Estados serem reorientados à proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais – a *segunda geração dos direitos* –, uma vez que a experiência do capitalismo e da escravidão produziu, como vítimas, trabalhadores(as) em todo o mundo e trouxe consigo a necessidade de serem estabelecidos direitos voltados à saúde, à moradia, ao trabalho digno etc.

A explosão dos movimentos identitários em meados do século 20 (movimento negro, de mulheres, imigrantes, indígenas e outros grupos étnicos), por sua vez, desencadeou uma nova virada no conceito de direitos humanos, comprometida com o direito dos povos, ampliando a concepção dos direitos coletivos voltados à valorização dos diferentes grupos humanos, tais como o direito à titularidade coletiva (por exemplo, as terras indígenas e quilombolas), o direito à paz, a um ambiente preservado, dentre outros, também chamados de *direitos difusos*, uma vez que ultrapassam a esfera individual e coletiva, tornando-se um direito “mundializado”.

Sob a égide do direito à igualdade, combinando tanto o discurso liberal da primeira geração dos direitos humanos quanto o discurso social, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz um alerta ao contexto do nazismo e à expansão do racismo, exacerbado pela noção de inferioridade étnica, raiz do genocídio antissemita e em relação aos afrodescendentes e demais povos não brancos.

Assim, atualmente, muitos autores, dentre eles, Henriques (1994), Pierucci (1998) e Candau (2008) têm se detido na reflexão sobre o direito à diferença ou, como afirmam alguns, sobre “a igualdade na diferença”.

Em outras palavras, a primeira fase dos direitos trazia a ideia de proteção geral a um ser humano também “genérico”, uma igualdade meramente formal; por sua vez, a partir da segunda fase dos direitos, o foco é dado não mais à igualdade de oportunidades (por exemplo, “todos são iguais perante a lei”), mas à igualdade de condições, evidenciando a real situação dos sujeitos e, conseqüentemente, reconhecendo as desigualdades vivenciadas pelos grupos humanos.

O Brasil é um País de grande dimensão territorial e com enorme diversidade cultural, características que encobrem as desigualdades de raça, gênero e classe que imbricam no empobrecimento da população negra, na discriminação racial sofrida por esses sujeitos em espaços ditos “universais”, como a educação, a saúde, o acesso à justiça e o mercado de trabalho e, finalmente, na invisibilidade da mulher negra em vários espaços sociais.

Esses pilares da desigualdade racial no Brasil se estruturaram historicamente a partir de três grandes sistemas de opressão: o colonialismo, o racismo e o patriarcalismo, que geraram a condição de pobreza, o racismo e o machismo (SAFFIOTI, 2004).

Os três comportamentos sociais discriminatórios impuseram um tipo de violência social que degrada a qualidade de vida da população negra: a violência que discrimina e desvaloriza a mulher, a violência gerada pelo preconceito contra crianças, jovens e adultos negros(as) que os estigmatiza e produz a imagem de inferioridade, o que, por sua vez, afeta sua autoestima, enfraquece e desconfigura a identidade negra. Outro tipo de violência é aquele oriundo da extrema pobreza que, no Brasil, impede a ascensão social da população negra, especialmente, da mulher negra.

Diante desse quadro de desigualdade e ausência de direitos, é necessária a criação de dispositivos jurídicos para alcançar a igualdade material para certos grupos humanos, especialmente àqueles mais atingidos pelas desigualdades e opressões da sociedade neoliberal. Para assegurar a igualdade material, é necessário estabelecer um tratamento diferenciado para promoção das condições de igualdade de fato.

É nesse contexto que pretendemos inserir o debate sobre as políticas públicas de *ações afirmativas* e direitos humanos, a partir da consideração de que o princípio de igualdade é uma meta a ser alcançada numa sociedade totalmente marcada pela herança da escravidão ou, em outras palavras, que uma parcela significativa da população brasileira ainda sofre com as desigualdades raciais, de gênero e classe.

Segundo a Constituição brasileira, o Estado brasileiro deve se comprometer com a equidade de todos(as), acrescida a necessidade de reconhecimento de suas diferenças intrínsecas. No processo de efetivação de uma sociedade verdadeiramente democrática e cidadã, é essencial o comprometimento do Estado com a equidade de oportunidades entre brancos(as) e não brancos(as), entre homens e mulheres.

[...] a definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos enraizados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualdade positiva promove-se a igualação jurídica efetiva; por ela afirma-se uma fórmula jurídica para se provocar uma efetiva igualação social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias (ROCHA apud GOMES, 2005, p. 54).

A situação da mulher negra brasileira

A condição da discriminação por ser mulher e negra e a condição de pobreza reúnem aspectos significativos da desigualdade no Brasil.

Nas últimas décadas, os movimentos sociais, tais como o Movimento Negro, Movimento Feminista e em defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), trouxeram grande contribuição sociocultural para o aumento do respeito à diversidade cultural e a defesa do direito à diferença. Em especial, o Movimento Negro orientou o fortalecimento identitário da população negra a assumir sua afrodescendência e a desmistificar a farsa da democracia racial brasileira (SANTOS, 2009, p. 47-56)

Essa mudança repercutiu em vários organismos da sociedade civil que dão início a um processo de reeducação das relações sociais entre a população negra, indígena e branca. A mentalidade preconceituosa, discriminatória ou de naturalização da ideia de inferioridade de negros, indígenas e mulheres na escola, no trabalho, na família, no sindicato, na igreja, nos partidos políticos, nas universidades e nos governos, pouco a pouco cede lugar ao debate das desigualdades entre aqueles grupos sociais.

Os órgãos de pesquisa, de coleta de opinião e informação, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são órgãos públicos que incorporam e analisam o item cor/raça e já apresentam novos dados que comprovam a realidade da discriminação racial no Brasil. Novos estudos acadêmicos da linha de pesquisa antirracista contribuíram com novas informações e estatísticas e foram capazes de quantificar o

quadro das discriminações de gênero e raça, o que implicou na revisão e reinterpretação de conceitos, de indicadores sociais e da legislação.

Este conjunto de mudanças de mentalidade acabou contribuindo para o surgimento de uma nova consciência e assunção do racismo.

O mais importante é que este fato influenciou o comportamento de professores(as), alunos(as), familiares, lideranças sociais e políticas a compartilhar a preocupação de eliminar o racismo e todas as formas de intolerância. Tal novidade, ainda que imperceptível na grande mídia de comunicação de massa, já pode ser vista; é visível na criminalização do racismo, na atenção ao conteúdo racista de livros didáticos e demais livros de literatura brasileira, em passeatas, no feriado do dia 20 de Novembro, “Dia Nacional da Consciência Negra”. As conferências nacionais e internacionais, como a Conferência de Durban (2001) contra o preconceito, racismo e todas as formas de intolerância correlatas, os órgãos de governo brasileiro, como a Fundação Palmares, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), as leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2007, que tornam obrigatório o ensino de História da África, Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas escolas brasileiras, públicas e particulares e o Estatuto da Igualdade Racial, são exemplos de mudanças já ocorridas que atestam a caminhada do movimento negro no sentido de reivindicar a inclusão social, econômica e cultural da população negra.

Em se tratando de percepção da situação da mulher na sociedade contemporânea, há bastante progresso na aceitação do novo papel da mulher na sociedade. Na última década, observamos dados de pesquisa de opinião que apontam uma melhoria na percepção de gênero entre as brasileiras. Subiu de 65% para 74% o número das brasileiras que percebem melhoria na “situação das mulheres” em comparação com a percepção de uns vinte ou trinta anos atrás. Cerca de duas em cada três mulheres (63%) elencam espontaneamente razões referidas ao mundo público para definir “como é ser mulher hoje”, com destaque para maior liberdade e independência e para conquistas no mercado de trabalho, mas quase metade refere-se também aos papéis tradicionais de mãe-esposa e seus encargos sociais (43%)⁹.

Vejamos o outro lado da moeda. Na mesma pesquisa, a percepção sobre “as piores coisas de ser mulher” são: subordinação aos homens decorrente do machismo (19%), desigualdades de gênero no mercado de trabalho (16%), violência doméstica (14%), falta de reconhecimento e ou apoio para a criação dos filhos (12%) e por fim decorrências biológicas da condição feminina, como menstruar e ter cólicas (12%).

Embora a pesquisa não tenha realizado um recorte étnico-racial, ou seja, os dados não foram coletados e analisados indagando separadamente a opinião de mulheres negras e brancas, podemos inferir que a percepção das mulheres sobre “as melhores coisas” da situação atual da mulher como a independência e participação no mercado de trabalho não diferem significativamente. Muito embora as mulheres negras tenham entrado no mercado de trabalho com muitas desvantagens, como a desqualificação para o mercado de trabalho, atributo de boa aparência mais relacionado ao padrão europeu e menos ao padrão africano, o assédio moral e a violência sexual no trabalho doméstico, a solidão afetiva e a chefia da família são atualmente relações sociais discriminatórias que mais afetam a qualidade de vida das mulheres negras.

Segundo Maria Regina Teodoro representante brasileira na 100ª Reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aconteceu em Genebra de 1 a 18 de junho de 2011, no Brasil, o

⁹ Dados da pesquisa de opinião pública “Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, da Fundação Perseu Abramo e Sesc, São Paulo, 2011.

trabalho doméstico formal representa 15,8% do total da ocupação feminina, cerca de sete milhões de mulheres, e a maioria das mulheres, cerca de 73,2% ainda está no trabalho informal, ou seja, não possui carteira assinada e, por isso não têm os direitos trabalhistas e previdenciários que a Constituição brasileira garante a todos(as) os(as) trabalhadores(as). Quanto ao salário, as mulheres sem carteira assinada recebem em média R\$ 303,00 e as trabalhadoras domésticas negras recebem R\$ 280,00, ou seja, 67,4% do salário mínimo¹⁰.

O fato de as mulheres negras estarem no serviço doméstico é sinal de que o mercado de trabalho não abriu muitas oportunidades para essas mulheres. Quando as mulheres negras conseguem investir em educação, numa tentativa de mobilidade social, elas se concentram em empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.

Quando observamos a distribuição espacial da mulher negra no território nacional, os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo demonstram que a concentração de “mulheres e negros na área rural e nordestina é maior que a dos brancos, estes mais representados na área urbana das regiões sul e sudeste. Das mulheres negras, 20% estão na área rural e 80% na urbana, ao passo que, das mulheres brancas, 14% concentram-se na área rural e 86% na urbana”.

Sabemos que a mais alta taxa de analfabetismo dentre as regiões brasileiras está no Nordeste. Levando-se em conta que há desigualdades regionais que somam as desigualdades de gênero e raça, encontramos uma elevada concentração de analfabetismo das mulheres negras no Nordeste (SANTOS; SILVA, 2005, p. 64)

O quadro da educação segundo gênero e raça

Uma curiosidade na relação de gênero no campo educacional é que há ligeira vantagem da presença feminina em detrimento da masculina, porém esta vantagem não se traduz em maior ocupação no mercado de trabalho ou em maiores salários, como podemos observar o quadro das desigualdades das raciais traçado pelo IPEA.

[...] “as diferenças raciais são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. No ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade – para a população branca era de 95,7 em 2006; entre os negros, era de 94,2. Já no ensino médio, essas taxas eram respectivamente, 58,4 e 37,4. Com base nos dados apresentados, podemos concluir que o acesso ao ensino médio ainda é bastante restrito em nosso País, mas significativamente mais limitado para a população negra e que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011).

¹⁰ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008), do IBGE.

A presença do racismo, machismo e de todas as formas de intolerância evidencia cada vez mais que a escola precisa refletir sobre os preconceitos da sociedade que reproduz. O ambiente escolar, assim como os currículos e os livros didáticos, tem forte influência nas aspirações educacionais e profissionais de meninos e meninas, de brancos, negros ou indígenas. Por isso, uma das políticas mais significativas implementadas pelo governo brasileiro diz respeito ao desafio, no campo educacional, de trazer à tona a história de africanos(as) e afro-brasileiros(as), contadas por eles(as) mesmos(as), sujeitos da história, o que seria elemento fundamental para o restabelecimento e fortalecimento da identidade negra.

A desvalorização da imagem da mulher negra no ambiente escolar reforça o preconceito e a baixa estima, que em muitos casos inibe a reação e a luta contra a discriminação sofrida. A escola não pode mais reproduzir a percepção negativa que a sociedade tem sobre o papel do negro na sociedade e não desmistificar a ideologia de acomodação das desigualdades de qualquer natureza.

O papel da escola é o de provocar a reflexão, o diálogo e a crítica, capaz de reeducar as relações sociais para o combate ao racismo, ao sexismo e a todas as formas de preconceito, e contribuir com mudanças comportamentais, cognitivas e psíquicas de respeito ao outro, valorização da diversidade, estímulo ao ecumenismo e solidariedade.

Eliminando as desigualdades de gênero, raça e classe: promovendo a igualdade

A necessidade de, hoje, o Estado brasileiro instituir as políticas compensatórias em relação à população negra e indígena se justifica pelo descompromisso do governo brasileiro em incluí-los e até hoje a marca da desigualdade afeta negativamente esses grupos humanos.

O governo republicano não teve o propósito de promover a cidadania dos ex-escravos e de seus descendentes nem de reverter à intolerância étnica, o racismo e as desigualdades raciais herdadas do sistema escravista. Ao contrário, no final do século 19, o Estado brasileiro, em meio aos esforços de construção de uma identidade nacional, incorporou mecanismos informais e simbólicos de discriminação, fundados nas teses de racismo científico e de inferioridade biológica dos africanos, e concretizados em políticas de atração de imigrantes europeus e em barreiras aos negros no nascente mercado de trabalho urbano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

É importante ressaltar que é necessário integrar as chamadas políticas focalizadas e temporárias (voltadas à reparação de injustiças históricas contra grupos humanos) às políticas universalistas, que promovem direitos a todos(as), sem distinção. Assim, por exemplo, é fundamental fortalecer a luta por uma educação de qualidade para todos(as), somada à efetivação das legislações voltadas à valorização, no espaço escolar, da contribuição de diferentes povos na construção da nação¹¹, uma forma de política compensatória.

¹¹ Ver Lei n.º 10.639/03, que institui nas escolas brasileiras, públicas e particulares, em todos os níveis e modalidades, o ensino de História da África, Cultura Afro-Brasileira e Africana e que, posteriormente, em 2008, é acrescida pela questão indígena.

Atualmente, a adoção das políticas públicas de ação afirmativa se concentra principalmente em duas áreas: educação e acesso ao trabalho e à renda; uma vez que é principalmente nessas áreas que a população negra se encontra em pior situação¹². As políticas de cotas para ingresso em universidades e acesso ao serviço público – porcentagem de vagas reservadas a candidatos(as) negros(as) e/ou indígenas – são uma experiência pioneira no processo de democratização da educação e do trabalho. Porém, este modelo de política pública aguarda aprovação no congresso nacional, local onde atualmente há mais controvérsia e oposição, devido às distorções promovidas pela mídia brasileira. Exemplos de distorções promovidas pelos meios de comunicação brasileiros são muito comuns quando o foco é a promoção dos direitos às populações marginalizadas, fato que denuncia a fragilidade desses grupos frente à opressão neoliberal, ocidental, branca e machista.

Os relatórios das Conferências Nacionais de Educação realizadas nos anos de 2007 e 2009 apresentam inúmeras indicações para a democratização do acesso e permanência da população negra na escola, desde o ensino infantil até o ensino superior, além das inúmeras sugestões para a revisão dos conteúdos e adequação da formação dos professores necessária ao cumprimento da alteração da LDB imposta pelas leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.

A política de melhoria do quadro educacional brasileiro, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2007), tem como meta principal a construção de uma educação básica de qualidade, cujo foco está na melhoria do quadro profissional, administrativo e curricular, porém o PDE não faz referência às desigualdades de gênero e raça¹³.

Na educação superior, o PDE enfatiza os problemas da qualidade do ensino superior na relação com a expansão de vagas, desigualdades regionais e exclusão econômica dos jovens, porém não incorpora o debate do acesso de jovens negros e negras ao ensino superior e não há referência nenhuma das 37 experiências pioneiras e exitosas de políticas de ação afirmativa seja no ensino superior de âmbito estadual ou federal.

Conclusão

A implantação de política pública com recorte de gênero e raça é um debate importante e urgente no âmbito da sociedade civil, que poderá orientar a ação democrática dos governos e a garantia dos direitos humanos a toda população brasileira. Na educação, por exemplo, é importante que os ministérios da Educação e da Cultura criem linhas de financiamento para atividades que envolvam, de forma acolhedora, professores, mestres, doutores, educadores sociais, arte-educadores, dispostos a atuar numa linha de programas, projetos e atividades que visem à eliminação das desigualdades de gênero, raça e classe, bem como é fundamental que se invista massivamente na qualificação de professores, valorização do profissional em sala de aula, reestruturação das grades curriculares no ensino fundamental e médio de acordo com as leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/2007. Na área da educação e saúde é importante a orientação e a prevenção ao uso de drogas, em parceria com o Ministério Saúde/Secretaria Nacional de Drogas (Secad).

¹² Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2000), os afrodescendentes são 64% dos pobres e 69% dos indigentes. No índice de desenvolvimento humano geral (IDH), o país figura em 74º lugar, mas, sob o recorte étnico-racial, o IDH relativo à população afrodescendente indica a 108ª posição, enquanto o IDH relativo à população branca indica a 43ª posição.

¹³ O PDE é um conjunto de ações do governo federal para aperfeiçoamento da política de formação e valorização dos professores, a consolidação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), assim como a criação de um sistema nacional de avaliação da educação básica, e o fortalecimento da educação superior (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011a).



Na área da segurança e direitos humanos, é importante a proteção aos jovens em situação de vulnerabilidade, principalmente aqueles que têm direta ou indiretamente qualquer relação com o “tráfico de drogas ou estão em cumprimento de medidas sócio-educativas”.

De uma forma geral, é fundamental ampliar o debate, investimentos e metodologias capazes de inter-relacionar a educação em direitos humanos com o foco no gênero e raça.

Referências

- AYRES, J. R. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e Aids entre crianças e adolescentes. In: TOZZI, D.; SANTOS, N. L. (Org.). *Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/Aids*. São Paulo: FDE, 1996. (Ideias, 29).
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CAMPOS, A. (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2.
- CANDAU, V. M. et al. *Direitos Humanos e educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Novamérica, 1994.
- _____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Pesquisa de opinião pública “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”*. São Paulo: FPA/Sesc, 2011. Disponível em: <<http://www.fundacaoperseuabramo.org>>. Acesso em: 2 jun. 2011.
- HENRIQUES, F. *Igualdade e diferença*. Porto: Porto, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Igualdade racial*. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/11_igualdaderacial.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2011a.
- _____. *Pesquisa Retrato das Desigualdades*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011b.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano – racismo, pobreza e violência*. Brasília, DF: Ministério da Educação/Unesco, 2005.
- PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Edições 34, 1998.



- ROCHA, C. L. A. *Ação Afirmativa – o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica*, 1996. In: SANTOS, S. A. dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, G. G.; SILVA, M. P. da (Org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SANTOS, M. J. P. Adolescentes negros: o significado da escolha do parceiro afetivo e sexual. In: OZELLA, S. (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 65-89.
- SANTOS, G. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, Summus, 2009.
- SPOSATI, A. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

- Declaração Mundial sobre Educação para Todos

Educação para todos: objetivos

Artigo 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem

1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada País e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.
2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.
3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. São nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.
4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e



o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.

Educação para todos: uma visão abrangente e um compromisso renovado

Artigo 2. Expandir o enfoque

1. Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. Existem hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia.

2. Este enfoque abrangente, tal como exposto nos Artigos 3 a 7 desta Declaração, compreende o seguinte:

- universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
- concentrar a atenção na aprendizagem;
- ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
- propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
- fortalecer alianças.

3. A concretização do enorme potencial para o progresso humano depende do acesso das pessoas à educação e da articulação entre o crescente conjunto de conhecimentos relevantes com os novos meios de difusão desses conhecimentos.

Artigo 3. Universalizar o acesso à educação e promover a equidade

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.

3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.

4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua; os trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais, os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Artigo 4. Concentrar a atenção na aprendizagem

1. A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo – para o indivíduo ou para a sociedade – dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula dos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma. Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.

Artigo 5. Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica

A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigem que se amplie e se redefina continuamente o alcance da educação básica, para que nela se incluam os seguintes elementos:

- A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado.

O principal sistema de promoção da educação básica fora da esfera familiar é a escola fundamental. A educação fundamental deve ser universal, garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, e levar em consideração a cultura, as necessidades e as possibilidades da comunidade. Programas complementares

- Alternativos podem ajudar a satisfazer as necessidades de aprendizagem das crianças cujo acesso à escolaridade formal é limitado ou inexistente, desde que observem os mesmos padrões de aprendizagem adotados na escola e disponham de apoio adequado.

As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais. A alfabetização na língua materna fortalece a identidade e a herança cultural. Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não formal em matérias como: saúde, nutrição, população, técnicas.

- Agrícolas, meio ambiente, ciência, tecnologia, vida familiar – incluindo-se aí a questão da natalidade – e outros problemas sociais.

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos



- Tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos.

Estes componentes devem constituir um sistema integrado – complementar, interativo e de padrões comparáveis – e deve contribuir para criar e desenvolver possibilidades de aprendizagem por toda a vida.

Artigo 6. Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. Os conhecimentos e as habilidades necessários à ampliação das condições de aprendizagem das crianças devem estar integrados aos programas de educação comunitária para adultos. A educação das crianças e a de seus pais ou responsáveis respaldam-se mutuamente, e esta interação deve ser usada para criar, em benefício de todos um ambiente de aprendizagem onde haja calor humano e vibração.

Artigo 7. Fortalecer as alianças

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. Neste contexto, as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de se implementar a educação para todos, devem ser urgentemente melhoradas em todos os países signatários da Recomendação Relativa à Situação do Pessoal Docente OIT/Unesco (1966). Alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica. Quando nos referimos a “um enfoque abrangente e a um compromisso renovado”, incluímos as alianças como parte fundamental.

Artigo 8. Desenvolver uma política contextualizada de apoio

1. Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade.

2. A sociedade deve garantir também um sólido ambiente intelectual e científico à educação básica, o que implica a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica. Deve ser

possível estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo.

Artigo 9. Mobilizar os recursos

1. Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade têm uma contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, o investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um país.

2. Um apoio mais amplo por parte do setor público significa atrair recursos de todos os órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento humano, mediante o aumento em valores absolutos e relativos, das dotações orçamentárias aos serviços de educação básica. Significa, também, reconhecer a existência de demandas concorrentes que pesam sobre os recursos nacionais, e que, embora a educação seja um setor importante, não é o único. Cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação resultará em um maior rendimento, e poderá ainda atrair novos recursos. A urgente tarefa de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem poderá vir a exigir uma realocação dos recursos entre setores, como por exemplo, uma transferência de fundos dos gastos militares para a educação. Acima de tudo, é necessária uma proteção especial para a educação básica no País em processo de ajustes estruturais e que carregam o pesado fardo da dívida externa. Agora, mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico.

Artigo 10. Fortalecer a solidariedade internacional

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos, e implica solidariedade internacional e relações econômicas honestas e equitativas, a fim de corrigir as atuais disparidades econômicas. Todas as nações têm valiosos conhecimentos e experiências a compartilhar, com vistas à elaboração de políticas e programas educacionais eficazes.

Será necessário um aumento substancial, a longo prazo, dos recursos destinados à educação básica. A comunidade mundial, incluindo os organismos e instituições intergovernamentais, tem a responsabilidade urgente de atenuar as limitações que impedem algumas nações de alcançar a meta da educação para todos. Este esforço implicará, necessariamente, a adoção de medidas que aumentem os orçamentos nacionais dos países mais pobres, ou ajudem a aliviar o fardo das pesadas dívidas que os afligem. Credores e devedores devem procurar fórmulas inovadoras e equitativas para reduzir este fardo, uma vez que a capacidade de muitos países em desenvolvimento de responder efetivamente à educação e a outras necessidades básicas será extremamente ampliada ao se resolver o problema da dívida.

As necessidades básicas de aprendizagem dos adultos e das crianças devem ser atendidas onde quer que existam. Os países menos desenvolvidos e com baixa renda apresentam necessidades especiais que exigirão atenção prioritária no quadro da cooperação internacional à educação básica, nos anos 90.

Todas as nações devem agir conjuntamente para resolver conflitos e disputas, pôr fim às ocupações militares e assentar populações deslocadas ou facilitar seu retorno a seus países de origem, bem



como garantir o atendimento de suas necessidades básicas de aprendizagem. Só um ambiente estável e pacífico pode criar condições para que todos os seres humanos, crianças e adultos, venham a beneficiar-se das propostas desta declaração.

Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reafirmamos o direito de todos à educação. Este é o fundamento de nossa determinação individual e coletiva – assegurar educação para todos.

Comprometemo-nos em cooperar, no âmbito da nossa esfera de responsabilidades, tomando todas as medidas necessárias à consecução dos objetivos de educação para todos. Juntos apelamos aos governos, às organizações interessadas e aos indivíduos, para que se somem a este urgente empreendimento.

As necessidades básicas de aprendizagem para todos podem e devem ser satisfeitas. Não há modo mais significativo do que este para iniciar o Ano Internacional da Alfabetização e avançar rumo às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências (1983-1992), Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), Quarta Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991-2000), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Estratégias para o Desenvolvimento da Mulher, e da Convenção sobre os Direitos da Criança. Nunca antes uma época foi tão propícia à realização do nosso compromisso em proporcionar oportunidades básicas de aprendizagem a todos os povos do mundo.

Adotamos, portanto, esta Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, e aprovamos o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos nesta Declaração.

- Marco de Ação de Belém

Aproveitando o poder e o potencial da aprendizagem e educação de adultos para um futuro viável

Nós, os 144 Estados-Membros da Unesco, representantes de organizações da sociedade civil, parceiros sociais, agências das Nações Unidas, organismos intergovernamentais e do setor privado, nos reunimos em Belém do Pará, no Brasil, em dezembro de 2009, como participantes da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia VI) para fazer um balanço dos avanços alcançados na aprendizagem e educação de adultos desde a Confinteia V. A educação de adultos é reconhecida como um componente essencial do direito à educação, e precisamos traçar um novo curso de ação urgente para que todos os jovens e adultos possam exercer esse direito.

Reiteramos o papel fundamental da aprendizagem e educação de adultos conforme estabelecido nas cinco Conferências Internacionais de Educação de Adultos (Confinteia I-V) desde 1949, e unanimemente comprometer-nos a promover, com urgência e em ritmo acelerado, a agenda da aprendizagem e da educação de adultos.

Apoiamos a definição de educação de adultos, inicialmente estabelecida na Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos adotada em Nairóbi em 1976 e aprofundada na Declaração de Hamburgo em 1997, qual seja, a educação de adultos engloba todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade.

Afirmamos que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos. Diante da dimensão do desafio da alfabetização global, consideramos fundamental redobrar nossos esforços para garantir que as prioridades e os objetivos de alfabetização de adultos já existentes, conforme consagrados na Educação para Todos (EPT), na Década das Nações Unidas para a Alfabetização (*United Nations Literacy Decade*, em inglês) e na Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (*Literacy Initiative for Empowerment*, em inglês), sejam alcançados por todos os meios possíveis.

A educação de jovens e adultos permite que indivíduos, especialmente as mulheres, possam enfrentar múltiplas crises sociais, econômicas e políticas, além de mudanças climáticas. Portanto, reconhecemos o papel fundamental da aprendizagem e educação de adultos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), da Educação para Todos (EPT) e da agenda das Nações Unidas pelo desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ambiental sustentável, incluindo a igualdade de gênero (Cedaw e a Plataforma de Ação de Pequim).

Por isso, adotamos este Marco de Ação de Belém para nortear o aproveitamento do poder e do potencial da aprendizagem e educação de adultos na busca de um futuro viável para todos.

Rumo à aprendizagem ao longo da vida

O papel da aprendizagem ao longo da vida é fundamental para resolver questões globais e desafios educacionais. Aprendizagem ao longo da vida, “do berço ao túmulo”, é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento.

Reafirmamos os quatro pilares da aprendizagem, como recomendado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver com os outros.

Reconhecemos que aprendizagem e educação de adultos representam um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um *continuum* que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal.

Aprendizagem e educação de adultos atendem às necessidades de aprendizagem de adultos e de idosos. Aprendizagem e educação de adultos abrangem um vasto leque de conteúdos – aspectos gerais, questões vocacionais, alfabetização e educação da família, cidadania e muitas outras áreas – com prioridades estabelecidas de acordo com as necessidades específicas de cada país.

Estamos convencidos e inspirados pelo papel fundamental da aprendizagem ao longo da vida na abordagem de questões e desafios globais e educacionais. Além disso, estamos convictos de que aprendizagem e educação de adultos preparam as pessoas com conhecimentos, capacidades, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos.

Aprendizagem e educação de adultos são também imperativas para o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento.

Recomendações

Apesar de reconhecermos nossas conquistas e avanços desde a Confintea V, estamos cientes dos desafios com que ainda somos confrontados. Reconhecendo que o exercício do direito à educação de jovens e adultos é condicionado por aspectos políticos, de governança, de financiamento, de participação, de inclusão, equidade e qualidade, conforme descrito na Declaração de Evidência anexa, estamos determinados a seguir as recomendações abaixo. Os desafios específicos enfrentados pela alfabetização nos levam a priorizar a alfabetização de adultos.

Alfabetização de adultos

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do *continuum* da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade.

Dada a persistência e a escala do desafio da alfabetização, e o desperdício concomitante de recursos e potencial humanos, é imperativo que redobremos os esforços para reduzir os níveis de analfabetismo do ano 2000 em 50% até 2015 (EPT Objetivo 4 e outros compromissos internacionais), com o objetivo central de prevenir e romper o ciclo da baixa escolaridade e criar um mundo plenamente alfabetizado.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) assegurar que todas as pesquisas e levantamentos de dados reconheçam a alfabetização como um *continuum*;
- (b) desenvolver um roteiro com objetivos claros e prazos para enfrentar esse desafio com base em avaliações críticas dos avanços alcançados, dos obstáculos enfrentados e dos pontos fracos identificados;
- (c) aumentar a mobilização de recursos internos e externos e conhecimentos para realizar programas de alfabetização com maior escala, alcance, cobertura e qualidade promovendo processos integrais e de médio prazo, para garantir que as pessoas alcancem uma alfabetização sustentável;
- (d) desenvolver uma oferta de alfabetização relevante e adaptada às necessidades dos educandos e que conduza à obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis pelos participantes, empoderando-os para que continuem a aprender ao longo da vida, tendo seu desempenho reconhecido por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados;
- (e) concentrar as ações de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas e pessoas privadas de liberdade, com um foco geral nas populações rurais;
- (f) estabelecer indicadores e metas internacionais para a alfabetização;
- (h) planejar e implementar a educação continuada, a formação e o desenvolvimento de competências para além das habilidades básicas de alfabetização, com o apoio de um ambiente letrado enriquecido.

Políticas

Políticas e medidas legislativas para a educação de adultos precisam ser abrangentes, inclusivas e integradas na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, com base em abordagens setoriais e intersetoriais, abrangendo e articulando todos os componentes da aprendizagem e da educação.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) desenvolver e implementar políticas que contem com pleno financiamento, planos bem focados e legislação para garantir a alfabetização de adultos, a educação de jovens e adultos e aprendizagem ao longo da vida;
- (b) conceber planos de ação específicos e concretos para aprendizagem e educação de adultos, integrados aos ODMs, à EPT e à UNLD, bem como a outros planos de desenvolvimento nacional e regional, e às atividades da Life onde estão sendo implementadas;
- (c) garantir que aprendizagem e educação de adultos sejam incluídas na iniciativa das Nações Unidas *Delivering as One*;
- (d) estabelecer mecanismos de coordenação adequados, como comitês de monitoramento envolvendo todos os parceiros engajados na área de aprendizagem e educação de adultos;
- (e) desenvolver ou melhorar estruturas e mecanismos de reconhecimento, validação e certificação de todas as formas de aprendizagem, pela criação de referenciais de equivalência.

Governança

A boa governança facilita a implementação da política de aprendizagem e educação de adultos de forma eficaz, transparente, responsável e justa. A representação e a participação de todos os parceiros são indispensáveis para garantir a capacidade de resposta às necessidades de todos os educandos, principalmente dos mais vulneráveis.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) criar e manter mecanismos para envolvimento de autoridades públicas em todos os níveis administrativos, de organizações da sociedade civil, de parceiros sociais, do setor privado, da comunidade e organizações de educandos adultos e de educadores no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas de aprendizagem e educação de adultos;
- (b) empreender indicadores de formação para apoiar a participação construtiva e informada de organizações da sociedade civil, da comunidade e de organizações de educandos adultos, conforme o caso, no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas;
- (c) promover e apoiar a cooperação intersetorial e interministerial;
- (d) promover a cooperação transnacional, por meio de projetos e redes de compartilhamento de conhecimentos e práticas inovadoras.

Financiamento

Aprendizagem e educação de adultos representam um investimento valioso que resulta em benefícios sociais por criar sociedades mais democráticas, pacíficas, inclusivas, produtivas, saudáveis e sustentáveis.

É necessário um investimento financeiro significativo para garantir a oferta de aprendizagem e

educação de adultos de qualidade.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) acelerar o cumprimento da recomendação da Confintea V de buscar investimentos de no mínimo 6% do PIB em educação, e buscar trabalhar pelo incremento de recursos na aprendizagem e educação de adultos;
- (b) expandir os recursos educacionais e orçamentos em todos os setores governamentais para cumprir os objetivos de uma estratégia integrada de aprendizagem e educação de adultos;
- (c) considerar novos programas transnacionais de financiamento para a alfabetização e educação de adultos, além de ampliar os existentes, à semelhança de ações realizadas no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da União Europeia;
- (d) criar incentivos para promover novas fontes de financiamento, por exemplo, do setor privado, de ONGs, comunidades e indivíduos, sem prejuízo aos princípios da equidade e da inclusão;
- (e) priorizar investimentos na aprendizagem ao longo da vida para mulheres, populações rurais e pessoas com deficiência. Em apoio a essas estratégias,
- (f) cumprir seu compromisso de preencher lacunas financeiras que impedem a consecução de todos os objetivos da EPT, em particular os Objetivos 3 e 4 (aprendizagem de jovens e adultos, alfabetização de adultos);
- (g) aumentar os recursos financeiros e o apoio técnico para a alfabetização, aprendizagem e educação de adultos, e explorar a viabilidade da utilização de mecanismos alternativos de financiamento, tais como troca ou cancelamento de dívida;
- (h) exigir que os planos setoriais de educação submetidos à Iniciativa de Via Rápida (*Fast Track Initiative*, em inglês) incluam ações confiáveis e investimentos na alfabetização de adultos.

Participação, inclusão e equidade

A educação inclusiva é fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico. Preparar todos os indivíduos para que desenvolvam seu potencial contribui significativamente para incentivá-los a conviver em harmonia e com dignidade. Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento. É particularmente importante combater o efeito cumulativo de carências múltiplas. Devem ser tomadas medidas para aumentar a motivação e o acesso de todos.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) promover e facilitar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos, reforçando a cultura de aprendizagem e eliminando barreiras à participação;
- (b) promover e apoiar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos por meio de orientações e informações bem elaboradas e direcionadas, bem como atividades e programas como as Semanas de Educandos Adultos e Festivais de Aprendizagem;
- (c) prever e atender grupos identificados com trajetórias de carências múltiplas, especialmente no início da idade adulta;
- (d) criar espaços e centros comunitários multiuso de aprendizagem e melhorar o acesso e a

participação em toda a gama de programas de aprendizagem e educação de adultos voltados para mulheres, levando em conta necessidades de gênero específicas ao longo da vida;

(e) apoiar o desenvolvimento da escrita e da leitura em várias línguas indígenas, desenvolvendo programas, métodos e materiais que reconheçam e valorizem a cultura, conhecimentos e metodologias indígenas, desenvolvendo ao mesmo tempo, e adequadamente, o ensino da segunda língua para comunicação mais ampla;

(f) apoiar financeiramente, com foco sistemático, grupos desfavorecidos (por exemplo, povos indígenas, migrantes, pessoas com necessidades especiais e pessoas que vivem em áreas rurais), em todas as políticas e abordagens educacionais, o que pode incluir programas oferecidos gratuitamente ou subsidiados pelos governos, com incentivos para a aprendizagem, como bolsas de estudo, dispensa de mensalidades e licença remunerada para estudos;

(g) oferecer educação de adultos nas prisões, apropriada para todos os níveis;

(h) adotar uma abordagem holística e integrada, incluindo mecanismos para identificar parceiros e responsabilidades do Estado em relação a organizações da sociedade civil, representantes do mercado de trabalho, educandos e educadores;

(i) desenvolver respostas educacionais efetivas para migrantes e refugiados como foco central ao trabalho de desenvolvimento.

Qualidade

A qualidade na aprendizagem e educação é um conceito e uma prática holística, multidimensional e que exige atenção constante e contínuo desenvolvimento. Promover uma cultura de qualidade na aprendizagem de adultos exige conteúdos e meios de implementação relevantes, avaliação de necessidades centrada no educando, aquisição de múltiplas competências e conhecimentos, profissionalização dos educadores, enriquecimento dos ambientes de aprendizagem e empoderamento de indivíduos e comunidades.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

(a) desenvolver critérios de qualidade para os currículos, materiais de aprendizagem e metodologias de ensino em programas de educação de adultos, levando em conta os resultados e as medidas de impacto;

NT: Não há em Português uma palavra equivalente ao termo inglês *accountability*, que significa uma mescla de responsabilização, transparência e prestação de contas.

(b) reconhecer a diversidade e a pluralidade dos prestadores de serviços educacionais;

(c) melhorar a formação, a capacitação, as condições de emprego e a profissionalização dos educadores de adultos, por exemplo, por meio do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior, associações de professores e organizações da sociedade civil;

(d) elaborar critérios para avaliar os resultados da aprendizagem de adultos em diversos níveis;

(e) implantar indicadores de qualidade precisos;

(f) oferecer maior apoio à pesquisa interdisciplinar sistemática na aprendizagem e educação de adultos, complementada por sistemas de gestão de conhecimento para coleta, análise e disseminação de dados e boas práticas.



Referências

- ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. *Metodologia Mova*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 2).
- _____; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira; STANGHERLIM, Roberta. *Economia Solidária*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 4).
- ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). (1929/1992) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo, Hucitec.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. Brasília: Líber, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *A Educação como Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____; FEITOSA, Sonia Couto Souza; AMARAL, Rutiléa. *Princípios Curriculares Orientadores para a EJA*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Receja, Caderno 2).
- BRASIL. *Estatuto do idoso: Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- BRASIL. MEC/ACÇÃO EDUCATIVA. *Educação de Jovens e Adultos - Proposta Curricular para 1º Segmento do Ensino Fundamental*. São Paulo/Brasília. 2001.
- CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978
- CEMBALISTA, Sílvia; FEITOSA, Sônia Couto Souza. *Conviver, respeitar e valorizar a diversidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
- FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado*. Brasília: Liber livros, 2011.
- FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo*. *Revista de Cultura da Universidade do Recife*. Nº 4; Abril-Junho, 1963. _____. *Ação Cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Leitura).



- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em Educação Popular*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- _____. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- _____; TORRES, Carlos Alberto. *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.
- GALVÃO, Mariana; PADILHA, Paulo Roberto; LEITE, Rosângela. *Diversidade e Direitos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 5).
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz Rojas. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. *Educação Popular*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 3).
- MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a. v. 2. p. 203-234.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b. v. 3. p. 208-210.
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MUNCK, Alexandre; MONTEZANO, Daniel; SILVA, Sandra Pereira da. *Gestão Compartilhada*. Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 6).
- MUSSALIN, F. & BENTES, A. C.(Orgs) Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos. São Paulo, Cortez, p 355.
- NASCIMENTO, Luiz Marine José do; DA SILVA, Rodrigo Costa (Org.). *Alfabetização inicial de jovens, adultos e idosos: a ousadia de fazer e o dever de mostrar*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda Barreto (Org.). *Pesquisa em Educação: Métodos, temas e Linguagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- OSASCO. Secretaria Municipal de Educação. *Diversidade, Inclusão e Avaliação: Perspectivas para a educação de jovens e adultos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.
- PADILHA, Paulo; FAVARÃO, Maria; MORRIS, Erick; MARINE, Luiz (Org.). *Educação para a cidadania planetária: Currículo Intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre a educação de adultos*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Alessandra Rodrigues de; NASCIMENTO, Luiz Marine do. *Educação de Adultos*. Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 1).

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TELLES, Sílvia. *Paulo Freire e o Projeto Mova-SP*. Disponível em: <[http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire\(a\)rtigos/Silvia_Telles.htm](http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire(a)rtigos/Silvia_Telles.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. *Declaração mundial sobre educação para todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990.

VYGOTSKY, L. S. (1934/1991) *A Formação Social da Mente*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar: Educação Popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Site da internet: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>

O Marco Referencial é fruto de uma construção coletiva!

O Polo Rio de Janeiro, todo o ano, desde 2012, realiza o estudo do Marco no intuito de embasar teoricamente nossas práticas e refletir sobre sua presença no cotidiano do Projeto MOVA-Brasil.

Assim, identificamos no diálogo com Coordenadores/as e Monitores/as e, igualmente na vivência no dia-a-dia do projeto a presença da **Função Social da Educação** durante o processo de abertura das turmas, quando se constrói parcerias com os movimentos sociais, abrindo espaço para diálogos e fortalecimento das ações e, na proposta pedagógica com realização da leitura de mundo, possibilitando compreender a realidade que cerca cada comunidade, pois estas ações permitem a qualquer indivíduo participante do projeto, compreender “a realidade como passível de modificação e a si mesmo como capaz de modificá-la”.

Entendendo que “a Educação Popular é uma educação para os direitos humanos, uma vez que promove a mobilização social para a garantia dos direitos e, como afirmado antes, para a transformação social”, ressaltamos os **Princípios da Educação Popular** na aplicação de uma metodologia que permita o debate e o desenvolvimento crítico de cada participante e, na organização de mobilizações, específicas de cada comunidade, para garantir os direitos que são negados.

A construção de um relacionamento horizontal nas salas de aula, onde se valoriza os diferentes saberes e se promove a troca de experiências nos apresenta o entendimento e cuidado que a Proposta Metodológica reflete as **Concepções de Jovem, Adulto e Idoso**, pois “se conseguirmos articular adequadamente, nas ações do Projeto, essa potencialidade da juventude com a experiência de vida e os saberes dos adultos e idosos, possivelmente, teremos resultados ainda melhores das nossas práticas pedagógicas”.

Compreendendo que “o conhecimento é uma construção dos sujeitos inseridos no mundo e mediados pela realidade mais próxima e mais ampla”, promover a autonomia na construção dos saberes, possibilitando a formação de sujeitos críticos e participativos, permitida pela quebra com o modelo de educação europeia, machista, sexista e racista garantimos a **Concepção de Alfabetização e de Conhecimento, Ensino e Aprendizagem**, uma vez que, “a essência da alfabetização, que é possibilitar que, por meio da aprendizagem da leitura da

palavra, os alfabetizados ampliem a sua Leitura do Mundo e possam compreender e intervir na realidade em que vivem”.

“A educação tem um papel de fundamental importância na construção de uma nova cultura de preservação do planeta...” por este motivo, a **Dimensão Socioambiental** se faz presente na promoção do debate sobre a sustentabilidade e, na construção de uma nova visão onde cada indivíduo perceba sua responsabilidade socioambiental.

Uma educação inclusiva deve garantir o diálogo sobre diversidade no intuito de valorizar todos os sujeitos que fazem parte do processo, principalmente quando esta diversidade está presente em todas as esferas do Polo, assim devemos valorizar a **Dimensão da Diversidade como Direito Humano**, pois “partindo do reconhecimento da diferença, luta-se por igualdade de direitos”.

O **Currículo no Projeto MOVA-Brasil** é construído de forma coletiva, não engessada e, específico para cada realidade, respeitando e valorizando o conhecimento de cada indivíduo inserido no projeto assim contemplamos “a educação como espaço de multiculturalidade na perspectiva de uma prática pedagógica que contribua para o exercício da cidadania planetária”.

É nessa construção coletiva que seguimos tecendo novos “saberes e fazeres” na grande colcha de retalhos que uni sonhos e utopias de coordenadores/as, monitores/as e educandos/as no Projeto MOVA-Brasil.

Os sonhos compartilhados de ter uma profissão, garantir um bom emprego, cursar uma faculdade, ou mesmo os mais básicos como: aprender a ler, escrever e contar; dar troco no seu comércio; escrever cartas para familiares distantes; aprender a ler o nome do ônibus; ler a bíblia ou apenas assinar seu próprio nome são as linhas coloridas que utilizamos para unir cada retalho que busca o direito de SER MAIS e que na confecção final desvelam a utopia de um dia viverem num país justo e igualitário.



3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PEPP 2014 NO POLO RIO DE JANEIRO

“Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.” Paulo Freire.

Parceiro

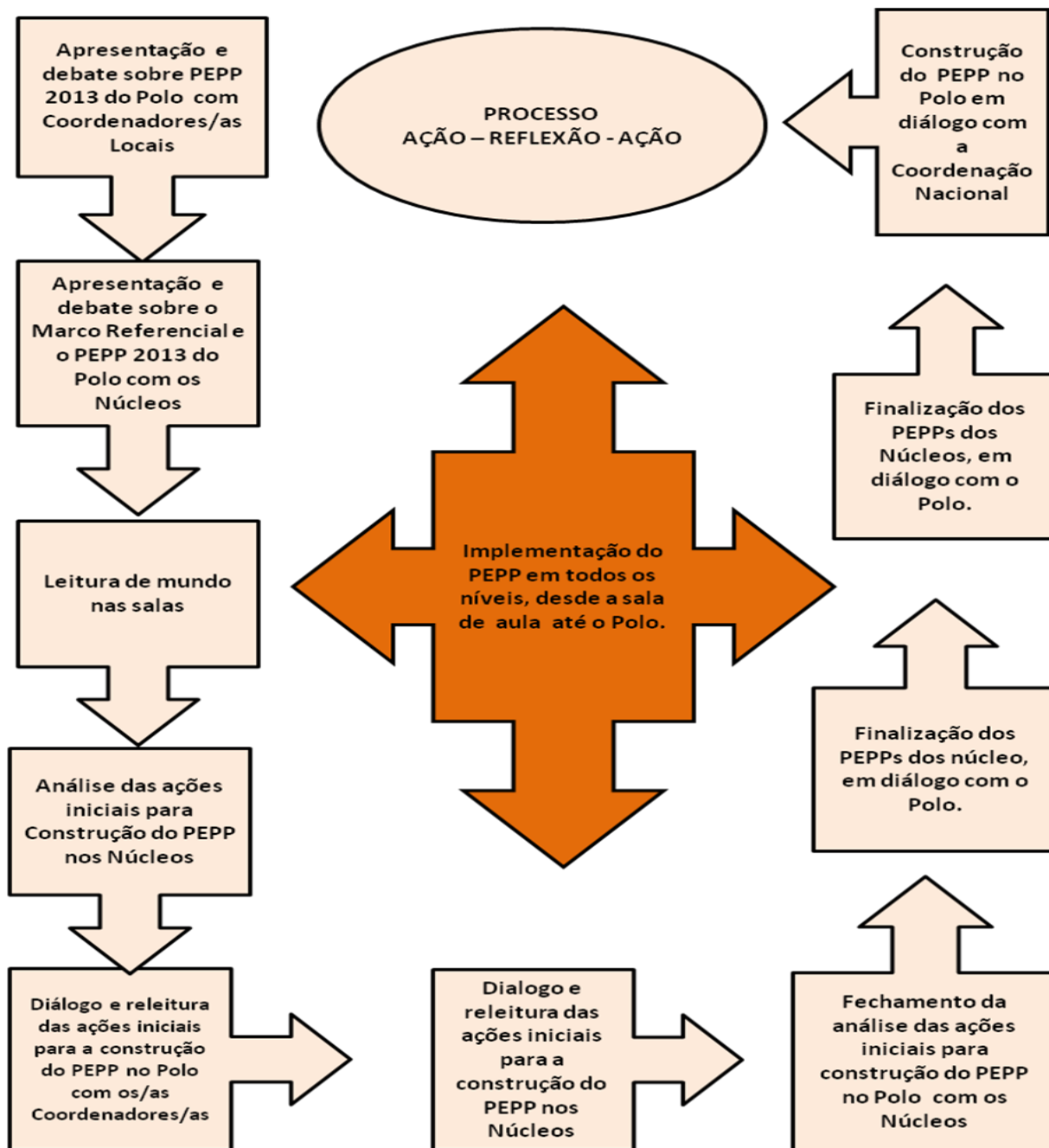


Patrocínio



Apoio

Ministério da
Educação



Iniciamos o diálogo sobre a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico do Polo Rio de Janeiro com a apresentação do PEPP construído em 2013, seu processo de elaboração e debate sobre o Marco Referencial do Projeto, durante a Formação Inicial de Coordenadores/as Locais e a Formação Inicial com Monitores/as e Coordenadores/as Locais, para melhor compreensão das etapas necessárias para garantir um PEPP, que de fato, represente a realidade das comunidades onde o Projeto está inserido no Estado.

Após esse início, os/as monitores/as retornam aos seus municípios para iniciarem o projeto e, com as informações de como fazer a Leitura do Mundo em suas comunidades. Durante a I Formação Continuada Mensal com Coordenadores Locais, dialogamos a respeito das ações iniciais do projeto sob a luz do Marco Referencial para melhor embasá-los e orientar o processo de desenvolvimento da prática e construção dos PEPPs das turmas e na elaboração do PEPP do Núcleo.

Os Núcleos se debruçaram sobre a análise da Leitura do Mundo realizadas nas turmas para a elaboração de uma segunda mostra das Ações Iniciais dos Núcleos que fornecem elementos para a construção de seus PEPPs, apresentado, em forma de slide, durante a I Formação Continuada Com Monitores/as e Coordenadores/as Locais, quando a Coordenação de Polo e Coordenação Pedagógica Nacional fizeram apontamentos, para que os Núcleos refizessem suas análises e textos.

Após uma avaliação dos seus afazeres metodológicos, monitores/as e coordenadoras/es locais voltaram para seus Núcleos com a tarefa de realizar uma releitura de todo o processo vivido desde o início da 6ª etapa para ajustarem as questões apontadas pelo Polo e fecharem a realização da Festa Comunitária Cidadã nas turmas ainda pendentes.

A partir deste novo olhar, coordenadoras/es e monitoras/es puderam, agora com mais elementos da realidade investigada, produzir uma releitura mais aprofundada dos territórios nos quais estamos presentes e, propor um plano de trabalho para atuarmos no processo de ensino e aprendizagem de forma qualificada, respeitando, avaliando e intervindo na realidade evidenciada.

A releitura produzida pelos Núcleos, após o processo vivenciado nas salas e comunidades, foi reenviada ao Polo nas duas primeiras semanas de junho, para reavaliação e devolutivas, possibilitando contrastar e estabelecer comparações e paralelos entre os Núcleos para fortalecer o entendimento e condução na construção dos PEPPs dos Núcleos e do Polo. O resultado final desta construção foi socializado durante a II Formação Continuada Mensal com coordenadores/as locais, de 02 a 04 de julho.

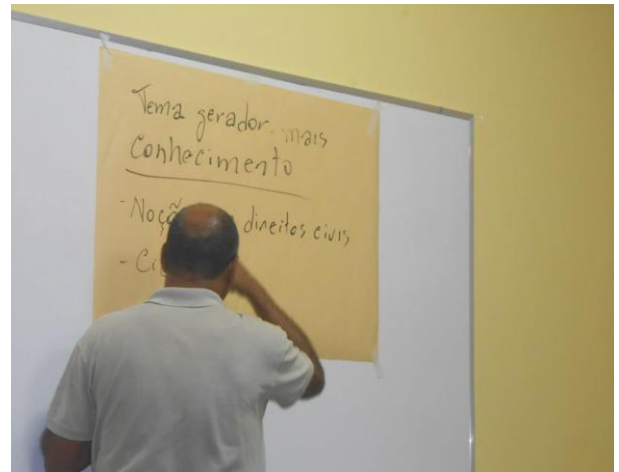


Mesmo com as idas e vindas dessa produção, nos surpreendemos com evolução e qualidade do trabalho. Como resultado do processo de investigação, pesquisa e leitura da realidade, todas as turmas definiram seus temas geradores de forma consciente e coerente, entre eles: CIDADANIA, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRANSPORTE, SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍTICAS PÚBLICAS e VIOLÊNCIA.

“É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação”. Paulo Freire (*Pedagogia do Oprimido*, p. 102).

Com a entrega dos PEPPs dos Núcleos, a equipe do Polo produziu uma sistematização para possibilitar uma visão mais ampla e qualificada de cada município, analisando suas similaridades e especificidades de forma a construir um plano de ação que atendesse e dialogasse com a realidade investigada.

VIVÊNCIA DA LEITURA DO MUNDO NAS FORMAÇÕES INICIAIS





Saída a Campo, Preparação e realização da Festa Comunitária Cidadã do Núcleo Desafio.

ANÁLISE DA PRÁTICA



Avaliações e releituras para a construção do PEPP

4. LEITURA DO MUNDO DO PROJETO MOVA-BRASIL: O OLHAR DO Polo RIO DE JANEIRO

4.1 - Caracterização do território

O **Rio de Janeiro**, com extensão territorial de 43.696,054 km², é o menor estado da Região Sudeste. Conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do estado totaliza 15.989.929 habitantes, com a densidade demográfica de 365,2 habitantes por quilômetro quadrado.

O território que atualmente corresponde ao Rio de Janeiro era habitado por diversas tribos indígenas: Tupinambás, Goitacá, Guaianás, Tamoios, Botocudo, Tupiniquins, entre outros. Durante o processo de colonização, o Rio de Janeiro recebeu portugueses, franceses e africanos. Posteriormente, o estado também foi destino de fluxos migratórios oriundos da Suíça, Alemanha, Itália e Espanha.

O Rio de Janeiro obteve ao longo dos anos um aumento populacional extraordinário, e apesar de ser, efetivamente, o 3º menor Estado do Brasil (ficando à frente apenas dos estados de Alagoas e Sergipe, respectivamente, em segundo e primeiro lugar), concentra 8,4% da população do País sendo, atualmente, o terceiro estado mais populoso do Brasil. Seus mais de 15,9 milhões de habitantes estão distribuídos em 92 municípios.

O Estado do Rio de Janeiro ocupa o 2º lugar no ranking do PIB nacional e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,832, ocupa o 4º lugar no ranking nacional. A taxa de alfabetização é a terceira maior do País (96%), atrás somente do Amapá (97,2%) e do Distrito Federal (96,6%). O Rio de Janeiro apresenta a segunda melhor média de escolaridade do Brasil: 45,6% de sua população têm oito anos ou mais de estudos.

O índice de analfabetismo (4,95) é o menor dentre os estados que compõe o MOVA-Brasil, mas se pensarmos no analfabetismo funcional, este índice cresce para 14,1.

O quadro de analfabetismo funcional, na metrópole do Rio de Janeiro, território que contém o maior número de turmas do projeto, segundo dados do Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), em toda essa região, assim como nas áreas de favela, mais de um terço das pessoas com mais de 24 anos eram, em 2000, analfabetas funcionais (com até três anos de estudo).

Esse é um percentual elevadíssimo, principalmente se levarmos em conta que nas últimas duas décadas houve um aumento significativo no nível de escolaridade da população brasileira, de uma maneira geral, e da fluminense, em particular. O município de Japeri, por exemplo, emancipado de Nova Iguaçu e com um elevado contingente de imigrantes do norte do estado do Rio de Janeiro, apresenta o maior percentual de analfabetos: 11,5%.

Entre as áreas de favela há uma variação no percentual dos analfabetos funcionais que não está relacionado à localização geográfica. Nas favelas, nas áreas mais centrais de São Cristóvão e Catumbi, assim como no subúrbio mais distante, se encontram percentuais em torno de 26%. Em outras áreas, como no Complexo do Alemão, a participação dos analfabetos alcança 41% das pessoas com mais de 24 anos.

Cabe notar, que os menores percentuais estão, não apenas localizadas na zona sul e na Barra da Tijuca, mas também, em áreas na zona suburbana, como Cachambi, Andaraí e Penha, cujos percentuais estão entre 6% e 7%.

A maioria da população reside em áreas urbanas: 96,7%, o que faz do Rio de Janeiro um dos estados mais urbanizados do Brasil. Os serviços de saneamento ambiental atendem 84,6% das residências fluminenses. A taxa de mortalidade infantil é de 18,3 óbitos a cada mil nascidos vivos, abaixo da média nacional, que é de 22.

Apesar de muitos aspectos socioeconômicos positivos, o estado do Rio de Janeiro sofre com a violência. Os frequentes conflitos armados entre traficantes e policiais causam várias mortes, além de provocar um clima de insegurança para a população. Conforme dados da

Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, o Rio de Janeiro é o estado brasileiro que apresenta o maior número de mortes resultantes de crimes no País.

Dentro do Estado, a cidade do Rio de Janeiro ocupa a 2ª posição no ranking do PIB nacional, o 1º lugar no PIB estadual, a 2ª posição no IDH (0,842) e 186.729 analfabetos, que perfazem o total de 4,1% de sua população. Outro município que chamam atenção é Campos dos Goytacazes, que ocupa a 10ª posição no ranking do PIB nacional e o 3º no PIB estadual, a 37ª posição no IDH (0,752) e 28.134 analfabetos, que perfazem o total de 9,5% de sua população, assim como Duque de Caxias, que ocupa a 15ª posição no ranking do PIB nacional, o 2º no PIB estadual, com IDH na 49ª posição e 41.514 analfabetos no município que perfazem o total de 7,5% de sua população.

Convém ressaltar que Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes estão entre os 30 maiores municípios que mais contribuem com o PIB brasileiro e que estas três cidades somadas a São Gonçalo e Nova Iguaçu estão entre os maiores PIBs do Estado do Rio de Janeiro. Curioso é perceber que mesmo estando entre os dez maiores, essa posição não reflete na qualidade de vida da população nelas residente, como é possível perceber na tabela abaixo, quando se contrasta a posição do PIB *versus* a posição no IDH.

OS DEZ MAIORES PIBS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			IDH
Posição	Município	Produto Interno Bruto nominal (em R\$; est. 2010) ¹	Posição do IDH no Estado
1	Rio de Janeiro	190.249.043.000	02
2	Duque de Caxias	26.496.845.000	52
3	Campos dos Goytacazes	25.313.179.000	54
4	Macaé	11.267.976.000	15
5	Niterói	11.214.103.000	01
6	São Gonçalo	10.340.756.000	23
7	Angra dos Reis	10.176.448.000	36
8	Nova Iguaçu	9.496.660.000	45
9	Volta Redonda	9.170.922.000	03
10	Petrópolis	7.063.116.000	07

Na maioria dos municípios (14) onde o projeto atua, encontramos um número grande de analfabetos e o IDH acima da 35ª posição, com destaques para os municípios de São

Francisco do Itabapoana (91ª), Silva Jardim (87ª): Japeri (77ª), Queimados (74ª) e Belford Roxo (71ª), que ocupam as piores posições do IDH no universo de municípios atendidos pelo Projeto MOVA-Brasil, no Polo do Rio de Janeiro.

De acordo com dados divulgados pela ONU, o Brasil manteve o 85º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desde 2007. O índice obtido foi de 0,730, valor considerado alto. No entanto, existem grandes disparidades sociais e econômicas no Brasil. As diferenças socioeconômicas entre os estados brasileiros são tão grandes que o País apresenta realidades distintas em seu território, e se torna irônico classificar a nação com alto Índice de Desenvolvimento Humano. O mesmo se pode dizer do estado do Rio de Janeiro, que ocupa a 4ª posição (0,832) no ranking nacional e as desigualdades são gritantes entre seus municípios.

Nº	Núcleos/Municípios	Posição do PIB no Estado	Posição do IDH no Estado	Habitantes	Nº de analfabetos	Porcentagem da população
1.	Duque de Caxias	02	49	855.046	41.514	7,5%
	Magé	24	51	228.150	13.603	9,4%
2.	Nova Iguaçu	08	43	795.212	39.769	7,4%
	São Gonçalo	06	14	1.025.507	35.902	5,4%
3.	Itaboraí	23	62	218.090	13.590	10,1%
	Maricá	29	06	127.519	4.779	8,4%
4.	Campos dos Goytacazes	03	37	472.300	28.134	9,5%
5.	Belford Roxo	16	71	469.261	23.345	7,7%
6.	São Francisco do Itabapoana	-	91	41 357	6.872	23,8%
7.	Bacia de Campos					
	Macaé	04	07	206.748	6.903	7,2%
8.	Cabo Frio	11	19	186.222	7.228	8,1%
	Araruama	35	35	112.098	6.553	11%
9.	Saquarema	-	52	74 221	4.384	11,6%
	Silva Jardim	-	87	21 360	2.646	18%
8.	Japeri	-	84	95 931	6.509	11,5%
	Queimados	27	74	137.938	7.362	8,7%
9.	Quissamã	20	55	20 244	1.534	15,9%
	Conceição de Macabu	-	48	21 200	1.615	12,1%

Sua capital e maior cidade (6.320.446 habitantes) é a cidade homônima, a segunda cidade mais populosa do Brasil. Outros municípios fluminenses com grande concentração



populacional são: São Gonçalo (999.728), Duque de Caxias (855.048), Nova Iguaçu (796.257), Niterói (487.562) e Belford Roxo (469.332).

A cidade do Rio de Janeiro é o principal centro cultural do País. Cidade brasileira mais conhecida no exterior, maior rota do turismo internacional no Brasil e principal destino turístico na América Latina e em todo Hemisfério Sul, a capital fluminense funciona como um "espelho", ou "retrato" nacional, seja positiva ou negativamente.

Um “espelho” nacional! O que dizer das demais cidades do estado? Quando se pensa no Estado do Rio de Janeiro vem logo à cabeça a música do Bebeto: “Praia e Sol, Maracanã, futebol, que lindo!” E para completar a visão da cidade maravilhosa acrescenta-se o samba e as mulatas do carnaval, o funk e suas ‘tchutchucas’ (como são conhecidas as frequentadoras desse ritmo musical).

Toda esta amostragem, vendida para o “Mundo”, às vezes nos traz algumas decepções, pois o nosso povo não vive apenas de praia, Sol, Maracanã e futebol. Ele vive de muito trabalho, lutas e conquistas. Visto que nossa população, apesar de tudo de tudo que acontece ao seu redor, não deixa de sonhar, e é um povo feliz e hospitaleiro.

A cidade do Rio de Janeiro está repleta de problemas e ao mesmo tempo de encantos, mas para tanto, prevalece apresentar uma cidade tipo cartão postal intacta e perfeita, com belas praias (sem poluição), mulheres bonitas e exóticas, estimulando ainda mais a propaganda de que no Rio de Janeiro tudo é permitido.

Não queremos ser retratados desta forma e sim do jeito que realmente somos e com o que temos. Queremos romper com qualquer tipo de relação que nos tornem dependentes de qualquer “mito”.

Não estamos aqui negando a importância e a beleza da cidade do Rio de Janeiro, que possui um dos principais centros econômicos, culturais e financeiros do País, mas não é nesta parte, amplamente divulgada, ‘vendida’ e ‘consumida’ por todo País e, também, fora dele, que o



Projeto MOVA-Brasil – Polo Rio de Janeiro desenvolve suas atividades, mas nas áreas do município nas quais a beleza não se vê, assim como nos demais municípios do estado, onde, na maioria das vezes, o que está em foco ou evidência não são seus ícones culturais e paisagísticos, mas o grande índice de pobreza e violência que acomete seus moradores.

O Rio de Janeiro continua lindo sim, mas violento e desigual também. E, é com este olhar desmistificado que o Polo desenvolve e apresenta seu trabalho.

O Polo Rio de Janeiro atende a demanda por alfabetização nos seguintes municípios: Bacia de Campos (2ª etapa – abrangendo os municípios de Araruama, Saquarema, Cabo Frio, Silva Jardim e Macaé), Campos dos Goytacazes (6ª etapa – abrangendo também o município de São João da Barra), Quissamã (3ª etapa), São Gonçalo (4ª etapa abrangendo também os municípios de Itaboraí e Maricá, Magé (4ª etapa), Duque de Caxias (6ª etapa), Belford Roxo (2ª etapa), Nova Iguaçu (6ª etapa), Queimados (2ª etapa) e Japeri (5ª etapa), através de nove Núcleos).

Os municípios atendidos pelo Projeto MOVA-Brasil, no estado do Rio de Janeiro possuem, principalmente na área norte e noroeste do estado, uma história marcada pelo tradicionalismo político, herdado do Estado português com raízes na sociedade patrimonial (Weber/Faoro), inexistindo uma ampla diferenciação entre as esferas pública e privada. Destacamos acerca dos Núcleos implementados nestes municípios as parcerias locais bem diversificadas politicamente: Associação dos Pequenos Agricultores Rurais, MST, Pastoral da Terra, Igrejas católicas e evangélicas, sindicatos, Prefeituras, Câmara de Vereadores, Secretarias Municipais, ONGs, UNIFLU-Universidade Fluminense e FDC – Faculdade de Direito de Campos, Coletivo dos Advogados Ativistas de Campos.

Nesta 6ª etapa não estamos atendendo ao município do Rio de Janeiro onde havia tinham turmas implementadas em diferentes favelas marcadas pela violência urbana e o poderio do tráfico de drogas e/ou da milícia¹⁴, mas os locais que estamos atendendo estão sendo

¹⁴ Milícias são grupos formados por policiais, bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e militares fora de serviço ou na ativa que controlam várias favelas do Rio de Janeiro (O Globo, 19 de dezembro de 2006).

bastante impactados com a implementação das UPPs¹⁵ nas favelas da Cidade do Rio de Janeiro.

Os Núcleos da Baixada Fluminense são bons exemplos deste impacto. A região sofre com as ações do tráfico de drogas e das milícias, sendo a violência um dos maiores motivos para que esta região seja discriminada pelas demais regiões do estado, o que enfraquece as investidas para colocá-la no circuito turístico do Estado.

Os Núcleos do Norte Fluminense, surpreendentemente, por ser uma região mais afastada, também tem sofrido o impacto dos deslocamentos de traficantes para suas cidades. Quissamã, por exemplo, na comunidade de Santa Catarina, os moradores são submetidos a toque de recolher pela polícia que promove a “caça” aos bandidos infiltrados na área.

- DIMENSÃO SOCIAL

Segundo a análise dos índices de analfabetismo revela uma assimetria: apenas 32% dos analfabetos são brancos, enquanto 67,4% são negros ou pardos declarados, segundo a PNAD/2011 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Traduzindo em números absolutos pelos dados do IBGE, dos 14,4 milhões de analfabetos, dez milhões eram negros ou pardos, o que faz com que a taxa de analfabetismo entre negros e pardos (11,8%) seja mais que o dobro daquela entre os brancos (5,3%).

Em relação à necessidade da alfabetização, já no seu 7º Congresso Nacional, em 2007, o Movimento dos Sem Terra apontava sua preocupação com o alto índice de analfabetismo dentro dos seus assentamentos, lançando uma campanha nacional de erradicação do analfabetismo dentro dos seus acampamentos.

¹⁵ UPP é um importante Programa de Segurança Pública realizado no Estado do Rio de Janeiro. O programa engloba parcerias entre os governos — municipal, estadual e federal — e diferentes atores da sociedade civil organizada. Projetos educacionais, culturais, esportivos, de inserção social e profissional, além de outros voltados à melhoria da infraestrutura, estão sendo realizados nas comunidades por meio de convênios e parcerias firmados entre diferentes segmentos do poder público, iniciativa privada e terceiro setor.

Outro segmento social que apresenta dados preocupantes é a Comunidade de Pescadores, segundo os dados do Perfil Socioeconômico dos Pescadores Brasileiros, *de 2008, com 56.218 pescadores brasileiros são analfabetos, sendo 4,02% destes pertencentes à região sudeste.*

Como forma de contribuir para a diminuição do analfabetismo nestas realidades apresentadas, nesta 6ª etapa, atendemos três comunidades tradicionais quilombolas nos municípios de Quissamã, Bacia de Campos e São Francisco do Itabapoana; quatro turmas em Zona Rural: Sapucaia, Três Venda, Usina e Santa Maria situadas em Campos dos Goytacazes. Atendemos, também, quatro Colônias de Pescadores, dois no bairro Areal, em Araruama, um em Saquarema (Z24) e em Jaturnaíba, em São Francisco do Itabapoana.

O município de São Francisco do Itabapoana aparece com o pior IDH em relação aos outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, apenas 27% dos educandos/as recebem auxílio bolsa família.

As demais turmas do Polo Rio de Janeiro estão distribuídas em áreas rurais e urbanas, que no segundo caso tem presença marcante das favelas. Um dado preocupante das comunidades atendidas é a baixa oferta de EJA na Rede pública de ensino, e as salas existentes estão sendo fechadas por falta de alunos, seja por conta da dificuldade de acesso às salas, ou porque as turmas só atendem a demanda de alunos alfabetizados a partir do 5º ano.

Dentre o público atendido, vemos com assombro o alto índice de gravidez na adolescência, que acaba provocando a evasão destas adolescentes dos bancos escolares e se tornarem chefe de família, quando estas não encontram apoio dos pais das crianças; o elevado número de alcoólatras e a escassez de espaços públicos que promovam a socialização de seus moradores, sobrando esta função para os espaços de cunho religioso (evangélicas, espíritas e católicas), que acabam promovendo eventos nas comunidades. Em algumas localidades o sofrimento é pela falta de linha de ônibus e/ou grande intervalos entre os horários dos transportes, que dificultam o deslocamento dos/as moradores/as que acabam

precisando buscar alternativas para se locomover, tais como: bicicletas, kombi, mototáxi, van e longas caminhadas.

A Pacificação nas áreas da Cidade do Rio de Janeiro ainda vem provocando êxodo de traficantes que agrava a situação de violência dos Municípios da Baixada Fluminense, São Gonçalo e dos municípios da região Norte Fluminense, que servem de refúgios para estes fugitivos, sendo a violência um dos fortes motivos para que estes municípios sejam discriminados pelas demais regiões do estado, enfraquecendo as investidas da Baixada Fluminense de se colocar no circuito turístico do estado do Rio de Janeiro. E, mesmo as áreas pacificadas estão sofrendo com a investida dos grupos de traficantes, para retomarem suas comunidades.

Outros problemas crônicos na Baixada Fluminense são a falta de saneamento básico e o crescimento desordenado das cidades que, também, atingem os Núcleos de *São Gonçalo*, *Itaboraí* e *Campos dos Goytacazes*.

- DIMENSÃO POLÍTICA

Percebemos uma grande inversão de valores nas cidades onde o Polo atua. A descrença nas Instituições e na política é gritante, principalmente onde há problemas de corrupção declarada e abuso de poder, como no caso do Município de Conceição de Macabu, onde a prefeita Lícia Mercedes (Tedi) protagonizou fatos que ficarão para a história do município.

Logo após a eleição Tedi tomou posse, mas ainda em 2013, veio a ser cassada por decisão unânime do Tribunal Regional Eleitoral por 6 votos a 0 no dia 19 de novembro de 2013. A cassação foi por abuso do poder político e econômico na última eleição, por contratação irregular e distribuição de pontos para taxistas durante o período eleitoral.

O segundo colocado, o ex-prefeito Cláudio Linhares, assumiu a prefeitura por determinação do TRE. Tedi tentou reverter a situação, mas o TSE manteve o prefeito Cláudio Linhares no cargo. Após a decisão do TSE, a Polícia Federal deflagrou em Conceição de Macabu a operação Ave de Fogo, com o objetivo de combater irregularidades em licitações por meio

de empresas de fachadas no âmbito da prefeitura na gestão da ex-prefeita. Grampos realizados pela Polícia Federal revelaram que o esquema teve a participação direta da ex-prefeita.

Destacamos a Baixada Fluminense onde os grupos de extermínio e milícias ocupam cargos no executivo e no legislativo¹⁶.

O assistencialismo e clientelismo são gritantes no município de Quissamã, onde a população para resolução de qualquer questão deve se submeter à prefeitura, até mesmo para realizar um trabalho voluntário. A prefeitura distribui cestas básicas, vale compras, vale gás, velório com divulgação nas rádios, bolsa nas escolas, pagamento do ensino superior em outras cidades com garantia do transporte...

E, uma das questões mais presentes na sistematização das Leituras de Mundo, realizadas nas comunidades, é a ausência de equipamentos públicos de vários segmentos (saúde, educação, segurança e etc.) e/ou a presença de equipamentos sucateados e com péssimo atendimento, que obriga seus moradores/as a se deslocarem para outras localidades para obterem atendimento digno.

Mesmo com este quadro desolador, é possível verificar, em algumas comunidades, a ação de resistência das Organizações Não Governamentais e dos Movimentos Sociais (Associações de Moradores, Sindicatos, Movimentos de Mulheres, Movimento Negro, Rede de Economia Solidária, Movimento dos Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais, Colônias de Pescadores, entre outros). É com estes movimentos que o Projeto MOVA-Brasil no Polo Rio de Janeiro tem se articulado para fortalecer as mobilizações que buscam garantir o direito do povo e a melhoria das comunidades.

¹⁶ Para se aprofundar neste tema ler: ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: a violência na construção do poder. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1998 e, ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: Uma História de Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.



- DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA

De uma forma geral, em todas as regiões onde o Polo mantém suas turmas, a produção artesanal é presença certa. A cerâmica, o couro, a palha, fio da bananeira e a madeira são os materiais de destaque. Já na culinária, além da cachaça e da goiabada cascão, o suspiro e o chuisco são famosos, havendo grande tradição cultural e política na região da chamada baixada Campista. Percebemos também a forte presença de catadores de materiais recicláveis autônomos e cooperativados, pescadores e domésticas. Aqui podemos destacar o fortalecimento da atuação das redes de economia solidária presente em grande parte dos municípios que são atendidos.

Outro fato que chama bastante atenção é, como já foi mencionado na dimensão social, a incidência de gravidez na adolescência de maneira significativa em todos os municípios atendidos, o que impacta diretamente na renda familiar e na escolarização, visto que em poucos casos a gestante conta com o auxílio do pai da criança para seu sustento, fazendo com que ela abandone os estudos e passe a depender de familiares.

Quissamã e São Francisco do Itabapoana são os municípios onde grande parte de sua economia é gerada por meio da agricultura, os moradores ou trabalham na roça ou na prefeitura, pois o comércio e indústria são mínimos. Os demais municípios têm como principal fonte de renda o setor industrial e comércios. No município de Campos dos Goytacazes vemos pequenos produtores de hortaliças e plantações variadas, onde alguns plantam apenas para seu consumo, e outros para venda na vizinhança em comércio familiar.

Um setor promissor nas áreas rurais de alguns municípios que atendemos é o de turismo ecológico, histórico e rural. Como no caso de Quissamã, que o resgate do patrimônio histórico-cultural foi feito com a restauração da Casa da Fazenda Quissamã e a criação do Museu de Quissamã e do Parque Municipal; a restauração do complexo arquitetônico da fazenda de Machadinha; restauração da Casa da Fazenda Mandiquera e no esforço pela preservação do Fado de Quissamã. O turismo ecológico foi incentivado com a criação do



Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Neste município, outros esforços são despendidos com a qualificação profissional voltada para o setor petrolífero.

Saquarema, atendida pelo Núcleo de Bacia de Campos, localizada na microrregião dos Lagos, recebe campeonatos nacionais e internacionais de Surf, uma vez que suas praias possuem características favoráveis à prática deste esporte, dando-lhe o comparativo de “Maracanã do Surf”. Além do Surf, outros atrativos turísticos são as rampas de voo livre, O “Museu do Rock”- Museu-residência do músico Serguei, e as Festas religiosas. O que anualmente movimenta a vida financeira do município.

Frente à realidade do público atendido, em que em 27% são domésticas, 5% são trabalhadores rurais, 2% são pescadores, 6% são pedreiros e parte significativa são donas de casa, aposentados, desempregados, ou empregados sem registro em carteira devido á falta de qualificação profissional nos municípios, e na condição de residirem em “municípios dormitórios” onde quem tem a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho tem que se deslocar para os grandes centros, o Polo Rio de Janeiro vem trabalhando para criar espaços que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico de seus participantes, por intermédio de parcerias que ofereçam cursos profissionalizantes para inserção no mercado de trabalho e geração de renda, uma vez que as iniciativas por parte do Estado atendem somente a cursantes do Ensino Fundamental, como é o caso do Proeja e o Projovem Urbano.

Os articuladores sociais e a Coordenação de Polo têm buscado viabilizar parcerias com algumas instituições, como por exemplo, os Fóruns Municipais e Estadual de Economia Solidária, a fim de fortalecer as iniciativas de geração de renda e qualificar o que já vem sendo desenvolvido pelos educandos nas turmas.

Outra iniciativa foi um diálogo junto à deputada Benedita da Silva com vistas a uma aproximação com o Pronatec. Os coordenadores/as locais têm articulado parcerias com o Sesi para desenvolvimento do curso Cozinha Brasil (Nova Iguaçu e Belford Roxo) e com o Sesc para realização do Curso de Cuidador de Idosos e, em São Francisco do Itabapoana,



estão em negociação vagas para participação dos educandos/as em cursos profissionalizantes de costureira, cuidador de idoso, eletricitista, pintor e vigilante.

O Projeto MOVA-Brasil tem atuado nestas áreas carentes do Estado, desenvolvendo através da alfabetização, o senso crítico e de mobilização de seus participantes de forma a valorizar suas potencialidades e criar mais oportunidades para desenvolvê-las, buscando incentivar a sustentabilidade deste coletivo.

- DIMENSÃO SÓCIO-AMBIENTAL

Alguns municípios apresentam reservas ambientais. São eles: *Cachoeiras de Macacu (Reserva de Guapiaçu), Nova Iguaçu (Reserva do Tinguá), Campos dos Goytacazes (Reserva do Imbé), Japeri (Pedralisa e Pico da Coragem), Duque de Caxias (Xerém), Quissamã (Parque Nacional da Restinga), Araruama (Lagoas de Araruama), Silva Jardim (Lagoa de Jutumaíba) e Magé (parte do Parque nacional Serra dos Órgãos).*

Existe também em Magé a Área de Proteção Ambiental Suruí, criada para preservar resquícios de Mata Atlântica, e manguezais do recôncavo da Baía de Guanabara.

A maioria dos municípios atendidos apresenta problemas no tratamento do Lixo produzido, não existe um sistema de coleta seletiva, e na maioria a coleta se dá de forma irregular. A cidade de Japeri está implementando, junto de seus municípios vizinhos Paulo de Frontin, Mendes e Paracambi, o Consórcio Intermunicipal de Aterro Sanitário para Resíduos Sólidos.

Em Duque de Caxias a população continua sofrendo com a falta de coleta de lixo gerada pela briga política no município. Após as fortes chuvas do mês de março, assim como várias cidades da baixada fluminense, Caxias sofreu mais uma vez com a falta de infraestrutura, tendo em vários bairros alagamentos causados não só pela chuva, mas também pelo acúmulo de lixo nas ruas e nos rios. Cerca de 200 pessoas ficaram desabrigadas por causa da cheia dos rios que cortam o município. As áreas mais afetadas são aquelas que fazem limite com Petrópolis, como Xerém e Santa Cruz da Serra.

Em contrapartida, vem crescendo o número de grupos trabalhando com reciclagem em todos os municípios atendidos. O trabalho das redes de economia solidária e as Cooperativas de reciclagem de materiais sólidos vêm possibilitando o fortalecimento destes artesãos que ficavam isolados em suas comunidades.

Uma realidade na maioria dos municípios é a presença de importantes Rios e seus afluentes que estão poluídos por esgotos domésticos, resultado da ocupação desordenada das margens destes rios e da falta de saneamento básico das comunidades ribeirinhas, como é o caso dos Rios Saracuruna (corta os municípios de Magé e Caxias), Botas (Belford Roxo) e Sarapuí (Belford Roxo e Duque de Caxias).

Em São Francisco do Itabapoana, a Praia de Gargaú possui um Parque de Captação de energia eólica gerando energia para toda a população.

- DIMENSÃO CULTURAL

As políticas públicas na área de cultura, principalmente, durante a gestão de Gilberto Gil, no Ministério da Cultura, se desenvolveram muito, em quase todas as cidades que atendemos existem pontos de cultura, conselhos municipais de cultura e os encontros setoriais. O Conselho estadual é que se destaca como uma grande contradição, uma vez que possui caráter consultivo e não deliberativo conforme todos os conselhos municipais constituídos. E, mesmo com estas orientações do Governo Federal, a maioria dos municípios apresenta conselhos desarticulados que não possuem encontros regulares e poucas ações para a melhoria das políticas culturais. Campos dos Goytacazes, só em 2011, instalou o Conselho Municipal de Cultura.

Em geral, as comunidades atendidas pelo projeto não são contempladas com equipamentos culturais e tão pouco, ações do poder público para garantir o acesso à cultura, com destaque para as localidades atendidas em Campos dos Goytacazes que a partir da Leitura do Mundo foi constatado que a maioria de seus moradores nunca esteve em uma sessão de cinema ou em um teatro. Esta falta de acesso a equipamentos públicos para a área Cultural é

amenizada, em algumas comunidades, pela ação de instituições religiosas que organizam grupos de jovens, de idosos, de mulheres em torno de cursos nas áreas de música, artesanato ou artes plásticas e, a partir disso realizam eventos culturais como shows, feiras e exposições.

Na região dos Lagos e em São Francisco do Itabapoana chama a atenção pela quantidade de festas religiosas, pode-se citar como a de maior destaque, a de Nossa Senhora de Nazareth, em Saquarema, que ocorre do dia 30 de agosto a 8 de setembro, e que é a terceira maior festa católica do Brasil e o mais antigo Círio de Nazaré do País, datado de 1630, sendo mais antigo até mesmo que o famoso Círio de Belém, no Pará. Saquarema e Cabo Frio possuem, também, uma tradicional celebração da Semana Santa.

Como exemplo do descaso do poder público com os Patrimônios Culturais, podemos destacar o município de Nova Iguaçu, que teve a Fazenda São Bernardino, tombada em 1951, como patrimônio cultural, transformada em ruínas por um incêndio criminoso, na década de 80 e, o assoreamento do rio Iguaçu com deterioração do antigo porto que recebia as grandes embarcações vindas pelo rio Iguaçu.

Em Duque de Caxias, apesar existirem bastante alternativas de cultura e lazer, a maioria da população não tem acesso aos bens culturais (*Teatro, bibliotecas, museus e cinemas*), por estes estarem concentrados no 1º Distrito, com exceção do Museu de Duque de Caxias, que não oferece grande variedade de atividade tendo um acervo permanente, a Casa Brasil, ambos situados no 3º distrito e a Biblioteca Pública no 4º Distrito.

Muitas das comunidades atendidas, também, possuem artesãos/ãs, articulados em cooperativas ou de forma individual, que produzem uma diversidade de artesanatos de objetos de uso pessoal, decorativos, vestimentas e comestíveis, como forma de geração de renda.

A influência africana é bem marcada em todos os municípios onde atuamos, destacando a implementação de turmas em quilombos, como em Barrinha e Santa Luzia, que traz como



expressão cultural o Fado Angolano e o Jongo. Este último também está presente nas demais comunidades quilombolas. Nas colônias de pescadores artesanais, denominadas de populações caiçaras que tiveram origem com a miscigenação entre índios, europeus e negros e têm uma cultura particular que a diferença das comunidades moradoras no interior desse estado como suas comidas tradicionais e a dança do Fandango. (SOUZA, Milena Ramires de, Etnoconhecimento *caiçara* e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira, 2004).

A cultura cigana, com suas danças e formas de vestir estão presentes nos Núcleos de Campos dos Goytacazes e Quissamã.

- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PRÓXIMOS AS TURMAS

Núcleo	Equipamentos	Área da Política	Endereço	Contato	Referencia
Desafio Nova Iguaçu	Escola Municipal Rubens Falcão	Educação	Centro de Nova Iguaçu	(021) 2668-8441	
	Escola Municipal Paulo Roberto	Educação	Rua Castanhal, s/nº		
	Colégio estadual São Judas	Educação	Cancela do Trem		
	Polo do Cederj	Educação	Rua Dr. Paulo Fróes Machado, 38 – Centro.	2669-4811	
	Espaço Sylvio Monteiro	Cultural	Centro de Nova Iguaçu		Mais conhecido como Casa da Cultura
	Sesc Nova Iguaçu	Educação, Cultura e Lazer	Centro de Nova Iguaçu		Sala de teatro, galerias de artes e biblioteca
	Parque nacional do vulcão e a Serra do Vulcão	Lazer	Estrada de Madureira, s/nº.		
Diversidade Bacia de Campos	Escola Municipal Alfredo Backer	Educação	Rua Jutunaíba, S/Nº		
	Posto de Saúde de Jatunaíba	Saúde	Rua Jutunaíba, S/Nº		
	Escola municipal Balneário Lagomar –	Educação	Rua W 16, s/n. Lagomar		
	Escola Municipal Paulo Freire	Educação	Rua W5, s/n - Lagomar		
	Creche Municipal Ana Cristina	Educação	Rua W24, s/n - Lagomar		
	Creche Escola Municipal Maria angélica –	Educação	Rua W16, 39 - Lagomar		
	Escola Municipal	Educação	Rua da Paz, s/nº	Tel. (22) 2633-7465	

	Justiniano Souza -				
Perseverança Quissamã	Escola Municipal	Educação	Machadinha- Quissamã		
	Hospital Municipal Mariana de Jesus	Saúde	Centro - Quissamã	2768-9100	
	Ginásio Poliesportivo	Esporte e Lazer	Centro - Quissamã	2768-6644	
	IFF-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	Educação	Piteiras - Quissamã	2768-9200	
	Posto de Saúde no Centro	Saúde	Centro - Quissamã	2768-1649	
	Centro Cultural Sobradinho	Cultural	Centro - Quissamã	9909-6203 Alexandre	
	Casa da Arte	Cultural	Machadinha - Quissamã	2768-9302 Silvia	
	Museu Casa de Quissamã	Cultural	Machadinha - Quissamã	9880-2303	Memorial da Fazenda Machadinha
	Guarda Municipal		Piteiras		
	Posto de Saúde do Centro	Saúde	Centro -		
	Conselho Tutelar Sítio Quissamã -	Social	Sítio Quissamã	2768-1069	
	Posto de Saúde Caxias	Saúde	Caxias -		
	CRAS – Conselho Serviço Social	Saúde	Caxias -		
	Câmara Municipal de Quissamã	Política	Centro -		
	CRAS	Social	RUA ANA BRITO DA SILVA Nº 2470 – Éden	2756-9370	
	CRAS	Assistência Social	Centro - Quissamã	2768-1019	
	Estádio do Éden futebol clube		Éden		

MOVA-se São Gonçalo	Posto de Saúde Doutor Dilson Drumond	Saúde	Rua Visconde de Itauna, s/nº		Prox. A Praça do Gradim
	Quadra Poliesportiva	Esporte	Rua Samuel Garcia		Próximo a Igreja Católica
	CEPPP- Centro Esportivo e Pedagógico Plínio Pascoal	Esporte	Rua Maceió, Lote 04 Quadra 120		Final da Avenida Miguel
	Desafio Jovem, Clínica de Reabilitação Para Dependentes Químicos	Saúde	Engenho D'água		
A Grande Família Japeri e Queimados	Escola Municipal Santos Dumont	Educação	Av. Moscou, nº121	SEMEC Japeri	Ao lado fs Igreja
	Escola Municipal Duque de Caxias	Educação	Rua Maria Alice, s/nº	SEMEC Japeri	
	DETRAN	Transito	Rua O, s/nº	SEEDUC	
	CIEP 023	Educação	Rua Fernadino, s/nº		
	Escola Municipal Manoel Júlio de Amorin	Educação	Estrada da Saudade		
	Escola Estadual João Santos Souto	Educação	Av. Tancredo Neves		
	Ciep Gilson Amaro	Educação	Av. Francisco Antonio Russo, s/nº		
	Esc. Municipal Manoel Júlio de Amorim	Educação	Estrada da Saudade, s/nº		
	Escola Municipal Bernardino de Melo	Educação	Av. Francisco Antonio Russo		

	Escola Est. São Cristóvão	Educação	Rua Fernandinho		
	24º Batalhão da Polícia Militar	Segurança	Rua Q, s/nº		
	Secretaria Municipal da Terceira Idade	Saúde	Rua Pacaembu, s/nº		
	CRAS	Saúde.	Rua Leni Ferreira nº:391		Próximo a Cancela
Semeando Vidas Campos dos Goytacazes	Escola Municipal Eunice Ferreira	Educação	Avenida Santa Rosa		
	Escola Municipal Arlete Araújo de Azevedo	Educação	Av. Alair Ferreira, Km 221	(022) 2721-1581	
	Escola Municipal Alcebiades Candiano	Educação	Estrada Dores de Macabu		
	Escola Municipal Emetelvina Martins Medeiros	Educação	Rua da Linha		
	Unidade de Saúde de Sapucaia	Saúde	Rua Principal de Sapucaia		
	Unidade de Saúde de Três Vendas	Saúde	BR 356		
	Unidade de Saúde da Tira Gosto	Saúde	Rua Princesa Isabel		
Raízes da Terra São Francisco do Itabapoana	Escola Municipal João Paes Vianna	Educação	Rua Principal de São Francisco, s/nº		
	Escola Municipal Miguel Nunes Barbosa	Educação	Estrada do Bote, s/nº		
	Esc. Estadual Lara Vilela	Educação	Rua Avaré, nº 19 Jardim Gramacho		

<p>CAGÉ</p> <p>Duque de Caxias e Magé</p>	Creche Centro de Atendimento a Infância Caxiense	Educação	Avenida Chopin, s/nº Jardim Gramacho		
	CIEP- 199 Carles Chaplin	Educação	Avenida Chopin, s/nº Jardim Gramacho		
	Posto de Saúde 24 hs	Saúde	Av. Automóvel Clube, s/nº Fragoso		
	Unidade de Saúde da Família 1	Saúde	Rua José Lamas, nº91		
	Unidade de Saúde da Família 2	Saúde	Estrada da Conceição, s/nº		
	Centro Médico Ambulatorial de Maua	Saúde	Estrada Nova Mauá, nº367		
	Creche Municipal Profª Edith Pieri	Educação	Estrada Nova de Mauá, s/nº		
	Escola Municipalizada Gustavo Armobrust	Educação	Praça Carneiro, s/nº		
	Posto Municipal de Saúde Vereador Aníbal Magalhães	Saúde	Estrada Municipal, nº 10		
	CIEP- Unidade Darcy Vargas	Educação	Avenida do Porto, nº 02		
	Unidade de Saúde da Família 1	Saúde	Rua Colônia, s/nº		
CRAS	Social	Av. Monte Catelo, 996	(021) 2672-6674		

Confiança Belfor Roxo	Escola Municipal Miguel Nunes Barbosa	Educação	Estrada do Bote, s/nº		
	Ciep 316 General Ladário Pereira Telles	Educação	Rua Mauá , s/n São Bernardo Belford Roxo Tel: 2662 3033		
	Escola Gustavo Barroso	Educação	Rua General Muller , s/n Jardim América Heliópolis Tel: 2661 7111		
	Escola Municipal Ernesto Pinheiro	Educação	Barcellos s/n Heliópolis		
	Escola Municipal Alvaro Lisboa Braga	Educação	Avenida Heliópolis 548 Heliópolis		
	Colégio Estadual Pres. Kennedy		Rua Postal s/n Vila Medeiros Belford Roxo Tel: 2761 4610		
	Escola Estadual Vital Brasil		Av: Piam , Belford Roxo Tel: 2759 5188		
	Cras Xavantes	Saúde	Rua Antônio Lopes Pinto,12 XavantesTel: 2762 1825		

- ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR PRÓXIMO AS TURMAS

Núcleo	Equipamentos	Área da Política	Endereço	Contato	Referencia
Perseverança Quissamã	CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	Assistência Social	Centro - Quissamã		
MOVA-se São Gonçalo	Igreja Católica Perpetuo Socorro	Social	Rua Washigton Luiz, nº 600	(021) 2605-8399	Próximo ao Viaduto do Cassinu
	Associação de Moradores do Cassinu Adjacencias	Social	Rua do Cruzeiro Sul, Lote 01		Comunidade Favela do rato

Capela de São João Batista	Social	Rua Manoel Duarte, nº 3260	Vanda 021 2605-8399	
Assembleia de Deus	Social	Rua Edgard Mendonça, nº22		Prox. Ao Ponto Final da Linha 42
1ª Igreja Batista de Vila Brasil	Social	Rua Goiás, s/nº		Entrada Principal de Vila Brasil
Assembleia Dos Santos	Social	Rua Bahia, s/nº		Proximo ao antigo Campo Real
Igreja de Santa Edwiges	Social	Rua Samuel Garcia	Dona Irene (021) 97262-1418	
Resgatando Vidas	Social	Rua Goiás	Marcia 97693-5586	
1ª Igreja Ebenezer	Social	Bairro Joaquim de Oliveira		
Igreja Aliança com Deus	Social	Rua L, s/nº		
Igreja Sementes do Amor	Social	Rua L, s/nº		
Associação de Moradores	Social	Avenida B, nº 11		
Associação de Moradores Pescadores da Ponta da Preguiça	Social	Rua Ovídeo de Souza		Ponta da Preguiça
Grupo de Mulheres Evangélicas do Bairro da Amizade	Social	Avenida B, Nº18 Rua Prefeito Joaquim Mendes		Prox. Ao Bar Danadus
Centro Espírita Luz Divina	Social			
Instituto de Pesquisa Cultural Gbomi	Cultural	Bairro Valverde		Conhecido como Museu dos oxirás

Desafio Nova Iguaçu	Espaço Cultural Nós da Baixada	Cultural	Rua Geni Saraiva, 1285, Cerâmica, Nova Iguaçu		
	Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu	Cultural	Centro de Nova Iguaçu		
	Parque dos artistas	Lazer	Rosa dos Ventos – Nova Iguaçu		
	Igreja Católica Nossa Senhora da Glória	Religioso	Bairro Cabuçu		Era a igreja dos escravos, (tombada como patrimônio cultural)
	Centro Social Zumbi dos palmares	Assistência Social	Vila Zumbi dos Palmares – Nova Iguaçu		
	A AMEM Associação dos Amigos da Escola de Música Comunitária de Comendador Soares	Assistência Social	Estrada Luiz Soares, 905 - Comendador Soares		
	Escola de Música Comunitária de Comendador Soares	Cultura	Comendador Soares.		
	Rede de Mulheres da Baixada Fluminense	Movimento Social	Rua NS Fátima, 70 sl - Califórnia		
A Grande Família Japeri	Biblioteca Comunitária	Educação	Rua Leni Ferreira nº222		Ao lado do Tele Centro
	Tele Centro comunitário	Assistencia Social	Rua Leni Ferreira nº228		Ao lado da Biblioteca
	Assembléia de Deus (Orfanato)	Assistencia Social.	Rua Sheick Rejane nº78		Próximo a Praça da Pirâmide
	Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Religioso.	Rua Sheick Rejane nº96		Próximo a Passarela

Semeando Vidas Campos dos Goytacazes	CPT - Campos	Social	Fazenda Zumbi, Bairro Campelo	Viviane 99703-4017	
Confiança Belford Roxo	Cras Xavantes	Saúde	Rua Antônio Lopes Pinto,12 XavantesTel: 2762 1825		
	Missão Logos	ONG	Rua Abisú, 173 – Centro Belford Roxo		
	Casa de Cultura da Baixada	ONG	Coelho da Rocha – São João de Meriti		
	Biblioteca Comunitaria Comitê Paz No Eden	Educação	Rua Valdir Lafuente Freire, nº 256 - Éden	3754-3168	

4.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

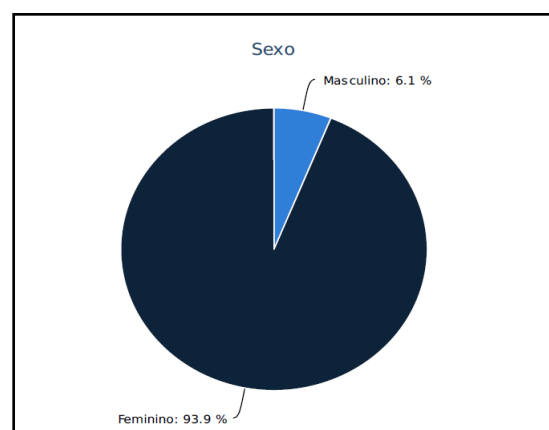
O Polo Rio de Janeiro é composto por uma equipe de 130 colaboradores/as, sendo cinco na Coordenação de Polo, nove na Coordenação Local e 116 Monitores/as. A equipe tem maioria de mulheres, de adultos e de negros.

Na função de Coordenação Local temos seis mulheres e três homens, maioria na idade adulta (30 a 59 anos). Deste grupo a maioria é negra 44,4%, 22,2% do grupo possui ensino médio completo e 56,6% ensino superior completo ou em curso nas áreas de Pedagogia, Ciências Sociais, Farmácia, Biologia, Engenharia de Produção, Letras, Direito e Educação do Campo.

Os Coordenadores/as Locais, em sua maioria, são militantes ou simpatizantes de partidos políticos, cinco deles foram ou são, também, militantes de algum movimento social, como associação de moradores, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Estudantil, Movimento Negro, Fórum Economia Solidária, Movimento LGBT, Movimento Cultural e Federação de Trabalhadores da Agricultura do estado do Rio Janeiro (Fetag). Quatro não participam e nunca participaram de nenhum movimento social.

Com relação à religião, dividem-se em católicos, protestantes, mórmones e espíritas. Temos, também, no grupo dois ateus.

Na função de monitoras/es, a grande maioria é mulher, na faixa etária adulta (30 a 59 anos). Maioria possui o ensino médio completo (55%), 23% possuem o ensino superior completo. Três possuem apenas o ensino fundamental. A maioria se declara de cor parda (46%) e possui experiência na área de alfabetização de adultos (53%), tendo participado de programas como: Alfabetização Solidária, Alfalit Brasil, Brasil Alfabetizado, entre outros.



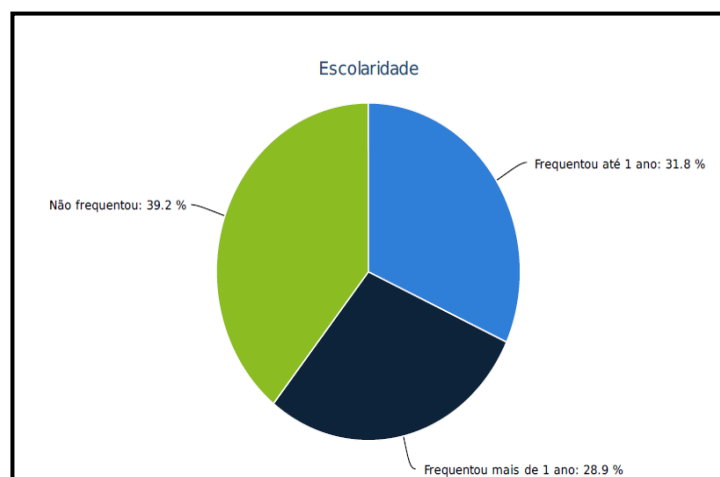
A maioria das monitoras é integrante de igrejas protestantes e realiza atividades nas mesmas. São poucas as que militam em partidos políticos e em movimentos sociais.

A Diversidade também está presente nos educandos/as que frequentam as turmas espalhadas pelo estado do Rio de Janeiro, tendo a representatividade de 70,8% de mulheres nas salas de aula.

A maioria dos educandos/as se declara pardos/as e estão na faixa etária adulta (30 a 59 anos), apenas 12% de educandos/as são jovens e 82% de educandos/as não recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

Parte significativa dos/as educandos/as está desempregado/a ou trabalham sem carteira assinada, exercendo funções, tais como: cortador de cana, doméstica, diarista, costureira, vendedor ambulante, cozinheira, babá, bordadeira, doceira, marisqueira, lavrador, padeiro, acompanhante de idosos, calceiteiro, pescador, servente de pedreiro, pedreiro, lavadeira, ajudante de caminhão, catador de resíduos sólidos, profissionais do sexo, ajudante de olaria, carroceiro, músico, entre outros.

71% dos educandos/as do Polo nunca frequentou ou frequentou apenas por um ano uma escola.



O Polo Rio de Janeiro atende a comunidades quilombolas, comunidades ciganas, comunidades carentes, favelas, comunidades de trabalhadores rurais, assentamentos e colônia de pescadores.

5. PLANO DE AÇÃO DO POLO RIO DE JANEIRO

Desenvolvemos nosso Plano de Ações conforme as Diretrizes do Projeto: respeitar a diversidade; dar prioridade à juventude; atuar em sinergia com políticas públicas e realizar ações estratégicas, sistêmicas e multi-institucionais.

- PRÉ-SELEÇÃO DE COORDENADORES LOCAIS E MONITORES (6ª ETAPA)

Justificativa: Compreendendo, assim como Paulo Freire, a educação como instrumento de intervenção no mundo, a proposta metodológica deve ser direcionada de forma a transformar seus sujeitos em seres críticos e participativos na tomada de decisão dos espaços coletivos e, para isso, o Projeto MOVA-Brasil deve contar, em seu quadro de colaboradores, com pessoas que acreditam na possibilidade da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que se comprometam em desenvolver um trabalho de qualidade, fazendo a diferença nas comunidades onde estarão atuando.

Meta inicial: Realizar um processo de pré-seleções para 120 monitores/as e nove Coordenadores/as Locais, de janeiro a março de 2013 contribuindo assim para completar o quadro de nove coordenadores/as e 120 monitores/as.

Objetivos:

- Participar das reuniões realizadas pelo Sindipetro Caxias com Instituições Locais da Baixada Fluminense para apresentação do projeto, proposta de parceria e indicação de pessoas para pré-seleção;
- Garantir a qualidade pedagógica visando o melhor desenvolvimento da proposta;
- Completar as equipes dos nove Núcleos a serem atendidos pelo Polo Rio de Janeiro e;
- Instalar as 120 turmas de alfabetização.

Prioridades: Garantir as instalações das turmas nas regiões pré-definidas pelos Articuladores do Projeto MOVA-Brasil.

Cronograma das Pré-seleções Realizadas até Abril de 2013

Mês	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Mai 2014
Pré-Seleção de Coordenação	X	X		
Pré-Seleção de Monitores	X	X	X	X

- FORMAÇÃO INICIAL COM COORDENADORAS LOCAIS

Justificativa: Para ser um bom profissional, como afirma Paulo Freire, é “preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática”, pois só conhecendo o todo é possível construir estratégias mais eficazes para desenvolver o trabalho.

Objetivos:

- Apresentar o papel da Coordenação Local e suas demandas;
- Orientar sobre as diretrizes do Projeto MOVA-Brasil;
- Construir um acordo de convivência para um melhor dialogo durante a etapa;
- Construir calendário de ações e;
- Contribuir para formação pedagógica dos coordenadores/as locais, fornecendo subsídios teórico-metodológicos sobre o processo de alfabetização.

Metas: Realizar uma Formação Inicial de coordenadores locais com os nove coordenadores/as locais.

Prioridades: Garantir subsídios aos coordenadores/as locais a fim de que seja garantida a organização e instalação dos Núcleos.

Cronograma das Formações Iniciais com Coordenadores/as Locais realizadas:

Período	01 a 03 de Abril
Participantes	09 Coordenadores/as

- FORMAÇÃO INICIAL COM MONITORES E COORDENADORES LOCAIS

Justificativa: Possibilitar um espaço de contato com a metodologia do Projeto construindo saberes e reconhecendo a importância da educação como instrumento de libertação, por meio da troca de experiências.

Objetivos:

- Apresentar a proposta metodológica do Projeto;
- Orientar sobre as diretrizes do Projeto MOVA-Brasil;
- Construir um acordo de convivência para um melhor dialogo durante a etapa;
- Construir calendário de ações e;

- Contribuir para formação pedagógica de Monitores/as, fornecendo subsídios teórico-metodológicos sobre o processo de alfabetização.

Metas: Realizar uma Formação Inicial de 40 horas com monitores e coordenadores locais.

Prioridades: Garantir a compreensão da metodologia do Projeto MOVA-Brasil de forma a instrumentalizar monitores/as e coordenadores/as para desenvolverem a proposta nas comunidades, junto aos educandos e educandas.

Cronograma de Formações Iniciais Realizadas:

Período	07 a 11 de Abril	28 a 30 Abril	19 e 20 de maio	11 a 13 de junho
Participantes	80 pessoas – Pré-selecionados para compor os Núcleos	24 pessoas - Complemento para os Núcleos onde ocorreram desistências	14 pessoas – Complemento com educadores/as da 5ª etapa para os Núcleos onde ocorreram desistências	14 pessoas - Complemento para os Núcleos onde ocorreram desistências

- FORMAÇÃO CONTINUADA MENSAL COM COORDENADORES LOCAIS

Justificativa: A reflexão crítica sobre a prática, como sugere Paulo Freire, auxilia no bom desenvolvimento do trabalho, possibilitando potencializar as forças e oportunidades, assim como, administrar as fraquezas e ameaças.

Objetivos:

- Avaliar o andamento do Projeto nas dimensões política, pedagógica e administrativa;
- Possibilitar a troca de experiências entre as coordenadoras/es locais;
- Aprofundar o estudo das temáticas abordadas pelo Projeto MOVA-Brasil;
- Elaborar o PEPP do Polo;
- Incluir a discussão sobre Gestão compartilhada nas pautas, de forma a envolver os coordenadores/as locais nesta reflexão.
- Oferecer subsídios para que a Coordenação Local possa realizar o trabalho com monitores/as e parceiros;
- Refletir sobre o acompanhamento da entrada e permanência do/a educando/a no Projeto MOVA-Brasil;
- Dialogar e construir estratégias para a construção de parcerias junto às Secretarias Municipais de Educação para o encaminhamento dos/as educandos/as à EJA.
- Traçar estratégias para a construção da Rede de Economia Solidária;
- Elaborar estratégias e encaminhar orientações para a realização do Seminário de Práticas e dos Encontros de Educandos e Educandas;
- Monitorar e orientar os coordenadores sobre o preenchimento correto e a entrega em dia dos instrumentais do Projeto;
- Mapear as mobilizações que estão sendo realizadas em cada Núcleo;
- Monitorar o trabalho desenvolvido nos Núcleos e;
- Construir soluções para os problemas enfrentados nos Núcleos.

Metas: Realizar nove Formações Continuadas Mensais com Coordenadoras Locais entre Abril e Dezembro de 2014, contribuindo assim, para a formação política, administrativa e pedagógica das nove coordenadoras/es locais.

Prioridades: Garantir subsídios para que as coordenadoras/es locais possam desenvolver, da melhor maneira, o seu trabalho.

Cronograma:

Data	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	13 a 15	-	02 a 04	11 e 12	03 e 04	06 e 07	04 e 05	17

- FORMAÇÃO CONTINUADA COM MONITORES E COORDENADORES LOCAIS

Justificativa: Só é possível transformar o outro quando transformamos a nós mesmos e, para despertar nosso impulso ontológico é necessário nos percebermos no constante processo de aprendizagem que nos permite confrontar os nossos limites e liberta nossa criatividade.

Objetivos:

- Avaliar o andamento do Projeto nas dimensões política, pedagógica e administrativa;
- Garantir a compreensão da proposta metodológica;
- Possibilitar a troca de experiências entre participantes do Projeto;
- Incluir a discussão sobre Gestão compartilhada nas pautas, de forma a envolver os coordenadores/as locais nesta reflexão.
- Aprofundar o estudo das temáticas abordadas pelo Projeto MOVA-Brasil;
- Oferecer subsídios para que monitores/as possam realizar o trabalho com educandos e parceiros;
- Dialogar e construir estratégias para a construção de parcerias junto às Secretarias Municipais de Educação para o encaminhamento dos/as educandos/as para EJA;
- Traçar estratégias para a construção da Rede de Economia Solidária e;
- Monitorar o trabalho desenvolvido nas turmas.

Metas: Realizar três Formações Continuadas com monitores e coordenadores locais durante a 6ª Etapa do Projeto MOVA-Brasil.

Prioridades: Garantir subsídios aos monitores/as a fim de que seja garantida a alfabetização aos educandos/as.

Cronograma:

Data	Maio	Setembro	Dezembro
	29 e 30	11 e 12	09- Norte 11 Região Metropolitana

- ENCONTRO DE EDUCANDAS E EDUCANDOS DO PROJETO MOVA-BRASIL

Justificativa:

A importância de ouvir as diversas vozes dos/as educandos/as como sujeitos de sua aprendizagem sob a égide da pedagogia libertadora, na perspectiva da cidadania planetária, aprofundando a compreensão sobre gestão democrática e a qualidade social da educação.

Objetivos:

- Fortalecer a autonomia dos/as educandos/as envolvidos/as no Projeto;
- Elaborar um caderno de propostas para o Encontro Estadual de Educandos/as;
- Dialogar e construir propostas de ação sobre os índices de Analfabetismo nas comunidades atendidas pelo MOVA-Brasil e no Estado do Rio de Janeiro;
- Dialogar sobre Economia Solidária;
- Possibilitar a troca de experiência entre os diversos participantes do Projeto e;
- Avaliar o processo de ensino-aprendizagem do projeto;

Metas: Realizar debates em todas as salas do projeto, nove Encontros Municipais e um Encontro Estadual.

Prioridades: Ouvir os educandos e educandas sobre suas reflexões acerca do papel da alfabetização na construção da Cidadania Planetária e incorporá-la no Projeto MOVA-Brasil.

Cronograma:

Etapas do Encontro	Encontro em sala	Encontros Municipais	Encontro Estadual
Data/Local /Núcleos	Durante os meses de Junho	Durante o mês de Julho e Agosto	30 de Setembro

- ACOMPANHAMENTO DO Polo AS REUNIÕES SEMANAIS DOS Núcleos

Justificativa: A diversificação na distribuição territorial dos nove Núcleos do Polo Rio de Janeiro possibilita o atendimento de 19 municípios e, assim provoca diferentes olhares e fazeres, a partir da vivência de cada comunidade. O acompanhamento *in loco* garante identificar de que forma as informações repassadas em Formações e em diálogos diretos com as/os coordenadoras/es locais estão sendo absorvidas e orientadas, para que, respeitando as especificidades de cada comunidade, a proposta metodológica esteja em sintonia com o projeto.

E, entendendo que todos/as coordenadoras/es locais e monitoras/es se encontram no processo de Formação Contínua, para compreensão e aplicação da metodologia, se torna necessário um acompanhamento mais presencial da equipe de Polo nas reuniões semanais com o intuito de promover um diálogo, mas focado nas dificuldades específicas de cada Núcleo, sanando suas dúvidas e contribuindo para a elaboração das práticas pedagógicas.

Este acompanhamento também possibilita identificar e corrigir problemas, quer sejam de âmbito pedagógico, administrativo, relacional ou de articulação, que estejam afetando o bom desempenho do trabalho do Núcleo.

Objetivos:

- Verificar como está o desenvolvimento do Projeto no município;
- Avaliar e monitorar o desempenho da equipe dos Núcleos;
- Coletar dados a serem trabalhados nas Formações Continuadas e;
- Auxiliar no andamento das práticas pedagógicas dos Núcleos.

Metas: Realizar 87 visitas de acompanhamento as Reuniões Semanais do Projeto, garantindo a presença do Polo toda sexta-feira em três reuniões.

Prioridades: Auxiliar as Coordenadoras Locais no planejamento de suas reuniões semanais de forma a atender todas as demandas que aparecem em seus Núcleos.

Cronograma:

Data	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
	09	09	09	09	09	09

- ACOMPANHAMENTO DO Polo AS TURMAS DO PROJETO MOVA-BRASIL

Justificativa: O Projeto MOVA-Brasil trabalha com a perspectiva de construção coletiva e formação contínua de seus atores (equipe de Polo, coordenadores/as locais e monitoras/es), para o bom desenvolvimento da metodologia e sua aplicabilidade nas comunidades atendidas. O alcance eficaz desta proposta depende do grau de entendimento e compromisso de cada colaborador/a, principalmente, dos/as que assumem a função de monitor/a e estarão trabalhando na comunidade, em sala de aula.

Contribuir com este processo de aprendizagem e aplicação da metodologia, pelos monitores/as, é um dos papéis que compete à equipe pedagógica do Polo, bem como instrumentalizar coordenadoras/es locais para avaliar e subsidiar as práticas adotadas em seus Núcleos. Para isso, é importante realizar visitas às turmas para diagnosticar de que forma estão concebendo, planejando e desenvolvendo as aulas para gerar uma análise crítica de orientação para o crescimento de cada profissional envolvido, bem como para a qualificação das aulas.

Este acompanhamento também promove uma aproximação do Polo com o público do projeto, as/os educandas/os, onde é possível visualizar de que forma estão entendendo e sentindo o Projeto, além, de oferecer uma percepção de como se dá o envolvimento dos parceiros locais e comunidade com a turma.

Objetivos:

- Verificar como está o desenvolvimento do Projeto na comunidade;
- Avaliar e monitorar o desempenho da equipe dos Núcleos;
- Dialogar com educandos e educandas sobre o desenvolvimento da proposta político - pedagógica dentro das salas;
- Observar como tem se dado as mobilizações das turmas;
- Coletar dados a serem trabalhados nas Formações Continuadas com monitores/as e coordenadores/as;
- Contribuir para formação de um olhar mais focado dos/as Coordenadores/as Locais para os trabalhos desenvolvidos nas salas, para que consigam realizar as formações semanais de forma a reduzir as dificuldades percebidas no trabalho dos/as monitores/as em sala;
- Auxiliar no andamento das práticas pedagógicas das turmas.

Metas: Realizar 108 visitas as turmas do Projeto MOVA-Brasil.

Prioridades: Verificar como a metodologia do Projeto esta sendo desenvolvida nas salas de aula.

Cronograma:

Data	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
	18	18	18	18	18	18

- SEMINÁRIO DE PRÁTICAS DO PROJETO MOVA-BRASIL

Justificativa:

A realização do Seminário de Práticas do Projeto MOVA-Brasil é uma das possibilidades e espaço para o processo de reflexão coletiva sobre as práticas de alfabetização e educação profissional dos educandos, considerando as diferentes e diversificadas experiências desenvolvidas em cada sala de aula, bem como um importante momento de ação-reflexão-ação na busca da qualidade social do serviço educacional prestado a milhares de jovens, adultos e idosos que decidiram ler e escrever as palavras para melhor entender o mundo.

Objetivos:

- Conhecer e valorizar práticas pedagógicas dos monitores/as do MOVA-Brasil e;
- Socializar e qualificar as ações desenvolvidas pelos monitores/as nas salas de alfabetização com vistas a superar os índices de evasão do Mova.

Metas: Realizar nove apresentações de práticas pedagógicas no âmbito da Formação Geral, em setembro.

Prioridades: Promover um amplo debate sobre a qualidade social da alfabetização que o MOVA-Brasil oferece a mais de 30 mil educandos e educandas.

Cronograma:

Data	Julho	Agosto	Setembro
Ação	Orientações sobre sistematização das práticas pedagógicas.	Apresentação das práticas nas reuniões semanais.	Apresentação das práticas na Formação Continuada com monitores e coordenadores locais 17 e 18



- FORMATURA DOS/AS EDUCANDOS/AS

Justificativa:

É uma ocasião para celebrar os conhecimentos e aprendizagens adquiridos e aperfeiçoados em decorrência da participação no Projeto, assim como a realização da entrega dos portfólios e certificados de conclusão do curso de alfabetização.

Objetivo:

- Certificar os educandos que participaram do Projeto.
- Reconhecer as aprendizagens significativas e necessárias ao seu cotidiano

Meta:

Certificar, no mínimo, 80% de educandos que participaram do processo de alfabetização desta etapa no Projeto no Polo Rio de Janeiro.

Cronograma:

Semana de 01 a 05 de dezembro.

- RELATÓRIO BIMESTRAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO / EVIDÊNCIAS

Justificativa:

O Relatório Bimestral de Monitoramento e Avaliação é o instrumento de sistematização de todas as ações realizadas no projeto, em outras palavras é um instrumento de gestão e acompanhamento direto em relação ao desenvolvimento do Projeto nos seus diferentes aspectos e contribuem para a Coordenação do Polo aprimorar a gestão política, pedagógica, administrativa e financeira a partir do momento em que permite a visualização processual dos avanços e desafios para o alcance dos objetivos e metas previstas pelo Projeto no Polo.

Objetivos:

- Garantir o entendimento, principalmente dos coordenadores/as locais, sobre a importância de registrar e sistematizar todas as ações que evidenciem o desenvolvimento do trabalho realizado no âmbito do projeto nos Núcleos, salas e comunidade.
- Registrar e sistematizar processualmente os desafios e avanços do Projeto durante a realização da 6ª etapa.
- Identificar processualmente o grau de alcance das ações, objetivos e metas previstas pelo Projeto.
- Evidenciar processualmente a realização das ações previstas pelo Projeto na etapa, através dos instrumentos de monitoramento e avaliação, fotos, vídeos e materiais de divulgação a serem inseridos no Dropbox.

Meta:

- Elaboração bimestral de três relatórios processuais de monitoramento e avaliação e um relatório final de lições aprendidas pela coordenação do Polo.

- ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA DOS(AS) EDUCANDOS(AS)

Justificativa

O acompanhamento e avaliação da frequência dos(as) educandos(as) nas turmas inicia-se desde o processo de articulação e instalação das turmas, atentando para as diretrizes do Comitê Gestor.

Este acompanhamento ajuda a diagnosticar os casos críticos e subsidia o diálogo com os parceiros locais para a construção de estratégias que estimulem a participação e a boa frequência nas turmas. A motivação para frequentar as aulas perpassa a qualidade do planejamento e postura do(a) monitor(a) na condução do processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, faz-se necessário o preenchimento, conferência e análise sistemática dos instrumentais para a correta alimentação das informações no Sistema Mova.

Objetivos

- Refletir sobre o acompanhamento da entrada e permanência do(a) educando(a) no Projeto MOVA-Brasil Polo Rio de Janeiro;
- Estabelecer procedimentos/rotinas da equipe para avaliar a mobilização e a frequência dos(as) educandos(as) nas turmas de alfabetização do Projeto no Polo Rio de Janeiro e;
- Acompanhar e avaliar semanalmente a mobilização, cadastramento, entrada e permanência dos(as) educandos(as) do Polo Rio de Janeiro.

Metas:

- Efetuar o mapeamento dos desafios enfrentados para mobilização, cadastramento e participação de educandos nas turmas de alfabetização;
- Criar estratégias para assegurar a entrada e permanência dos educandos nas 116 turmas do Polo;
- Assegurar conclusão de 80% de educandos participantes cadastrados, e a sua certificação em alfabetização e;
- Realizar o encaminhamento de 50% de educandos alfabetizados para a EJA.

Cronograma

- Inserir todos os cadastros de educandos(as) até final do mês em que a turma iniciou suas aulas, ou seja, abril, maio e Junho de 2014 e; Acompanhar semanalmente a situação da frequência dos(as) educandos(as) inseridas no Sistema MOVA-Brasil, toda segunda feira, pelo/a Coordenador/a Local, após identificar as informações com os monitores, na sexta-feira anterior.

- LANCAMENTO DO LIVRO DE 10 ANOS DO PROJETO MOVA-Brasil

Justificativa

A Petrobras, a FUP e o IPF, visando a contribuir com a garantia de um direito fundamental – a educação de jovens, adultos e idosos –, deram início ao Projeto MOVA-Brasil, fortalecendo a política pública nesta área.

Este livro resgata a memória de um Projeto que, inspirado em Paulo Freire, alfabetizou mais de 200 mil brasileiros e brasileiras e formou mais de 10 mil alfabetizadores e alfabetizadoras, envolvendo mais de cinco mil parceiros locais.

Para além dos fatos, das metas e dos resultados obtidos, que revelam a viabilidade e o alcance da Metodologia MOVA, testemunhamos, incontáveis vezes, o impacto que o Projeto provocou na vida de tantos alfabetizandos, seres humanos historicamente excluídos dos direitos mais elementares. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, apenados, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados e trabalhadores informais, aos poucos, passam a ler a própria história e a compreender “seu estar sendo no mundo”, problematizando o mundo onde vivem.

Objetivos

- Celebrar os dez anos do Projeto MOVA-Brasil com seus construtores: Coordenadores/as, Monitores/as, Educandos/as, parceiros e articuladores;
- Dar visibilidade ao Projeto no Estado do Rio de Janeiro;
- Homenagear com Moção de Aplusos e Congratulações as pessoas que contribuíram com o Projeto MOVA-Brasil ao longo desses dez anos.

Metas:

- Realizar dois eventos de lançamento do livro no estado do Rio de Janeiro.

Cronograma:

Data	Junho	Novembro
Ação	04 - Lançamento do Livro na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj)	Lançamento do Livro no Norte Fluminense

- ENCAMINHAMENTO DOS EDUCANDOS/AS PARA EJA

CONSTRUÇÃO DE PARCERIA COM AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (SME) DOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PROJETO MOVA-BRASIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Justificativa:

As comunidades atendidas pelo projeto possuem baixa oferta de EJA na rede pública de ensino, e as salas existentes estão sendo fechadas por falta de alunos, seja por conta da dificuldade de acesso as salas, ou porque as turmas só atendem a demanda de alunos alfabetizados a partir do 5º ano, ou ainda pela não adaptação da forma metodológica aplicada pelas redes públicas de ensino.

Objetivos:

- Mapear, nos municípios atendidos pelo Projeto, as escolas que possuem EJA;
- Garantir a continuidade dos estudos dos(as) educandos(as) que foram atendidos pelo Projeto e;
- Disseminar a proposta metodológica desenvolvida no Projeto MOVA-Brasil.

Metas:

- Abrir diálogo com as SME dos 18 municípios atendidos pelo Projeto MOVA-Brasil.

Prioridades:

Garantir o acesso ao EJA de educandos/as atendidos pelo Projeto.

Cronograma:

Data	Julho - Agosto	Novembro - Dezembro
Ação	Dialogar com as SME dos municípios atendidos pelo Projeto MOVA-Brasil	Encaminhar educandos/as para o EJA

- ENCAMINHAMENTO DOS EDUCANDOS/AS PARA CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Justificativa:

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2012, temos cerca de 13,2 milhões de analfabetos, o que significa que há muito trabalho a fazer e, para reverter essa situação, são necessárias ações articuladas, que envolvam diferentes segmentos da sociedade. No entanto, entendemos que não basta apenas alfabetizar, mas garantir as condições necessárias à inclusão destes sujeitos no mundo do trabalho de maneira qualificada, com cidadania e justiça social.

A formação profissional no processo de alfabetização busca inserir os(as) alfabetizandos(as) no universo da cultura letrada e reinseri-los no mundo do trabalho com maior autonomia. Ao propor essa ponte ligando a formação intelectual à profissional, procuramos possibilitar uma travessia segura da exclusão à inserção social.

Objetivos:

- Mapear as expectativas de cursos almejados por nossos educando/as;
- Mapear, nos municípios e comunidades atendidos pelo Projeto, as Instituições que possamos articular parceria para participação dos educandos/as em cursos profissionalizantes;
- Articular parcerias para encaminhamento dos educandos/as para cursos profissionalizantes;
- Articular caminhos para selar parceria com o Pronatec no estado do Rio de Janeiro.

Metas:

- Encaminhar 10% dos educandos/as para cursos profissionalizantes a partir do 5º mês de projeto.

Prioridades:

- Articular parcerias para encaminhamento dos educandos/as para cursos profissionalizantes.

Cronograma:

Data	Abril/maio	Junho/Julho	A partir de agosto
Ação	Mapeamento de expectativas dos educandos/as e de possíveis parcerias.	Articulação com possíveis instituições parceiras e diálogo de aproximação Pronatec	Encaminhar educandos/as para os cursos profissionalizantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

_____, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: Uma História de Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Leitura).

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNART. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais*. Brasília: Minc, 2009.

INEP - Mapa do Analfabetismo no Brasil, Brasília: MEC, 2009.

ONU. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH)*. Rio de Janeiro, 2000.

Arquivos do Polo Rio de Janeiro – PEPPs dos Núcleos, 2013.

TARGINO, Rafael. *Pnad: Um em cada cinco brasileiros é analfabeto funcional*. <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/artigo/2010>. p.1 a 5. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 02/06/2011.